

## 1 ATA DEGRAVADA DA 202ª PLENÁRIA ORDINÁRIA AMPLIADA.

2 Ao dia dezessete do mês de Julho de dois mil e quinze, às nove horas, no  
3 plenário da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a  
4 ducentésima segunda Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela  
5 presidente Maria Alves de Souza – FETAEMG, onde estavam presentes os  
6 seguintes conselheiros titulares: Maria Alves de Souza – FETAEMG, Simone  
7 Albuquerque – SEDESE, Hermellis Messias Tirado de Campos - CMAS São  
8 Francisco de Paula, Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS Juiz de Fora,  
9 Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Lúcia Elena Santos Rodrigues –  
10 COGEMAS, Júlio César de Oliveira Brum – IMSNS, Geisiane Lima Soares –  
11 Caritas, Rodrigo dos Santos França – ASSPROM, Denise de Cássia Cunha -  
12 CRESS 6ªREG, Silvana Celia Campos- SEE, Wilson de Sales Lana - SEF/MG,  
13 Ronaldo Sena Campos – SEDESE, Italo Mazoni S.Gonçalves - URCMAS-BH,  
14 Marta Elizabeht de Souza - SES/MG. Conselheiros Suplentes: Isabela de  
15 Vasconcelos Teixeira – SEDESE, Erica Andrade Rocha CRP/ MG, Odette  
16 Pereira de Souza Santos - CMAS - Três Marias, Marta Maria V. Castro da Silva  
17 – SEDESE, Miriam Maria J. Santos – ISJB, Maria da Pascoa Andrade –  
18 COGEMAS, Mauro Alves de Souza – ACONESQUISTAC, Membros da  
19 Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo, Ângelo Machado, Vera  
20 Lucia Rodrigues, Adelmira Sirqueira, Rosalice Tassar, Maria Paula, Rosangela  
21 Max Douglas Maria Regina, Maria Mansur e Raquel. **PARTE 1- MARIA:**  
22 Passando para apreciação da pauta. Hoje a gente tem os informes da reunião  
23 da mesa diretora, os informes da CIB que é com o conselheiro Volney, têm o  
24 do COGEMAS com a conselheira Lúcia, da conferência estadual com a  
25 conselheira Simone. Temos alguns pontos de deliberações. Inclusive nós  
26 estamos trazendo a proposta para antecipação da plenária de agosto dos dias  
27 20 e 21 para os dias 13 e 14, a recomposição do GT Jequitaiá. A gente está  
28 trazendo também o Plano Estadual de Regionalização. A proposta é que a  
29 gente faça isso até o almoço. Eu vou ler toda a pauta e aí a gente faz a  
30 proposta de alteração. A ideia é que nós fossemos para o almoço, retornar  
31 para os trabalhos a partir de 13 horas e, em seguida, a gente, teríamos a  
32 apresentação da lei 13.019/2014, depois as comissões e, 18 horas, o  
33 encerramento. Já está aqui uma proposta de alteração da pauta, que é pra  
34 gente suspender as comissões temáticas em seguida dos informes. Mudar de  
35 lugar na pauta. Vocês entenderam? A proposta é que não venham todas as  
36 comissões, mas, em especial, a comissão de orçamento e financiamento,  
37 porque tem uma matéria que tem deliberação. As demais ficam para a parte da  
38 tarde, porque não tem problema de quórum. Está compreendido gente? Acho  
39 que é sem problema nenhum, não é? Estou achando que a gente tem que  
40 aumentar um pouquinho o espaço, porque temos conselheiros ficando  
41 escondido. A gente teria um informe da mesa diretora, mas como eu não  
42 estava na reunião da mesa diretora ontem, por conta da audiência na  
43 Assembleia que discutiu sobre a questão da usina Jequitaiá, a gente vai  
44 antecipar aqui os informes. O conselheiro Volney vai fazer os informes sobre a  
45 CIB. Que ele possa usar da palavra, por favor. **VOLNEY:** Bom dia a todos. Na  
46 última quarta-feira teve a reunião da CIB, aonde foi apresentado o Plano de  
47 Regionalização dos Serviços de Proteção Social e Especial de Média e Alta  
48 Complexidade de Minas Gerais. Ele vinha sendo amplamente debatido. Eu

49 achei interessante que houve várias contribuições para o Plano, inclusive com  
50 a presença da representante do MP, e houve, portanto, a pactuação na CIB  
51 deste Plano. Então, a reunião na última quarta-feira, ela se pautou sobre essa  
52 temática. Esse Plano será apresentado aqui no Conselho hoje, para a nossa  
53 aprovação também. **MARIA:** É isso Volney? Simples não é? **RONALDO**  
54 **CAMARGOS:** Bom dia todos e a todas. Só acrescentando o informe do Volney.  
55 Na verdade, no dia 15 a gente fez uma reunião conjunta da Câmara Técnica e  
56 da CIB, em função do calendário que nós temos para apresentar o Plano de  
57 Regionalização. E como ele disse, foi isso mesmo. Nós fizemos a  
58 apresentação com os componentes da Câmara Técnica, da CIB e do MP.  
59 Fizeram contribuição ao Plano, que ontem foi apresentado aqui na comissão de  
60 política e finanças. **MARIA:** Muito bem. Alguém gostaria de tirar dúvidas sobre  
61 os informes que os “meninos” deram? Caso contrário, a gente passa para a  
62 conselheira Lúcia, que também vai fazer o informe do COGEMAS. **LÚCIA:** O  
63 COGEMAS na reunião do dia 14, terça-feira desta semana, tratou de um  
64 assunto que é muito caro aos municípios sobre a judicialização na assistência  
65 social. Foi composta uma mesa com a participação da subsecretária Simone,  
66 com a Dra. Laura que é da Procuradoria do município de Belo Horizonte, **que**  
67 **acesso** a Secretaria Municipal de Assistência Social aqui, e a Maíra que é  
68 assessora da Associação Mineira dos Municípios. A subsecretária Simone  
69 iniciou fazendo uma contextualização do processo de discussão da ocorrência  
70 desta questão na relação entre o executivo na política de assistência social e  
71 no sistema de justiça, representado pelo MP na sua grande maioria das vezes,  
72 mas também pelo judiciário mesmo, como uma luta que foi levantada pelos  
73 municípios, que foi pauta do COGEMAS nacional em 2013. No COGEMAS  
74 nacional, em 2013, houve discussões com os promotores de referência, que  
75 tem uma visão da política de assistência, tem uma compreensão mais  
76 ampliada, de juízes, e a partir deste processo do COGEMAS em 2013, o  
77 CEFES encaminhou ao CNJ, que deu origem ao provimento 36, que hoje é  
78 uma ferramenta importante para o relacionamento sobre tudo com o judiciário.  
79 Porque o CNJ, ele normatiza basicamente a ação dos juízes. E ela fez essa  
80 contextualização, mas também fez uma diferenciação nesse “guarda-chuva” da  
81 judicialização, que existem algumas coisas que não são judicialização  
82 amplamente dita, não é? Mas uma transferência de responsabilidade, de tarefa  
83 ou de incumbências das equipes inexistentes, das equipes que deveriam existir  
84 no judiciário e no MP, cujas obrigações ou demandas são repassadas para os  
85 técnicos da assistência social, mas são repassadas não de uma forma  
86 amigável, é mais no cumpra-se. E aí, como diz um delegado da minha região  
87 com muita deselegância, porque se não cumprir, vai responder nas penas lei e  
88 “tal”. A grande questão é o quanto isso compromete o direito do usuário,  
89 porque se o técnico se envolve em realizar ações que não são típicas da  
90 política de assistência, ele muitas vezes assume o lugar de fiscal, de  
91 investigador, de perito, o que compromete muito a relação do técnico com a  
92 família, que ele provavelmente deverá no futuro ter que acompanhar. A grande  
93 questão dessa discussão, ela se coloca em uma perda dos limites entre os  
94 poderes, de uma invasão “de competências”, e que se percebe que há uma  
95 dificuldade dos gestores municipais de dar uma resposta qualificada. Ele não  
96 tem que fazer tudo o que ele recebe, ele tem qualificar a resposta e ir para o  
97 diálogo com o judiciário, com o MP. Então, mais uma vez, só para deixar

98 registrado aqui, foram citadas as principais regulações, quem embasam essa  
99 discussão. Como já foi colocado, o provimento 36 mais a Resolução 39, de  
100 dezembro de 2010, em que se define muito claramente as questões da  
101 assistência social. Então os gestores precisam se apropriar bem para fazer  
102 essa discussão. E na continuidade da discussão, quando a Dra. Laura fala de  
103 uma capacitação dos gestores do ponto de vista jurídico, dos marcos teóricos,  
104 dos conceitos, pra que, aqueles que estavam lá presentes, pudessem se situar  
105 frente à questão. E depois a subsecretária Simone também voltou a colocar,  
106 que muita coisa já está sendo feita nessa direção, no enfrentamento,  
107 encaminhamentos, em função dessa discussão. Ficou como encaminhamento  
108 uma solicitação da elaboração de um documento de orientação, uma norma  
109 com mais fundamentos e conceitos, elaborada em conjunto pela SEDESE,  
110 Associação Mineira dos Municípios, MP e COGEMAS, pra subsidiar e os  
111 municípios terem um documento, inclusive para qualificar as assessorias  
112 jurídicas dos municípios. Eles também, às vezes quando recorremos a eles,  
113 eles não têm conhecimento. E por fim, foi colocado pela Maíra e pela  
114 subsecretária, o convênio que já está sendo testado com a AMM, que tem  
115 como meta elaboração de protocolos, o próprio processo de supervisão que  
116 está dentro do Qualifica SUAS e um curso para promotores sobre a política,  
117 pra que a gente vai tentando qualificar todos os atores para uma discussão,  
118 que tenha um melhor andamento. O secretário André esteve presente fazendo  
119 a prestação de contas. Como ele se comprometeu com o COGEMAS de todos  
120 os meses ele participar da reunião e compartilhar com os gestores municipais o  
121 andamento da implantação da política a nível estadual, e chamou a atenção de  
122 todos os gestores para a importância dos Fóruns Regionais de  
123 Desenvolvimento e do espaço que a assistência social precisa ocupar dentro  
124 dos Fóruns, para que as demandas da política de assistência social se  
125 corporifiquem, porque sabemos que dos Fóruns de Desenvolvimento Social  
126 saíram as pactuações da participação popular para o Ciclo Orçamentário e  
127 para o Plano Mineiro de Desenvolvimento, que tenham alcance mais de 20  
128 anos. Então reafirmou a importância da integração dos gestores nessa luta, no  
129 processo de mobilização para participação nos Fóruns. É isso. **RONALDO**  
130 **CAMARGOS:** Só completar Lúcia, que a próxima reunião do COGEMAS vai  
131 ser no dia 07 de agosto, onde vai ser o lançamento do Programa Qualifica  
132 SUAS, no auditório da Assembleia Legislativa. Eu acho que todos já receberam  
133 o convite. Se não recebeu, vão estar recebendo. É um evento em parceria da  
134 SEDESE, COGEMAS, Associação Mineira dos Municípios e a Fundação João  
135 Pinheiro. O COGEMAS vai fazer a sua reunião e será esse lançamento do  
136 Programa. A Assembleia está convidando todos os prefeitos. Os secretários  
137 estão sendo convidados para participar deste evento, que será no dia 07 de  
138 agosto na parte da manhã, na plenária da Assembleia Legislativa. Outra  
139 questão, é que no COGEMAS foi falado também sobre a série histórica. O  
140 nosso secretário e deputado André Quintão colocou então da necessidade do  
141 CEAS, do COGEMAS, da SEDESE abrir uma discussão mais aprofundada  
142 sobre a questão da série histórica, o cofinanciamento que tem, que é diferente  
143 do Piso Mineiro, pra gente pensar uma alternativa em uma nova  
144 regulamentação deste repasse para alguns municípios, que tem o pagamento  
145 da série histórica. Rever os critérios e também discutir que se vai ser  
146 incorporado ao Piso Mineiro, se não vai, qual que vai ser a alternativa, pra que

147 a gente possa avançar também nessa questão da série histórica. A Simone  
148 colocou também que na Conferência Estadual, se eu não me engano, vai ter  
149 uma discussão da judicialização. Pretende-se fazer uma discussão na  
150 Conferência Estadual para aprofundar, porque o debate foi muito rico. Os  
151 relatos dos municípios principalmente. Nós tínhamos lá mais de 70 municípios  
152 na terça-feira, em torno de quase 130 pessoas participando no auditório do  
153 BDMG. Em função do tema, praticamente lotou o auditório do BDMG em plena  
154 terça-feira. Então estamos vendo da necessidade que precisamos também de  
155 aprofundar essa discussão da judicialização aqui no Estado de MG, para que a  
156 gente possa avançar na política de assistência social. **DENISE:** Eu queria,  
157 como representante de trabalhadores nesse CEAS, parabenizar o COGEMAS  
158 por colocar essa pauta e por ter trazido em discussão para o quórum da  
159 responsabilização do gestor. O que a gente tem visto, e os colegas do CRP  
160 muito provavelmente tem recebido também, uma enorme demanda do  
161 trabalhador em relação a essas questões, porque as determinações do  
162 judiciário chegam direto para o trabalhador, e ele é quem fica na condição de  
163 responder ou não. Quando o COGEMAS pauta isso, significa que o lugar da  
164 responsabilização de fazer interlocução da negociação é na gestão, não é  
165 papel de trabalhador, e nós já tivemos situações onde o trabalhador sofre uma  
166 ação judicial por não ter respondido a tempo. Ele não deixou de responder. A  
167 solicitação chega, o relatório, no prazo de 5 dias, e se não cumprir, como a  
168 colega não cumpriu, ela sofre uma ação. Não sei de que natureza foi. Então,  
169 essa não é uma questão de trabalhador, essa é uma questão de gestão. A  
170 gente precisa colocar o gestor em condição de responder e em condição de  
171 negociar. Sabemos que nos municípios isso é complicado. A relação nem  
172 sempre é muito tranquilo entre o executivo e o judiciário, principalmente nos  
173 municípios pequenos onde estão muitos próximos de promotores e juízes, e  
174 acaba sobrando para o trabalhador ter que dar a resposta. No geral, ele deixa  
175 de executar as ações de CRAS e CREAS para responder o que veio  
176 determinado do juiz, ou da promotoria. O COGEMAS nesse sentido está de  
177 parabéns. As ações, eu acho que vão fortalecer os gestores nesse sentido.  
178 **MARIA:** Muito bem. Mais alguém queria fazer algum comentário sobre o  
179 informe que a Lúcia deu, e a respeito do que o Ronaldo e a Denise  
180 comentaram? Não havendo, vamos passar agora para o Hermellis, que vai  
181 fazer o nosso informe da mesa diretora. **HERMELLIS:** Bom dia a todos. A  
182 nossa reunião da mesa diretora ficou muito em cima da pauta mesmo, para  
183 otimizar, realmente, a reunião da plenária mesmo. Procuramos tirar algumas  
184 coisas, que pra essa plenária não fosse tão urgente, podendo ser adiadas para  
185 a próxima plenária, como foi a questão da prestação de contas do 1º trimestre  
186 de 2014. Mesmo porque não teve tempo para nos repassar por e-mail com  
187 antecedência, então retirou-se. E também essa questão que vamos ter no  
188 ponto de pauta da alteração da próxima plenária de agosto. Necessidade  
189 mesmo de pautas urgentes, por exemplo, as nossas conferências regionais,  
190 quanto a estadual, que precisamos debruçar todos nós, porque a próxima  
191 plenária já seria a uma semana de início da primeira conferência regional. O  
192 próximo ponto de pauta foi nesse sentido, de trazer esses assuntos mais  
193 urgentes e otimizar o nosso rendimento pra plenária. Nós atendemos também o  
194 Conselho Municipal de Nova Lima, que pediu uma reunião com a mesa diretora  
195 do Conselho sobre uma problemática que eles estão tendo em relação ao

196 financiamento da política pública no município como um todo, e mais particular  
197 da política de assistência social. Então nós fizemos uma boa conversa com a  
198 secretária executiva e o segundo secretário da mesa diretora. A gente passou  
199 todas as orientações e foi bem satisfatório tanto pra nós, representando o  
200 CEAS, quanto para eles que saíram bastante satisfeitos com os  
201 encaminhamentos e orientações que nós passamos a eles. É só isso  
202 presidente. **MARIA:** Muito bem. A Simone, ela não está aqui nesse momento  
203 porque ela está em uma consulta, então vamos deixar o informe da conferência  
204 para quando ela chegar. Não está inscrito nos informes, mas eu gostaria de  
205 socializar com vocês algumas discussões que tivemos essa semana. Eu não  
206 estava na reunião da mesa diretora, porque estava na Assembleia Legislativa  
207 em uma audiência. A comissão de normas depois pode fazer os informes sobre  
208 a reunião que tivemos aqui à tarde com o MAB. Fomos convidados para  
209 audiência lá na Assembleia. Uma vez que o MAB tinha solicita para o Conselho  
210 uma agenda com a mesa diretora, sugerimos que a reunião fosse de manhã e  
211 eles não puderam de manhã, porque estavam nessa audiência. Como também  
212 fomos convidados, eu participei, e queria socializar com vocês a fundamental  
213 importância. Estar presente na audiência foi um pouco meio duvidoso quando  
214 logo recebemos o convite, porque não tínhamos muito domínio. Eu queria  
215 trazer aqui como foi bom para eu ter ido, uma vez que a gente discute muito  
216 aqui as normas, falamos desse processo de articulação, de todos os espaços  
217 organizados que temos da construção da política, mas “cara a cara”, discutindo  
218 realmente com os usuários, com os atingidos, eu ouvindo eles se  
219 emocionarem, a gente se arrepiando com certas injustiças, é que a gente pode  
220 de fato recarregar as nossas energias e ver que precisamos cada vez mais  
221 estar, inclusive, representando naquele espaço. Eu imagino que a audiência  
222 cumpriu o seu objetivo, apesar de que por parte do MAB eles ficaram, de certa  
223 forma, insatisfeitos, uma vez que a empresa CODEVASF não esteve na  
224 audiência. Mas os debates, os atores presentes, os parceiros dos movimentos  
225 sociais e o registro de todos os acontecimentos através da Assembleia  
226 Legislativa, eu acho que garantiu tanto para o CEAS a fundamentação,  
227 inclusive, da gente revêr alguns procedimentos, que subsidiou com bastante  
228 tranquilidade, para gente estar aqui na parte da tarde, que também teve o  
229 MAB, o MP, nos conselheiros da mesa diretora e a comissão de normas.  
230 Então, assim, foi muito bacana. Eu acho que a gente precisa estar mais  
231 presente em espaços como esses, promovido e articulado por nós Conselho  
232 Estadual, na base mesmo com os nossos usuários, porque fortalece o  
233 Conselho, nos dá subsídio para gente poder, de certa forma, intervir de uma  
234 forma direta na política, naquilo que a gente acha ou que possamos estar  
235 avaliando, que ainda não estar de acordo com o que o Conselho propõe, e que  
236 nós enquanto conselheiros às vezes acredita, mas não consegue na prática,  
237 conseguir visualizar o resultado. Então foi muito bom. Outra coisa também que  
238 por parte da federação: a federação tem mais de 45 anos, e nós conseguimos  
239 realizar o 2º Encontro Estadual de Educação do Campo, onde conseguimos ter  
240 presente todas as universidades, que hoje discutem e trabalham com a  
241 educação no campo. Dentro da Universidade Federal do Triângulo, da UFV, da  
242 UFMG, e conseguimos, inclusive, que o Secretário de Estado de  
243 Desenvolvimento Social e do Trabalho, André Quintão estivesse, que a  
244 secretária de estado, a Macaé, estivesse. E ainda conseguimos levar a

245 Universidade Estadual de Minas Gerais e vários órgãos institucionais, que hoje  
246 lidam com essas políticas sociais. O mais interessante é que nós tivemos a  
247 clareza no debate direto também, foi como que a política de assistência social,  
248 ela precisa ganhar o campo da relação com as demais políticas. Ela precisa  
249 ganhar o campo. É aquilo que nós dissemos no Capacita SUAS, que teve  
250 como proposta a relação e cumplicidade, da construção com os valores do  
251 sujeito, dos povos tradicionais, enfim. Não sei o que a SEDESE, através do  
252 André Quintão, achou, mas pra nós foi importantíssimo. Foi a primeira vez que  
253 a federação também faz o debate direto com a política de assistência social e o  
254 acesso dos trabalhadores. Eu acho que é um desafio. Foi muito importante,  
255 mais ainda pelo espaço que estávamos com mais de 200 pessoas, e  
256 conseguimos fazer o debate da conferência, da importância dessa conferência,  
257 do olhar que ela está tendo, e do tanto que a gente precisa estar garantindo  
258 que estejam presentes nas municipais e na conferência estadual, pra gente  
259 ganhar esse campo, da construção de fato dos valores, saberes e do acesso  
260 de fato. Então, assim, socializando para vocês o acontecimento que foi muito  
261 importante. Diante dos informes, e como a Simone não está, gostaria de passar  
262 então para o ponto de pauta da comissão de orçamento e financiamento.  
263 **LÚCIA:** Ronaldo, se eu esquecer alguma coisa você me ajuda, já que o  
264 companheiro da básica não está aqui. Foi encaminhada ao Fundo Estadual,  
265 que inaugura uma prática que a gente acha muito interessante, muito  
266 importuno: uma emenda parlamentar ao Fundo Estadual. Uma emenda do  
267 Dep. Fed. Antônio Andrade, que é o vice-governador, no valor de R\$  
268 300.000.00, e o recurso é para investimento. A SEDESE, coerente com as  
269 macro diretrizes definidas pelo secretário André Quintão, pensou-se na grande  
270 questão da erradicação da pobreza rural, e viu-se como instrumento para isso  
271 a aquisição de veículos para os municípios, que tenham equipe volante e que  
272 tenham uma extensa área rural com o índice de pobreza também mais  
273 significativo. Eu vou ler o texto aqui, para ficar registrado em ata, mas  
274 basicamente a questão é essa, tá? Ponto I: Apresentação pela SEDESE da  
275 emenda parlamentar no valor de R\$ 300.000.00 do Dep. Fed. Antônio Andrade.  
276 Após a leitura do documento pelas comissões - foi uma reunião mista, política e  
277 orçamento - o diretor de proteção social básica da SUBAS/SEDESE, Sr.  
278 Wagner esclareceu que o recurso da emenda parlamentar disponível no Fundo  
279 Nacional de Assistência, no valor de R\$ 300.000.00 a ser acrescido de contra  
280 partida do Governo do Estado em 2% destina-se a investimento, e que devido  
281 ao montante optou-se pela aquisição de veículos. Considerando os macros  
282 objetivos daquela secretaria, que os critérios para a seleção dos municípios  
283 serão: Assegurar que os veículos sejam destinados a prefeituras que tenham  
284 características rurais e com grande extensão territorial; Que os municípios  
285 tenham equipe volante; Que não tenham recebido veículo para as mesmas  
286 atividades; Que possuam maior ID CRAS. Foi informado também, que o prazo  
287 para o envio da proposta para recebimento do recurso da emenda encerrou-se  
288 dia 10 de julho, quando também deveria ter sido encaminhada a anuência  
289 deste Conselho expressa em resolução e declaração. A SEDESE solicitou  
290 prorrogação do prazo para deliberação do CEAS, sendo concedida na data  
291 final para 22 de julho de 2015. Também foi esclarecido que os critérios de  
292 pactuação serão submetidos à CIB, e, posteriormente, a aprovação do CEAS.  
293 Cabe aqui um esclarecimento pelo seguinte, nós temos que fazer uma

294 definição. O recurso ele é finito, ele dá para um determinado número de  
295 veículos. Mas em função dos critérios, é importante que fique claro que não  
296 necessariamente os municípios que preencherem os requisitos e que estiverem  
297 ranqueados com os primeiros dez, ou os primeiros doze, de acordo com a  
298 possibilidade de aquisição, que eles terão condições e os objetivos de manter o  
299 veículo. Tem municípios que não tem frota própria por exemplo. Não adianta  
300 você relatar, repassar um veículo para um município que não tem os meios de  
301 fazer a manutenção, que não tem motorista, que não tem orçamento específico  
302 para combustível. Então, no termo de Aceite, estas especificações estarão  
303 colocadas. É preciso que no processo de pactuação fique uma flexibilidade pra  
304 depois dar aquisição do veículo, para gente não ficar impedido de fazer um  
305 encaminhamento. O número de veículos a ser adquiridos, poderá sofrer  
306 pequena variação em função da licitação. Foi sugerido, pelos conselheiros, que  
307 os municípios sejam consultados sobre a capacidade de manutenção do bem  
308 que receberam. Também foi alertado que os veículos mais preparados para  
309 estrada de terra, embora sejam mais caros que carros mais populares, terão  
310 maior durabilidade. A SEDESE acatou as sugestões e esclareceu que os  
311 municípios não serão obrigados a receber os veículos, e que terão que assinar  
312 um termo de Aceite, onde constará a obrigação da prefeitura e do Estado.  
313 Quanto à aquisição de veículos mais resistentes à estrada de terra, algumas  
314 especificações poderão ser incluídas no processo de compra, como altura e  
315 suspensão mais apropriadas. A sugestão de encaminhamento da comissão é  
316 pela aprovação. Como foi citado aqui no texto, dois documentos se fazem  
317 necessários para a concretização da parceria com o Fundo Nacional. Um deles  
318 é a resolução da deliberação aqui desse pleno, mas como nós temos um prazo  
319 até dia 22, pode não acontecer a publicação em tempo hábil. A ideia é que a  
320 minuta de resolução, obviamente, seja publicada para garantir que a gente  
321 também aprove aqui uma declaração do conselho de assistência, para dar  
322 andamento aos procedimentos. A minuta de resolução nº 525 de 2015 –  
323 CEAS/MG: Dispõe sobre a aprovação proposta, projeto vinculado à ação  
324 estruturação da rede de serviços de proteção social básica com o objeto  
325 voltado a aquisição de veículos. O Conselho Estadual de Assistência Social de  
326 Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 13  
327 da Lei Estadual 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Lei Orgânica da  
328 Assistência Social – LOAS, e pela Norma Operacional Básica do Sistema  
329 Único de Assistência Social de 2012– NOB SUAS 2012, e considerado a  
330 deliberação de sua ducentésima segunda plenária ordinária resolve: Art.1º:  
331 Aprovar a proposta projeto elaborada pela Secretaria de Estado de Trabalho e  
332 Desenvolvimento Social de Minas, vinculado à ação estruturação da rede de  
333 serviços de proteção social básica, com o objeto voltado à aquisição de  
334 veículos o qual foi cadastrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contrato  
335 de Repasse – SICOV, sobre o número de proposta 021308/2015, com recurso  
336 proveniente do orçamento geral da União de 2015 por meio de emenda  
337 parlamentar do Dep. Fed. Antônio Andrade. Art. 2º: Essa resolução entra em  
338 vigor na data de sua publicação. A declaração do Conselho: O Conselho  
339 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais no uso de suas atribuições  
340 pela Lei 12.262 declara que em sua ducentésima segunda plenária ocorrida no  
341 dia 17 de julho de 2015, aprovou por meio da Resolução CEAS nº 525/2015  
342 proposta projeto, elaborado pela Secretaria de Estado de Trabalho e

343 Desenvolvimento Social/MG, vinculado à ação estruturação da rede de  
344 serviços de proteção social básica, com o objeto voltado à aquisição de  
345 veículos, o qual foi cadastrado no Sistema de Gestão de Convênios e  
346 Contratos de Repasse – SICOV, sobre o número da proposta 021308/2015,  
347 com recursos provenientes do orçamento geral da União de 2015. Belo  
348 Horizonte, 17 de julho de 2015. Alguma necessidade de esclarecimento ou  
349 informação complementar? **RONALDO GONÇALVES:** Eu gostaria de saber se  
350 tem uma resolução que trata especificamente sobre emendas parlamentares, a  
351 destinação. Como é que se dá essa destinação e a quem cabe essa  
352 destinação? O direcionamento é uma resolução do Conselho Estadual.  
353 **CONSOLAÇÃO:** Específica de emenda não. **RONALDO GONÇALVES:** De  
354 emenda. Eu não digo de forma pontual, mas de forma genérica, todas as  
355 emendas que venham suplementares o orçamento. **CONSOLAÇÃO:** Algumas  
356 diretrizes que venham maiores a esse tema não, a gente não tem. **RONALDO**  
357 **GONÇALVES:** Na verdade eu fiquei só em dúvida quanto do recurso da União.  
358 Desculpa se eu me perdi. **LÚCIA:** A emenda parlamentar é recurso da União.  
359 O Dep. Fed. Antônio Andrade que direcionou ao Fundo Nacional R\$  
360 300.000.00 para Minas na área da assistência social. **RONALDO**  
361 **GONÇALVES:** Então, na verdade, cabe a quem está destinando essa emenda  
362 parlamentar, esse recurso. Estou vendo que está sendo aplicado na proteção  
363 social básica, mas pré-determinado dentro da rubrica da assistência social  
364 básica se tratando de investimento. Onde é que se vou isso dentro da  
365 prioridade do Plano Estadual de Assistência Social? **LÚCIA:** Exatamente.  
366 **RONALDO GONÇALVES:** É isso que eu gostaria de entender. **LÚCIA:** Tem  
367 objetivos que já estão definidos. Então dentro dos objetivos, e considerando  
368 que o recurso é de investimento, optou-se pela aquisição de veículos para os  
369 CRAS e o atendimento a erradicação da miséria nas zonas rurais. **RODRIGO:**  
370 Só pra trazer a informação aqui para o Ronaldo. Hoje na comissão de normas  
371 a gente vai trazer esse assunto, e está sendo proposto um manual das  
372 emendas parlamentares. Então, no final do dia, a gente traz uma informação de  
373 como é que vai ser tratado aqui, de que forma o governo anda pensando na  
374 destinação desses recursos públicos para a assistência social. Nós já estamos  
375 pensando nisso tá? Virá mais tarde. **RONALDO CAMARGOS:** Meu xará  
376 Ronaldo de Juiz de Fora, e demais conselheiros, é o seguinte. Essa emenda,  
377 ela já veio “carimbada” pra proteção social básica, lá ela não define que é para  
378 aquisição de veículo. Fala que é investimento. Investimento significa o que?  
379 Você pode comprar veículos, materiais permanentes, construção, ampliação.  
380 Em função do valor de R\$ 300.00.00 e a contrapartida do Estado que é de 2%,  
381 nós avaliamos, e com as diretrizes que nós estamos apontando, inclusive  
382 nessa Casa, que achamos importante de estarmos fazendo um investimento  
383 para atendimento aos municípios, que tenham uma população rural com  
384 pobreza e equipe volante, nós avaliamos que talvez fosse uma boa  
385 oportunidade de aquisição de veículos para subsidiar esses municípios. Não  
386 adianta você ter equipe volante, se você não tem carro para a equipe volante  
387 descolar, não é? Então, essa é uma questão. Em função dessas necessidades,  
388 desse diagnóstico, nós fizemos um levantamento na SEDESE para fazer essa  
389 proposta. Tem mais de 100 municípios que estão nessa condição, só depois  
390 precisamos casar outros elementos. Por exemplo, ID CRAS: quanto maior a  
391 nota do ID CRAS melhor é a atuação. O que é o ID CRAS? É um índice que o



392 governo federal criou para aferir a qualidade e o funcionamento do CRAS.  
393 Então você tem uma equipe completa, você tem todo um serviço, você oferta  
394 os serviços previstos na tipificação, e tudo isso eleva o ID CRAS. Então nós  
395 vamos, de certa forma, apresentar uma proposta pra ser pactuada na CIB,  
396 porque achamos importante fazer essa pactuação na CIB e também no CEAS.  
397 Quais os municípios seriam contemplados com essa doação? Porque, na  
398 verdade, a aquisição dos veículos vai ser dada por conta do Estado, porque o  
399 recurso foi colocado no Fundo Estadual de Assistência Social. O vice-  
400 governador não fez a emenda “carimbada” para as entidades. Ele fez uma  
401 emenda para a Política Estadual de Assistência Social para melhorar, para ser  
402 investida na Proteção Social Básica. Então não podemos usar esse recurso,  
403 por exemplo, para a Proteção Social Especial Isso está colocado no  
404 instrumento, que veio do Fundo Nacional. Então, a gente teve que preencher  
405 uma documentação da proposta. Precisamos desse parecer, desse aval, dessa  
406 deliberação do CEAS, e caso seja aprovado, vamos então agora construir mais  
407 detalhadamente proposta para ser apresentada na CIB e no CEAS. Como é  
408 que vai se dar a doação desses veículos para esses municípios, dentro dos  
409 critérios que a Lúcia colocou muito bem, que foi colocado por nós ontem junto  
410 com o diretor da básica na reunião de financiamento. Então é isso que a Lúcia  
411 disse, nós estamos atendendo na linha de uma política mais voltada gente para  
412 fazer investimento nos municípios que tenham uma extensão rural significativa,  
413 que tenham equipe volante e que tenham ID CRAS significativo. É como se  
414 fosse mais um incentivo para que os municípios possam continuar fazendo os  
415 seus trabalhos. Inclusive, na SEDESE, estamos pensando muito uma  
416 metodologia de trabalho, uma supervisão para desenvolver trabalhos na zona  
417 rural, porque, infelizmente, temos essa grande dificuldade ainda na política da  
418 assistência social. Temos que pensar em uma nova metodologia de  
419 intervenção da política da assistência social nas comunidades rurais, e grande  
420 parte dos nossos municípios mineiros têm grandes extensões rurais,  
421 municípios pequenos muitos isolados, separados. Por isso precisamos pensar  
422 alternativas para atender essa realidade, que está colocada para o Estado de  
423 Minas Gerais. A proposta é essa: aquisição de veículos. Ontem foi sugerido  
424 pela comissão de financiamento que pensa-se em um veículo que pode-se  
425 atender as demandas dos municípios. Não adianta você por um carro Fiat 147  
426 que vai rodar estrada de terra, ficar um ano rodando. Aí, chega no final do ano  
427 ele pifou, porque as estradas não são “lá grandes coisas” nos municípios.  
428 Então é pensar em um carro que tenha uma estrutura melhor para atender  
429 essa demanda, e aí vamos, depois, apresentar a proposta com mais riqueza  
430 nos detalhes, tanto na CIB, quanto aqui no CEAS, caso seja aprovado aqui a  
431 questão da emenda. **MAURO:** Eu fui contemplado em várias questões já na  
432 fala do Ronaldo da SEDESE. Alegro-me a informação que ele me dá de pensar  
433 no meio rural, porque desde que eu estou aqui eu venho prorrogando a  
434 questão de como é que faz para a política de assistência social chegue às  
435 comunidades bem distantes, especificamente as comunidades quilombolas.  
436 Então me alegro muito saber disso. Com relação ao uso e critérios do veículo  
437 na ponta, quando chegou um veículo novo no município “nossa é a farra”. É a  
438 farra no sentido que várias secretarias querem fazer o uso, e aí pra quem é  
439 realmente pra ser usado, ele não fica à disposição. De repente colocar a  
440 exclusividade igual os dos Conselhos Tutelares, embora ele ainda faça outros

441 serviços né? Seria isso, o uso exclusivo para que a equipe, na hora que ele  
442 precisar, possa ter à disposição o veículo. A outra questão é a manutenção. De  
443 repente o próprio recurso que vai para o IG SUAS, ou outro da própria  
444 assistência para a manutenção, porque às vezes também o recurso próprio da  
445 prefeitura, eu sei, que também tem dificuldade para manutenção. Seria isso.  
446 **LÚCIA:** Só para esclarecer a questão que o conselheiro faz do uso do veículo.  
447 No texto do SICOV tem itens específicos da função do compromisso do  
448 Governo do Estado, que obviamente deverá ser repassado para o município,  
449 por meio do termo de Aceite, do uso específico do veículo, sobre pena dele  
450 perder o bem. Então, isso está previsto na normativa do Governo Federal pelo  
451 SICOV, e vai ser repassado no termo de Aceite para os municípios, tá? Não  
452 garante tudo, mas deixa uma possibilidade de ser destacado. **RONALDO**  
453 **GONÇALVES:** Na verdade a minha pergunta não foi nada contrário ao que  
454 está aí. Eu gostaria de parabenizar, primeiramente, que destinou o recurso. Em  
455 ter destinado para o Fundo Estadual de Assistência Social. Parabenizar e muito  
456 a comissão em ter debruçado nisso, em ter contemplado a Proteção Social  
457 Básica. A gente sabe é a que mais necessita e, principalmente, o usuário da  
458 zona rural. Eu fui contemplado na fala do xará Ronaldo da SEDESE, mas nada  
459 ao contrário, foi no sentido de que não é de forma pontual, porque nós  
460 recebemos lá em Juiz de Fora, uma verba parlamentar direcionada a outras  
461 finalidades e conseguimos que viesse para a Proteção Social Básica, que fosse  
462 deliberado pelo controle social do Conselho Estadual. Independente de voltar a  
463 trazer isso para mais especificidades e os critérios, para mim eles já estão  
464 implícitos, e não teria nada a acrescentar do que a comissão traz para esse  
465 plenário. Simplesmente parabenizar, mas é a forma que daqui pra frente como  
466 seriam as verbas parlamentares, seria deliberadas por esse Conselho ou não?  
467 Porque lá estamos propondo, com a comissão de política, que toda verba  
468 parlamentar venha suplementar o orçamento da assistência social, e que seja  
469 alocado no Fundo Municipal de Assistência Social, que cabe a esse sim  
470 deliberar sobre a destinação de recurso voltado para essa pasta da assistência  
471 social. Parabéns, inclusive, ao gestor em ter debruçado também junto com a  
472 comissão. É só isso. Muito obrigado. **ÍTALO:** Bom dia. Primeiramente quero  
473 dizer que é um prazer eu estar aqui na minha primeira intervenção, no meu  
474 primeiro dia como conselheiro. É mais uma reflexão sobre a proposta  
475 apresentada no seguinte sentido: os critérios que foram colocados, eu acho  
476 que são bastante positivos, inclusive aquele que você citou depois Lúcia,  
477 relativos à percepção se os municípios têm capacidade de manutenção do  
478 veículo. Acho que isso é fundamental. Agora, eu queria fazer uma reflexão  
479 sobre o critério do uso do ID CRAS: como a gente está priorizando aqueles  
480 municípios que tem o ID CRAS mais elevados? Como o Ronaldo da SEDESE  
481 colocou, é um incentivo para que os municípios continuem desenvolvendo cada  
482 vez mais. Eu sempre fico pensando, refletindo, sobre a gente deve incentivar  
483 aqueles que já estão na frente, ou incentivar aqueles que estão no caminho  
484 para chegar à frente. Talvez não seja o momento de rever isso, mas não seria  
485 o caso de pensar o ID CRAS mais baixo? Ou, talvez, ter uma análise mais  
486 aprofundada do ID CRAS, não somente o mais alto. O ID CRAS, ele tem as  
487 dimensões para cada nota, você tem determinadas dimensões que são  
488 avaliadas. Não vou me recordar agora das 10 dimensões evidentemente. É  
489 fazer um uso do ID mais minucioso. Eu vivi muito isso enquanto estudante. Eu

490 como estudante de escola pública, de baixa renda e tudo, eu sempre via as  
491 bolsas indo para os melhores estudantes. Os melhores estudantes vieram das  
492 melhores escolas, vieram dos melhores pais, tiveram todos os melhores  
493 recursos. Então eu como um “cara” que estava batalhando, nunca fui  
494 incentivado para chegar a um lugar de “glória”, digamos assim. É só uma  
495 reflexão. Não sei como a gente pode tratar. A reflexão eu deixo para vocês.  
496 **SILVANA:** Na verdade eu já fui contemplada aqui com a fala de quase todo  
497 mundo. Quero mesmo é parabenizar essa iniciativa, porque eu acho que a  
498 política rural, principalmente da assistência social, a necessidade dela é  
499 invisível na região rural. Ela é mais invisível do que nas grandes cidades, onde  
500 já tem vários atores preocupados com isso, não é? Reforçando essa questão  
501 do ID CRAS, que o Ítalo está trazendo, ontem eu trouxe essa discussão pra cá,  
502 e me tranquiliza o Ronaldo fazer esse conjunto de critérios. Não adianta você  
503 passar para aquele município que está precisando muito, sendo que ele não  
504 vai utilizar bem, não tem condições para utilizar bem esse veículo. Então, eu  
505 acho que esse conjunto de critérios assegura um pouco isso, mas realmente é  
506 necessário a gente pensar nesses municípios que precisam muito, até para  
507 que ele tenha condição de competir com essas outras políticas. Como o Ítalo  
508 mesmo disse, é aquele aluno que não teve as melhores oportunidades possa  
509 também competir por uma bolsa, um benefício, digamos assim. **RONALDO**  
510 **CAMARGOS:** Primeiro, gente, o ID CRAS, ele não vai ser o que tem peso  
511 maior, ele compõe os critérios. Não adianta eu passar veículo para um CRAS,  
512 que não tem equipe de RH. O carro vai ficar parado do mesmo jeito. O ID  
513 CRAS olha a questão do RH, da equipe de referência, da equipe volante. As  
514 equipes volantes nos municípios às vezes, ela não está fazendo aquilo que foi  
515 previsto na normativa para ela executar. Então essa é uma questão. O ID  
516 CRAS nós sabemos que ele vai ser um dos critérios junto com os demais  
517 critérios, para apresentar a proposta. Essa é a questão, só para clarear para o  
518 pessoal aqui. Então esse não será o que vai definir, mas ele compõe o rol de  
519 critérios que a gente está pensando pra chegar, porque são, no máximo, 12  
520 veículos, é pouca coisa. Nós não vamos nem fazer cócegas na demanda que  
521 nós temos, mas já é alguma coisa. Outra questão pra finalizar a minha fala, é  
522 dizer que talvez o Ítalo possa ajudar na comissão de normas. Belo Horizonte  
523 tem uma resolução que fala sobre emenda parlamentar. Na época que eu era  
524 chefe de gabinete, nós debatemos muito. Existe uma resolução lá que  
525 regulamenta o município, e de que forma deve receber as emendas  
526 parlamentares. Onde elas devem ser colocadas? Essa questão de emenda  
527 parlamentar “carimbada”, inclusive foi uma grande discussão no CMAS de Belo  
528 Horizonte. Então eu acho que o Conselho de Belo Horizonte tem muito a  
529 contribuir com o Conselho Estadual nessa perspectiva que o Ronaldo de Juiz  
530 de Fora coloca, do Conselho também pensar uma resolução, pensar uma  
531 normativa para a questão das emendas parlamentares. Saiu um documento do  
532 Governo Federal também sobre questão de emendas parlamentares. Eu acho  
533 que vai ajudar muito também a comissão de normas, pensar essa proposta  
534 aqui para o Conselho Estadual. **MARTA SOUZA:** Eu fico pensado, porque que  
535 o governo não combina com essas montadoras de carros de Minas Gerais?  
536 Deva ter a obrigação de dar um carro pra cada CRAS. Uma coisa tão boba não  
537 é? Eles não dão conta. **LÚCIA:** Gente, só para complementar essa questão  
538 das emendas. Hoje nós vamos ter aqui a apresentação do novo Marco

539 Regulatório, que também traz um conjunto de novas regras, que com certeza  
540 vão incidir na questão das emendas. Só pra deixar registrado mais essa  
541 mudança, que nós vamos assimilar ao longo do tempo. Nós conversamos  
542 ontem na comissão e parte da nossa experiência também, uma das demandas  
543 da população da zona rural a gente fala muito do confinamento, mas essa é a  
544 realidade da população da zona rural. Eu não tenho uma zona rural com  
545 demanda do ponto de vista da pobreza de renda, não existe. A minha zona  
546 rural é inteira asfaltada, inclusive pode me dar um carro muito bom viu? Para  
547 não estragar o carro. **VOZES AO FUNDO** Eu estou brincando Marta. **MARTA**  
548 **SOUZA:** Brincando não. Vocês já foram lá? Conhecem? **LÚCIA:** Conhecemos.  
549 Inclusive a nossa presidente conhece. Então, mas a demanda da zona rural e  
550 que a gente mantém equipe volante, apesar de ser uma população rural muito  
551 pequena, é pelo isolamento. A demanda delas não tem nada a ver com  
552 questão de renda. Nada disso, é puramente isolamento. Então eu acho que a  
553 gente precisa, também, incorporar na nossa reflexão aqui no CEAS, não só a  
554 questão da pobreza a partir da renda. A realidade do nosso público é mais que  
555 isso tá? E aí, eu acho que nesse sentido é muito bem-vindo, e tomara que  
556 venham muitas emendas para investimentos pra gente resolver. **MARIA:** Ok?  
557 Antes de passar para os encaminhamentos de votação, o nosso companheiro  
558 Wilson queria dar uma palavra. **WILSON:** Só acrescentando gente, esses  
559 veículos eles estarão sendo comprados pelo governo estadual. Eles não vão  
560 pagar impostos. Não vão pagar impostos nem estaduais e nem federais. A  
561 gente quando pega o valor e divide, pra poder imaginar quantos carros vão dar,  
562 então devemos levar isso em consideração. Uma coisa que eu coloquei ontem  
563 em relação essa questão dos carros melhores, hoje, as montadoras, elas tem  
564 os veículos em uma faixa de preço popular também com a suspensão mais  
565 alta, que dá condições de um veículo de maior qualidade para esses  
566 municípios. Em relação ao que o colega Ítalo falou, na realidade, esses  
567 municípios, que estão sendo cogitados para receber esses veículos, todos eles  
568 tem o seu perfil de anônimo, com origem pobre, sem recursos, mas aqueles  
569 que se destacaram mais, que vão estar recebendo esses veículos. Então  
570 assim, já é o seu perfil, dentro dessa metodologia que você criou entendeu?  
571 Mesmo com poucos recursos, são municípios que se esforçaram mais para  
572 poderem receber esses veículos. **MARIA:** Depois de tirar todas as dúvidas, eu  
573 queria passar para o encaminhamento de votação. Considerando a indicação  
574 da comissão orçamento e financiamento, a Resolução lida pela Lúcia e a  
575 declaração também do Conselho, quem considera aprovado os três  
576 documentos, permaneça como está. Tem alguém contrário? Abstenção?  
577 Então, considera-se aprovado por unanimidade. **APLAUSOS.** Antes de passar  
578 para o próximo ponto, eu quero dizer que todas as considerações e aí pegando  
579 de uma forma especial a do Ítalo, dizer que, inclusive, o Conselho tem uma  
580 grande preocupação com os municípios que, tipo aluno repetente, sabe? Que  
581 às vezes não consegue passar de ano. **RISOS** Nós temos uma preocupação  
582 com eles, justamente porque precisamos que eles alcancem que eles saiam  
583 desse lugar. Um dos exemplos que nós temos é o Qualifica SUAS, que foi  
584 passado aqui, e que pensou a ação direta para 285 municípios, justamente  
585 dando a condição de gastar o que chega lá. A ideia é pensar em ações que  
586 possam colaborar, para que eles consigam sair desse lugar, e de conseguir  
587 inclusive obter novos recursos. **ÍTALO:** O meu objetivo é provocar realmente o

588 debate, trazer a reflexão. Eu não fiz uma análise completa do documento, mas  
589 o Ronaldo veio e esclareceu. Outros critérios foram adotados e eu percebi que  
590 a avaliação foi completamente ampla. Por toda a minha trajetória, por tudo que  
591 eu já falei, eu faço questão de trazer essa reflexão. **MARIA:** Eu gostei da sua  
592 reflexão. Muito bem. Afinal gente, na minha trajetória eu fiz **Acertado os**  
593 **Passos e Caminho da Cidadania**, eu não me esqueço disso. Vamos para o  
594 nosso próximo ponto de pauta. Precisamos discutir sobre a antecipação da  
595 nossa próxima plenária. A ideia é trazer ela para os dias 13 e 14. O Hermellis já  
596 colocou um pouco disso, quando ele deu os informes da mesa diretora, mas eu  
597 queria só acrescentar que a importância da gente antecipar é justamente por  
598 conta de todos os processos que estamos vivendo hoje com a realização das  
599 conferências. Vamos entrar agora, a partir do dia 25 de agosto, para as etapas  
600 regionais da conferência. Se a gente antecipar, nós temos como, inclusive,  
601 discutir, tomar alguns encaminhamentos que possam colaborar com a nossa  
602 participação nas conferências regionais, porque elas serão muito próximas, e  
603 que a gente possa ter uma participação mais efetiva. Eu queria saber se tem  
604 alguém que queira tirar dúvida, ou se tem alguém contrária a essa proposta.  
605 **ÍTALO:** Não foi especificado se a plenária vai ser o dia todo nos dois dias ou só  
606 pela manhã. **MARIA:** A ideia é que seja plenária no dia 13 e no dia 14 também,  
607 não teria comissão. Seria o dia inteiro, dois dias de plenárias. **MIRIAM:** Então  
608 já aproveito para justificar ausência no dia 13, porque está coincidindo com a  
609 Assembleia do CONANDA, onde eu represento também a Inspeção. Mas dia  
610 14 eu estarei aqui. **MARIA:** Muito bem. **ÍTALO:** Também gostaria de justificar a  
611 minha ausência. No dia 13 à tarde eu estarei em uma conferência municipal de  
612 assistência social como conselheiro, mas pela manhã eu estarei. No dia 14  
613 estarei no período integral. **MARIA:** “Hoje as energias negativas estão todas  
614 nos microfones gente”. **RISOS.** Então vamos para encaminhamento. É  
615 consenso que a próxima plenária deste Conselho aconteça nos dias 13 e 14?  
616 Considera-se a alteração da próxima plenária consenso neste Conselho?  
617 Considerando, inclusive aqui, as justificativas já citadas. Mas seria bom que  
618 envia-se escrito para este Conselho. Vamos passar agora para o próximo  
619 ponto de pauta, que é a recomposição do GT de Jequitaiá, lembrando, gente,  
620 que é importante demais a recomposição desse GT. **DENISE:** Fazer a  
621 recomposição sem falar do ponto, de repente as pessoas não vão  
622 compreender. Será que a gente puxa o ponto pra agora, e faz aquele relato?  
623 **MARIA:** Vocês estão compreendendo gente? **DENISE:** É porque na comissão  
624 de normas tem o ponto de Jequitaiá para explicar o que está acontecendo. Para  
625 entender, porque que precisa recompor, a gente precisava contextualizar.  
626 **MARIA:** Sim. **DENISE:** Aí deixa junto. **MARIA:** Vamos agora para o Plano  
627 Estadual de Regionalização. **JÚLIO:** Existem outros pontos também a serem  
628 discutidos. **MARIA:** Sim. Obrigada Júlio. É porque falou do GT Jequitaiá e eu  
629 já... Tem o GT Fumaça nesse caso. Nós temos a recomposição do GT  
630 Fumaça, que é um governamental e um da sociedade civil. Também temos a  
631 questão da comissão coordenadora de acessibilidade, que são das  
632 conferências. Aprovamos a necessidade de ter uma comissão para isso. E a  
633 vacância do primeiro secretário (a) da mesa diretora. Então vamos começar  
634 pelo GT Fumaça, que um governamental e um da sociedade civil. Rosa, por  
635 favor. **ROSALICE:** Bom dia. Pra quem não me conhece, eu sou assistente  
636 social, técnica responsável pela comissão de normas no CEAS, e acompanho

637 os Planos de Assistência Social para população atingida por barragem. Esse  
638 GT de Fumaça ele está formado pelo conselheiro Volney, que está aqui  
639 presente, se você quiser falar sobre o processo, e a conselheira Isabela. No  
640 ano passado chegou algumas denúncias em relação à violação de direitos  
641 humanos, em relação à população atingida pela PCH Fumaça. Esse processo,  
642 ele iniciou em 2000, e finalizou em 2004, depois disso o Conselho Estadual não  
643 recebeu mais nenhuma notícia em relação a essa população. Ano passado  
644 chegou uma série de denúncias do MP juntamente com o MAB, falando que na  
645 região existiam pessoas em situação de vulnerabilidade devido ao processo de  
646 reassentamento que não ocorreu, processo de negociação que não ocorreu,  
647 pessoas que estavam sem emprego. O GT no mês passado esteve no local,  
648 fez uma visita nas três comunidades, não é Volney? Hoje a Isabela estaria até  
649 apresentando um relato sobre essa visita. Foi constatada realmente a falta de  
650 negociação em alguns casos: pessoas que trabalhavam com pedra sabão que  
651 não foram negociadas, que não foram reconhecidas. E esse processo também  
652 está junto com o MP. Na verdade, a gente fez essa visita quando o MP solicitou  
653 um posicionamento. Aí sim, nós vamos encaminhar esse posicionamento, a  
654 partir da visita que o GT fez. Precisa da recomposição, porque existe uma  
655 Resolução que criou esse GT, com dois conselheiros governamentais e dois da  
656 sociedade civil. Hoje nós estamos só com um governo e um da sociedade civil.  
657 **MARIA:** Alguém quer mais esclarecimentos? Então, precisamos de um  
658 conselheiro governamental, que é o corajoso (a)? Maria da Páscoa Andrade,  
659 que é do COGEMAS. Da sociedade civil? Muito bem Rodrigo. Agora vamos  
660 passar para comissão coordenadora de acessibilidade na conferência.  
661 Precisamos de dois conselheiros. Não diz se é governamental ou da sociedade  
662 civil. Quem são os corajosos que se propõe a participar da comissão de  
663 acessibilidade? **CONSOLAÇÃO:** A Patrícia saiu, e saiu também a Renata. As  
664 duas eram. Então precisa de mais dois. **MARIA:** Quem são? A Anália, Maria  
665 Ferreira. Mais um, gente. Denise? Muito bem. **CONSOLAÇÃO:** Como a  
666 Patrícia era a primeira secretária e ela saiu do Conselho, a sociedade civil tem  
667 que indicar então a substituição para esse cargo, que está vago. A mesa  
668 diretora tem uma vacância que é do primeiro secretário, que era da Patrícia. A  
669 sugestão, inclusive, é que a sociedade civil possa se reunir e apresentar aqui  
670 em plenária, como foi feito assim a escolha, ela possa apresentar quem vai  
671 substituir aqui na mesa diretora. **MARIA:** Eu queria fazer uma sugestão da  
672 gente marcar uma reunião, na próxima plenária, a gente reúne e apresenta a  
673 proposta, pode ser? **JÚLIO:** Por que não hoje depois do almoço? **MARIA:**  
674 Pode ser também. **JÚLIO:** Após o almoço às 13 horas. **MARIA:** Eu só estava  
675 justificando, porque eu não teria disponibilidade hoje, mas tudo bem, sacrifício  
676 é sacrifício. Então vamos passar para o próximo ponto de pauta, que é o Plano  
677 Estadual de Regionalização. **GEISIANE:** Como está contendo em nossa pauta,  
678 ontem foi apresentado o esboço do Plano Estadual de Regionalização,  
679 apresentado e discutido com as comissões de políticas e comissão de  
680 orçamento. Plano esse que foi pactuado na CIB no dia 15 de julho. Temos aqui  
681 presente o Régis que é o gerente da proteção especial do Estado, que vai  
682 poder, após a minha apresentação junto com o Ronaldo da SEDESE, fazer  
683 melhores esclarecimentos para nós conselheiros. Eu sugiro que durante a  
684 apresentação quem tiver alguma dúvida, que faça os destaques, e que no final  
685 eu com a ajuda, então, do Régis e do Ronaldo... A Simone que acabou de

686 chegar. Bem vinda, bom dia! Então, façam os destaques pra que, no final,  
687 sejam tiradas todas as dúvidas, pode ser assim? Podemos então? O Plano de  
688 Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta  
689 Complexidade. Com relação então a estrutura do Plano tem a Identificação,  
690 Apresentação, Justificativa do Plano, A construção e a implantação de serviços  
691 regionalizados de Proteção Social Especial em MG, O diagnóstico  
692 sócioterritorial vai contar a análise da incidência das vulnerabilidades  
693 sócioeconômicas, da violação de direitos e da oferta de serviços em MG, O  
694 desenho da regionalização da rede de serviços de Proteção Social Especial em  
695 MG, O monitoramento e avaliação da execução, As considerações finais, As  
696 referências e os anexos. Os aspectos descritos no capítulo da justificativa  
697 constam o: Histórico do Sistema Único de Assistência Social no Brasil e em  
698 MG, pontuando A Assistência Social no Brasil e em MG, O processo de  
699 desmonte da FEBEM, A constituição das Casas Lares, A Fundação Caio  
700 Martins – FUCAM. A noção de território e suas articulações com a  
701 regionalização que constam a: Regionalização na assistência social, A  
702 regionalização na Proteção Social Especial, O processo de discussão de  
703 regionalização em MG, O reordenamento das instituições de acolhimento, O  
704 Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de PSE em MG. No capítulo II  
705 A construção e a implantação de serviços regionalizados. Os principais  
706 aspectos descritos neste capítulo, nós vamos ter: Os territórios de  
707 desenvolvimento, A discussão conceitual dos territórios de proteção social,  
708 lembrando que serão abrangidos os 17 territórios, A descrição dos Aceites do  
709 Estado de MG junto ao governo federal, para a oferta regionalizada dos  
710 serviços regionalizados de Proteção Social Especial. Temos a média  
711 complexidade: O serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e  
712 indivíduos – PAEFI, ofertado em unidades de CREAS. Da alta complexidade:  
713 Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, que mais para frente vai  
714 ter os detalhes. Será a partir do programa de família acolhedora; E o serviço de  
715 acolhimento para adulto e famílias (migrante), com 50 vagas por meio das  
716 Casas de Passagem, mais pra frente estará detalhado. Aí o desenho dos  
717 territórios de desenvolvimento em MG, como disse antes, os 17 territórios ali  
718 bem demarcados. No próximo slide, os territórios de desenvolvimento e  
719 diretorias regionais da SEDESE, demarcando os municípios sede. Importante  
720 dizer que as diretorias regionais, como parte integrante da SEDESE, atuarão  
721 como apoio local aos gestores municipais e como interlocutores com a gestão  
722 da sede da SUBAS, coletando informações de acompanhamento e  
723 monitoramento, e realizando ações de apoio e assessoramento técnico aos  
724 municípios. Então essa é a função das diretorias regionais. No capítulo III  
725 vamos à apresentação do diagnóstico sócioterritorial. Aspectos relevantes: O  
726 diagnóstico da oferta de serviços sócioassistenciais no Estado de MG; Porte e  
727 população dos municípios; Oferta de Proteção Social Básica e Especial no  
728 Estado; Diagnóstico das vulnerabilidades sócioeconômicas: o IVM; Aspectos  
729 básicos para implantação dos serviços regionalizados de média e alta  
730 complexidade; As áreas de abrangência da oferta regionalizada; Premissas  
731 para que o município possa sediar o serviço regional de média e alta  
732 complexidade; A identificação das áreas prioritárias de abrangência da oferta  
733 regionalizada. São esses alguns dos aspectos do capítulo. Importante  
734 destacar, que o processo de implantação de serviços deve ser norteado por

735 aspectos básicos e específicos, descritos pelas normativas nacionais e  
736 estaduais, que dispõe sobre o tema. Então, para que o município possa sediar  
737 o equipamento regional de média complexidade – CREAS, e/ou sediar a  
738 equipe regional da alta complexidade, é necessário que condições básicas  
739 sejam atendidas. Algumas dessas condições podemos destacar a: Existência  
740 de rede de proteção social: Fórum, Promotoria de Justiça, Delegacia de Polícia,  
741 Conselho Tutelar, Conselhos municipais de direitos, Conselho Municipal de  
742 Assistência Social; Também a existência de rede de serviços como saúde,  
743 educação e assistência social, dentre outros; A oferta de instituições de ensino  
744 e pesquisa no município na área de abrangência. Ontem foi muito bem  
745 destacada pelo Régis, que essa é uma recomendação preferencialmente, mas  
746 destacando isso; A oferta de estrutura (local) adequada para instalação da  
747 sede do equipamento e/ou sede de equipe regional; Oferta de mão de obra  
748 qualificada. Também foi muito destacado ontem, inclusive o Régis mais o  
749 Ronaldo trouxeram a informação, que serão equipes contratadas por meio de  
750 concurso público, que é muito importante; Estrutura de transporte e facilidade  
751 de deslocamento entre o município sede do serviço e os municípios  
752 abrangidos; Critérios definidos na Resolução CNAS nº 31/2013. Então, são  
753 esses os critérios estabelecidos. Caso o município indicado não atenda a essas  
754 condições, outro município poderá ser indicado, após discussões e pactuação  
755 na CIB. No capítulo IV o Plano vai dizer do desenho da regionalização. Os  
756 aspectos relevantes: Os desafios da proteção social; A regionalização dos  
757 serviços de Proteção Social Especial de média complexidade; O  
758 PAEFI/CREAS regional: implantação e reordenamento e a implantação de  
759 CREAS municipal. Destaque para o Hermellis, Miriam e Anália, por favor.  
760 Gente, só lembrando, fiquem à vontade nos destaques, porque o Hermellis  
761 está registrando. E na regionalização dos serviços de Proteção Social Especial  
762 de alta complexidade: Acolhimento em família acolhedora como eu disse,  
763 anteriormente, para crianças e adolescentes, as 80 vagas; E o acolhimento em  
764 Casa de Passagem para adultos e famílias, 50 vagas. Com relação à  
765 regionalização dos serviços de média complexidade PAEFI em CREAS  
766 regional. Então, aí o desenho da regionalização da média complexidade: Oferta  
767 em unidades regionais – implantação e reordenamento. PAEFI/CREAS  
768 regionais: 7 novas unidades serão implantadas com cofinanciamento federal e  
769 estadual, Aceites já feitos por esse Conselho; 2 (duas) unidades serão  
770 reordenadas, permanecendo como regionais; E 2 novas unidades serão  
771 implantadas com recursos unicamente do Estado. Totalizando 11 CREAS  
772 regionais. Oferta em unidades municipais – implantação: PAEFI/CREAS  
773 municipais: 4 novas unidades serão implantadas com cofinanciamento federal  
774 e estadual. Também aí os Aceites que já passaram por esse Conselho.  
775 Totalizando 4 (quatro) CREAS municipais. Nesse desenho da média  
776 complexidade, vamos ter a classificação dos territórios de desenvolvimento. A  
777 descrição dos 17 territórios: Total de municípios porte I apto; O número de  
778 municípios de pequeno porte I com vulnerabilidade muito alta, alta e média; E a  
779 proporção descrita de municípios vulneráveis, em relação ao total de aptos no  
780 território. As áreas prioritárias de abrangências da oferta regionalizada de  
781 média complexidade nos 11 territórios de desenvolvimentos mais vulneráveis.  
782 Eu acho que, à luz da apresentação de ontem, vou dizer o primeiro território  
783 com mais detalhes e os próximos vão seguir o modelo dessa apresentação. O



784 primeiro território de desenvolvimento é o Vale do Rio Doce com micro  
785 território, na cidade de Santa Maria do Suaçuí. O município indicado para  
786 receber a sede do equipamento foi Peçanha. Os municípios abrangidos nesse  
787 território são: Coroaci, Frei Lagonegro, Nacip Raydan, Peçanha, São José do  
788 Jacurí, São Pedro do Suaçuí e Virgolândia, abrangendo então quase 52 mil  
789 pessoas. E o tempo de deslocamento vai variar de 46 min à 1h01 min, tendo  
790 em vista que a Resolução diz que o tempo de percurso desses municípios para  
791 a sede não pode ultrapassar 2 horas. É um critério facilitando esse acesso.  
792 Ontem, o Régis explicou muito bem que tem um município que ultrapassa 20m  
793 minutos, e foi analisado que esses 20 minutos não trariam prejuízos diante do  
794 contexto para aquele município sede. E aí, os próximos territórios. 2º Território,  
795 Média e Alta de Jequitinhonha, com micro território em Almenara. O município  
796 indicado para receber o equipamento foi Almenara. Então, esses destaques  
797 também são importantes. Almenara tem CREAS municipal e vai receber o  
798 CREAS regional, dando suporte para os outros municípios. Destaque para  
799 Marta, da Secretaria de Saúde. O 3º Território Mucuri, com micro território em  
800 Águas Formosas. Município esse que foi indicado para receber o equipamento.  
801 O próximo slide não vai aparecer ali, mas só contemplando também o que foi  
802 apresentado ontem pelo Régis, e que foi um pedido do conselheiro Volney, que  
803 destaca-se os municípios que fazem fronteiras com outros Estados. A SEDESE  
804 apresentou um grupo de municípios que fazem fronteira, inclusive com o  
805 Estado de Bahia, e que ainda está sendo feito esse levantamento, não é  
806 Ronaldo? De ainda outros municípios que talvez fariam fronteiras. Essa  
807 observação é importante, tendo em vista se é de migrantes o acolhimento  
808 institucional. Às vezes o município mais próximo de outro com aquela  
809 vulnerabilidade, vai ser de um outro Estado. Então, essa informação é  
810 importante. A SEDESE já está se manifestando. O 4º Território é o Alto  
811 Jequitinhonha com micro território em Diamantina, cidade indicada para  
812 receber o equipamento. Diamantina também tem CREAS municipal. O 5º  
813 Território é o Norte com micro território em Januária, que também tem CREAS.  
814 Eu não estou lendo todos os municípios, você acha importante? **RONALDO**  
815 **CAMARGOS:** Eu acho que tem que ficar registrado na ata. **GEISIANE:** Vamos  
816 então. Eu só falei do primeiro, meio como o que o Régis fez ontem, mas tudo  
817 bem. Vamos voltar. No 2º, Território Almenara vai abranger os municípios de  
818 Bandeira, Mata Verde, Palmópolis, Rio do Pardo e Rubim. No Território Mucuri,  
819 o município indicado é Águas Formosas. Os municípios abrangidos são Águas  
820 Formosas, Bertópolis, Crisólita, Fronteira dos Vales, Santa Helena de Minas e  
821 Umburatiba. No 4º, Território que é Alto Jequitinhonha, com micro território  
822 Diamantina, cidade indicada para sede. Os municípios abrangidos são Couto  
823 de Magalhães, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente  
824 Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto e Senador Modestino Gonçalves. No 5º,  
825 Território Norte com micro território Januária, cidade indicada para receber o  
826 equipamento. Os municípios abrangidos são Manga, Matias Cardoso,  
827 Miravânia e São João das Missões. No 6º, Território que é o Vale de Aço, micro  
828 território Caratinga, cidade essa indicada para receber o equipamento. Os  
829 municípios abrangidos são Bom Jesus do Galho, Entre Folhas, Imbé de Minas,  
830 Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas,  
831 Ubaporanga e Vargem Alegre. O 7º, Território Vertentes, com micro território  
832 Barbacena, cidade indicada para receber o equipamento. Os municípios

833 abrangidos são Antônio Carlos, Bias Fortes, Desterro de Melo, Ibertioga,  
834 Piedade do Rio Grande, Santa Rita de Ibitipoca, Santana do Garambéu e  
835 Senhora dos Remédios. No 8º, Território Caparaó, com micro território Ponte  
836 Nova, cidade indicada para receber o equipamento. Os municípios abrangidos  
837 são Acaiaca, Amparo do Serra, Barra Longa, Guaraciaba, Oratórios, Rio Doce  
838 e Santa Cruz do Escalvado. No 9º, Território Central Microterritório Curvelo,  
839 cidade indicada para receber o equipamento. Os municípios de abrangências  
840 são Morada Nova de Minas e Biquinhas. No 10º, Território Metropolitano, com  
841 micro território Guanhões, cidade sede para receber o equipamento. E os  
842 municípios abrangidos são Divinolândia de Minas, Gonzaga, Santa Efigênia de  
843 Minas, São Geraldo da Piedade, Sardoá e Virginópolis. No 11º e último,  
844 Território Sudoeste. O micro território é Passos, e Piumhi foi a cidade indicada  
845 para receber o equipamento. Os municípios abrangidos são Capitólio e  
846 Doresópolis. Continuando o desenho da regionalização da média  
847 complexidade, é importante destacar com relação ao cofinanciamento: que o  
848 financiamento dos serviços regionalizados de Proteção Social Especial dará  
849 por meio de recursos federais e estaduais, cujos valores de referência  
850 encontram-se nas normativas que orientam a oferta regional. Também é  
851 importante dizer do avanço desse processo de proposta desse Plano de  
852 Regionalização, tendo em vista que o Estado de fato e traz prá si a  
853 responsabilidade da regionalização. Isso a gente conseguiu debater de forma  
854 muito ampla ontem entre as duas comissões, destacando como avanço, até  
855 lembrando das nossas discussões aqui no Conselho no ano anterior, onde não  
856 se via como modelo onde o Estado assume-se a responsabilidade, que de fato  
857 vinha de encontro dos anseios dos municípios, assumir tanto a gestão, quanto  
858 o financiamento não é? A gente dá grande responsabilidade que hoje os  
859 municípios têm com as várias demandas, então é salutar ver que o Estado  
860 assume essa responsabilidade. Referências técnicas: A referência regional  
861 contrata pelo Estado, então é a equipe técnica; E referência da Proteção Social  
862 Especial local; A formalização do Aceite entre o Estado e os municípios  
863 abrangidos por meio de instrumentos de cooperação entre os entes, para  
864 formalizar a intenção de todos os municípios envolvidos e do Estado com os  
865 resultados esperados na oferta dos serviços regionais. Então, será feito um  
866 termo de Aceite entre o Estado e os municípios. Quanto à forma de execução e  
867 operacionalização da oferta regionalizada, temos a execução direta: O Estado  
868 será responsável pela organização, implantação e prestação direta dos  
869 serviços nas unidades de CREAS regionais. Os CREAS municipais a serem  
870 implantados, são quatro CREAS municipais. O território de desenvolvimento  
871 central: 1º território, o município é Paineiras; Pequeno porte I; capacidade de  
872 atendimento 50 casos (famílias/indivíduos). No 2º: Triângulo Norte: o município  
873 é Monte Alegre de Minas, Pequeno porte I, com capacidade de atendimento de  
874 50 casos (família/indivíduos). No 3º CREAS: Triângulo Norte: o município é  
875 Canápolis, Pequeno porte I; capacidade de 50 casos para atendimento. Médio  
876 e baixo Jequitinhonha: o município é Padre Paraíso, Pequeno porte I,  
877 capacidade de atendimento 50 casos. É importante dizer que com o  
878 reordenamento do CREAS regionais existentes no Estado, 4 unidades de  
879 CREAS municipais serão implantados, para que os municípios antes  
880 integrantes dos CREAS regionais existentes não perdessem cobertura dos  
881 serviços. A gente também já viu isso aqui no Conselho. Destaque, por favor,

882 para o Volney. O cronograma de implantação desse desenho da média  
883 complexidade: No ano de 2015 propõe-se então: A implantação de uma  
884 unidade de CREAS regional, no território de desenvolvimento do Vale do Rio  
885 Doce, área de abrangência de Peçanha. E também para 2015: Reordenamento  
886 das duas unidades de CREAS já existentes no Estado: Águas Formosas e  
887 Morada Nova de Minas, conhecida aqui por nós no Conselho. **PAUSA-** Bom,  
888 retornando. Nós estávamos na apresentação do cronograma de implantação  
889 do desenho de regionalização média complexidade. Para 2015 estávamos  
890 dizendo da implantação de uma unidade de CREAS regional; Reordenamento  
891 de duas unidades de CREAS já existentes: Águas Formosas e Morada de  
892 Minas. Paramos aqui: Implantação das 4 unidades de CREAS municipais. Para  
893 2016, no desenho da média complexidade, está previsto então: A implantação  
894 de 7 unidades de CREAS regional em territórios de desenvolvimento  
895 considerados prioritários. Para 2017: A implantação de 7 unidades de CREAS  
896 regional em territórios de desenvolvimento considerado prioritário. A  
897 Regionalização dos Serviços de Alta Complexidade: vamos tratar então do  
898 acolhimento para crianças e adolescentes. Na alta complexidade a modalidade  
899 da oferta de acolhimento para crianças e adolescentes é o serviço de  
900 acolhimento em família acolhedora; Ofertas dos serviços regionais para 80  
901 vagas regionais de acolhimento para crianças e adolescentes com  
902 cofinanciamento federal e estadual. É importante destacar que o serviço de  
903 acolhimento será local, com acompanhamento de uma equipe regional  
904 contratada pelo Estado. Famílias acolhedoras serão cadastradas em cada  
905 município, que compõe a área de abrangência. Destaque então para a Marta. É  
906 importante também dizer que, nesse momento, aonde a gente vem lutando,  
907 discutindo amplamente nas comissões ontem, pra que o acolhimento  
908 institucional seja a última opção para uma criança ou adolescente - o  
909 acolhimento institucional. É louvável ver que o Estado opta por essa  
910 modalidade, o serviço de acolhimento em família acolhedora. Então vai ao  
911 encontro também das nossas perspectivas, com relação aos acolhimentos  
912 institucional. Eu, particularmente, fico muito feliz. Sou assistente social e  
913 trabalho no serviço de acolhimento de criança e adolescente, e infelizmente  
914 não é o que temos visto: os municípios, juízes, promotores, conselhos  
915 tutelares, não tem sido infelizmente a última opção, a última estratégia,  
916 infelizmente quase que a primeira. Então é uma luta grande a nossa. Nós  
917 estamos nos serviços de acolhimentos, temos batalhado muito nisso, com a  
918 rede, com o sistema de garantia de direito. Então, ver que o Estado fomenta  
919 esse debate, pra nós é louvável. A classificação dos territórios de  
920 desenvolvimento são os 17 territórios. O total dos municípios de pequeno porte  
921 I para cada território de desenvolvimento; e o número de municípios de  
922 pequeno porte I e pequeno porte II com vulnerabilidade muito alta, alta e  
923 média. No quadro vai trazer a proporção de municípios vulneráveis com  
924 relação ao total. Próximo, é o acolhimento das áreas prioritárias de  
925 abrangência da oferta regionalizada de acolhimento para crianças e  
926 adolescentes nos 6 territórios de desenvolvimento mais vulneráveis. O 1º  
927 território para esse serviço de acolhimento de desenvolvimento médio e baixo  
928 Jequitinhonha: O micro território é Almenara. O município indicado para  
929 receber a equipe regional do serviço de acolhimento é Almenara. Os  
930 municípios abrangidos nessa região são: Bandeira, Mata Verde, Palmópolis,

931 Rio do Prado, Rubim e Divisópolis. O 2º território, região Mucuri: Micro território  
932 é Teófilo Otoni. A cidade indicada para receber a equipe regional é Itambacuri;  
933 Os municípios abrangidos são: Campanário, Frei Gaspar, Jampruca, Pescador  
934 e São José do Divino. O 3º território Norte: Micro território é Januária. Januária  
935 foi a cidade indicada para receber a equipe; Os municípios abrangidos são:  
936 Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz. O 4º  
937 território, Vale do Rio Doce: Micro território Santa Maria do Suaçuí. Peçanha foi  
938 a cidade indicada para receber a equipe. Os municípios abrangidos são:  
939 Cantagalo, Coroaci, Frei Lagonegro, Nacip Raydan, Peçanha, São José do  
940 Jacurí, São Pedro do Suaçuí e Virgolândia. O 5º território do Vale do Aço:  
941 Micro território é a cidade de Caratinga. A cidade Caratinga é a indicada para  
942 receber a equipe. Os municípios abrangidos são: Bom Jesus do Galo, Córrego  
943 Novo, Entre Folhas, Imbé de Minas, Pingo D'Água, Santa Bárbara do Leste.  
944 Santa Rita de Minas e Vargem Alegre. O 6º território, Alto Jequitinhonha: Micro  
945 Diamantina. Diamantina é a cidade indicada para receber a equipe. Os  
946 municípios abrangidos são: Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos  
947 Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto  
948 e Senador Modestino Gonçalves. Então, esses são os 6 territórios propostos. O  
949 cronograma de implantação para o serviço de acolhimento para criança e  
950 adolescente na alta complexidade: Ano de 2015 propõe-se: Criar o serviço  
951 estadual de família acolhedora, instituir a lei regulamentadora, capacitar as  
952 equipes de gestão estadual e organizar a estrutura do serviço. Para 2016: As  
953 80 vagas do Aceite em 6 territórios de desenvolvimento, e também a criação da  
954 central de vagas, que vai organizar todo esse sistema. Importante destacar que  
955 no cofinanciamento, o financiamento dos serviços regionalizados de proteção  
956 social especial se dará por meio de recursos federais e estaduais, cujos valores  
957 de referência encontram-se nas normativas que orientam a oferta regional; Nas  
958 referências técnicas: A referência regional contratada pelo Estado; E a  
959 referência de proteção social especial local: A contrapartida do município.  
960 Destaque para o Volney. Formalização do Aceite entre o Estado e os  
961 municípios abrangidos: Por meio de instrumentos de cooperação entre os  
962 entes, para formalizar a intenção de todos os municípios envolvidos e do  
963 Estado com os resultados esperados na oferta dos serviços regionais. A forma  
964 de execução e operacionalização da oferta regionalizada: Execução direta: O  
965 estado será responsável pela organização, implantação e prestação direta dos  
966 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em família acolhedora.  
967 Tratando da Regionalização dos Serviços de Alta Complexidade, segundo a  
968 modalidade é acolhimento para adultos e famílias (migrantes). A oferta  
969 regional: são 50 vagas regionais de acolhimento para adultos e famílias com  
970 cofinanciamento federal e estadual. Territórios: Região Metropolitana de Belo  
971 Horizonte. Município indicado para receber o equipamento: Belo Horizonte.  
972 Destaque Ronaldo. O cronograma: Proposta até 2017. Observações: Promover  
973 uma discussão ampliada com os municípios das regiões metropolitanas. É  
974 importante destacar do cofinanciamento: Financiamento dos serviços  
975 regionalizados de Proteção Social Especial se dará por meio de recursos  
976 federais e estaduais, cujos valores de referência encontram-se nas normativas,  
977 que orientam a oferta regional. Referência técnica: Referência regional  
978 contratada pelo Estado. E referência de Proteção Social Especial local:  
979 Contrapartida do município. A formalização do Aceite entre Estado e os

980 municípios abrangidos; A forma de execução e operacionalização da oferta  
981 regionalizada: Execução direta: O Estado, responsável pela organização dos  
982 serviços, realizará procedimento de chamamento público, em conformidade  
983 com a lei 13.019/2014, que estabelece regime jurídico propondo parceira na  
984 administração pública e na sociedade civil, para firmar parceira na execução  
985 dos serviços regionalizados em unidades de acolhimento para adultos e  
986 famílias na modalidade Casa de Passagem. Destaque para o Volney.  
987 Finalizamos aqui. O Régis e a SEDESE agradecem, e eu também.  
988 **APLAUSOS**. Antes dos destaques, eu vou apresentar os indicativos da  
989 comissão, uma vez que a temática foi amplamente discutida ontem. A proposta  
990 apresentada, e debatida ontem, ficou claro que o Estado assume a  
991 responsabilidade pela Regionalização, atendendo a Resolução 31/2013 do  
992 CNAS. Essa proposta, como eu disse anteriormente, demonstra um grande  
993 avanço, uma vez que se adequa as normativas e também os anseios dos  
994 municípios. O indicativo então das comissões, política e orçamento, é pela a  
995 aprovação. Obrigada. **HERMELLIS**: Começamos então pelos destaques no  
996 slide 3. **MIRIAM**: Eu queria só fazer um pedido de esclarecimento. Por quê que  
997 a regionalização vão se dar só no PAEFI? Por que também não pode se dar  
998 nas medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à  
999 comunidade? **SIMONE**: Bom dia, conselheiros e conselheiras. Quero  
1000 cumprimentar os novos conselheiros, dizer que é um prazer enorme recebê-los  
1001 aqui. Alguns conselheiros que estão aqui, eu, particularmente, já conheço há  
1002 muitos anos, e tenho certeza que vão trazer grande contribuição aqui para o  
1003 Conselho Estadual. Quero cumprimentar também a nossa presidenta,  
1004 cumprimentar a secretária executiva do Conselho Estadual, as pessoas que  
1005 estão aqui nos acompanhando e a equipe nossa da SEDESE. Antes, talvez  
1006 fosse importante a gente esclarecer o processo de discussão da  
1007 regionalização. O Plano, Miriam, ele tem duas partes. Tem uma parte que é o  
1008 Aceite, que a SEDESE fez ano passado com o governo federal. O Aceite é o  
1009 instrumento online onde o governo federal diz assim: “nós vamos financiar isto”,  
1010 aí os Estados, no caso especificamente desse diz “eu concordo”. Então o  
1011 cofinanciamento foi para PAEFI em CREAS regional, foi para serviços de  
1012 acolhimento em qualquer das três modalidades e foi para adultos e famílias,  
1013 então não entra liberdade assistida neste tipo. Só que tem uma outra parte, que  
1014 nós já fomos bastantes alertados Miriam, no debate que tivemos na CIB, pelo  
1015 MP, pelos estudos municipais. Eles falaram pra nós assim “é abrir a porta do  
1016 CREAS, funcionar PAEFI, que vocês terão que imediatamente atender as  
1017 demandas de liberdade assistida, PSC”. É inevitável. Eu estou entendendo o  
1018 que você está falando perfeitamente, a gente sabe que é inevitável. Quando o  
1019 governo federal cofinancia, ele também tem seu rito de cofinanciamento, e o  
1020 final do rito de cofinanciamento termina no final deste mês. Nós temos que  
1021 mandar para o governo federal agora, neste momento, aonde serão os  
1022 territórios, a área de abrangência e aonde que será a indicação da implantação  
1023 do serviço. É por isso que estamos cumprindo este rito. **HERMELLIS**: Slide 15,  
1024 Anália, e depois eu novamente. **ANÁLIA**: Bom dia a todos. Primeiro dizer que  
1025 estou muito feliz de retornar ao CEAS. Pela terceira vez eu ocupei uma cadeira  
1026 aqui enquanto secretária adjunta, enquanto Estado, depois enquanto  
1027 COGEMAS. E hoje em uma posição que considero de fundamental  
1028 importância, que é como trabalhador economista doméstico. Como eu tive fala

1029 no início, só pra dizer que o curso de economista doméstico foi criado em 1952  
1030 pela Universidade Federal de Viçosa, para que esse profissional  
1031 acompanhasse o agrônomo, o florestal para o campo, atendendo as  
1032 necessidades básicas da família. Então é uma formação multiprofissional,  
1033 multidisciplinar, que engloba as áreas de vestiário, habitação, desenvolvimento  
1034 humano e social, alimentação. Inclusive eu sou consultora do SENAI no  
1035 Programa Paz. Implementei as boas práticas de fabricação no Othon Palace de  
1036 BH. Tenho a honra disso. Enfrentei um desafio lá dentro porque o chef da  
1037 cozinha era analfabeto. Então vocês imaginam o desafio disso. A minha área  
1038 sempre foi voltada para a assistência social, tanto que em 1985 quando a  
1039 profissão foi regulamentada eu já era gerente da Fundação do Bem Estar  
1040 Social do Pará, em Altamira, também outro grande desafio. E ocupo a gestão  
1041 da assistência social no município de Campo Belo pelo 4º mandato, não  
1042 consecutivo, 3º consecutivo. Já sou aposentada. Aposentei um dia e fui  
1043 renomeada no outro. Queria descansar um pouquinho, mas não deu tempo.  
1044 Dizer também que eu sou uma estudiosa do pensamento sistêmico. Nós  
1045 tivemos 12 turmas no IEC da PUC, na especialização de atendimento sistêmico  
1046 de famílias em rede sociais, e eu fui docente das 4 últimas turmas, levando a  
1047 prática do trabalho com a assistência social, enxergando o mundo através das  
1048 relações, a realidade constituída através das relações. Então estou dizendo  
1049 isso, pra dizer que de lugar eu estou falando da importância de nós  
1050 conversarmos sobre a média e alta complexidade no SUAS. Participei da  
1051 Câmara Técnica da CIB, quando nós fizemos a pesquisa dos 7 CREAS  
1052 regionais e que, naquela época, nenhum funcionou. Eu posso ter ficado talvez  
1053 distante um pouco na construção desse Plano, e acho que a Simone trouxe  
1054 aqui muito bem que o Estado fez o Aceite. Então essa é uma compreensão  
1055 quando o Estado faz um Aceite de um cofinanciamento federal. A outra  
1056 compreensão é o que é realidade para nós enquanto proteção especial. A  
1057 proteção especial na saúde ela é “coração”, onde você leva a pessoa para  
1058 beneficência portuguesa e faz a cirurgia. A proteção especial no SUAS ela é  
1059 “entre corações”, são relações, a gente não enxerga o indivíduo e tem que  
1060 enxergar as relações. E quando a gente traz essas relações para uma  
1061 regionalização, isso é muito complicado. Isso parece distante da realidade, ou  
1062 talvez da estrutura que esteja hoje. Então eu estou trazendo isso para uma  
1063 reflexão, e perguntando também que é onde eu fiz o destaque? Se nós vamos  
1064 reordenar 2 CREAS regionais, então os outros 5 para onde foram? Eu não sei  
1065 para onde eles foram, porque eram 7, e os 7 não funcionavam. Agora vão  
1066 reordenar 2, e vão implementar outros. São reflexões que eu estou trazendo.  
1067 Nesse amplo debate onde os municípios foram colocados, em que momento os  
1068 municípios participaram? Porque se o nome do meu município onde sou  
1069 gestora hoje estivesse ali, eu teria muitos argumentos para não aceitar, embora  
1070 seja Comarca, município de médio porte, ter todas as características para ser  
1071 um CREAS regional. A outra questão é com relação à família acolhedora. Meu  
1072 município é cofinanciado, um dos 9 municípios de Minas cofinanciado dentro  
1073 do família acolhedora, nós ofertamos o serviço. Em 6 anos nós tivemos uma  
1074 capacitação do Estado que foi pela Terra dos Homens no Rio de Janeiro, que  
1075 foi muito bom e voltaram com a prática do pensamento sistêmico, trouxe  
1076 bastante para a realidade que a gente vive hoje. Depois disso não tivemos  
1077 nenhuma. O serviço de família acolhedora é muito especial, é bacana demais,

1078 ele é humano sabe? Nós falamos tanto em humanização do SUAS. Você  
1079 chega lá no hospital e encontra um “cavalo” te atendendo, entendeu? Agora na  
1080 assistência social a humanização é família acolhedora, as nossas instituições  
1081 de acolhimento, por melhores que sejam as crianças sofrem muito sabe? Elas  
1082 estão na fase de formação, elas precisam de família, precisam de uma  
1083 estrutura familiar. Eu fiquei refletindo nesse processo de construção de  
1084 conferências, os municípios vizinhos chamam pra gente participar, fazer  
1085 palestra, e o que eu percebi é que os municípios não estão pedindo a  
1086 regionalização Simone, não estão pedindo, sabe? Quando a gente começa a  
1087 conversar sobre as conferências regionais, elas vão trabalhar esse tema não  
1088 é? Eles dizem “mas nós não estamos pedindo a regionalização”. Sexta-feira eu  
1089 fiz uma palestra em Carmo da Cachoeira: eles têm 12 crianças na Casa Lar, é  
1090 um município de 12 mil habitantes. No ano passado eles tiveram até 17  
1091 crianças, porque hoje a gente sabe que a realidade que estamos enfrentando  
1092 na questão da droga, desse “diabo” que chega, então ele traz conflito enorme  
1093 para as famílias. No SUAS está dizendo que o CREAS atende famílias em  
1094 situação de pessoas que fazem o uso de drogas. Então eu estou trazendo isso  
1095 para reflexão, e dizer também que no ano passado Simone quando a gente  
1096 teve uma reunião eu me lembro de uma pergunta que você fez, você ainda  
1097 enquanto Ministério perguntou assim: “Então Minas Gerais não está para a  
1098 regionalização do serviço de proteção especial?” Estou “refrescando” isso,  
1099 você perguntou para a Roberta na época. Parece que é uma proposta da não  
1100 regionalização em Minas Gerais. Então só finalizando, e deixando claro,  
1101 entendo que é um Aceite, que o Estado vai receber um recurso de  
1102 cofinanciamento, mas não estou conseguindo visualizar o funcionamento disso  
1103 dentro da estrutura que tenho hoje. Não estou vendo essa funcionabilidade.  
1104 **SIMONE:** Primeiro muito bemvinda Anália. Você é sempre muito bem vinda  
1105 aqui no nosso Conselho. É uma honra tê-la aqui conosco. Eu vou tentar, peço  
1106 que o Hermellis, a Lúcia me ajudem. Eu vou falar aqui, mas penso que estou  
1107 falando em nome da CIB, pelo diálogo que temos feito com o COGEMAS, que  
1108 tenho participado de todas as reuniões nos últimos 5 meses. Eu acho que  
1109 temos estados muitos próximo não é? Inclusive ontem teve a reunião da CIB e  
1110 foi com muita emoção que os secretários municipais, que representam os  
1111 gestores municipais, me disseram, eu sai de lá bastante tranquila e a minha  
1112 equipe também, dizendo que o Plano Estadual de Regionalização ele  
1113 contempla as ansiedades dos gestores municipais de Minas Gerais. Vou dizer  
1114 por que eu acho que a gente chegou nesse consenso deste Plano. Primeiro  
1115 porque desde o ano passado, e quando eu cheguei aqui havia um  
1116 tencionamento enorme entre o MP e os municípios de pequeno porte. Inclusive  
1117 eu nem consegui abrir a boca pra falar nada, pra pensar no novo, se não fosse  
1118 pra resolver as questões acerca do conflito existente entre os municípios e o  
1119 MP. Desde então a Dra. Paola ela vem todo mês sentar com a gente viu Anália  
1120 na CIB. E foi nessa conversa do MP com os gestores municipais e nós da  
1121 SEDESE que a gente está fazendo a seguinte proposta: Primeiro nós  
1122 diagnosticamos que tem muitos municípios em Minas que for força do Termo  
1123 de Ajuste Conduta teve que ofertar serviço que não estão tipificados no SUAS.  
1124 Na verdade, tem muitos municípios hoje que não tem serviços tipificados no  
1125 SUAS, nós temos secretários municipais hoje Anália em município de pequeno  
1126 porte que teve que abrir uma entidade, ela mesmo passa dinheiro pra ela, está

1127 em uma situação bastante constrangedora por força do Termo de Ajuste de  
1128 Conduta. Nós temos arranjos que nós já apresentamos aqui no Conselho, na  
1129 CIB também. Tem uns arranjos que estão documentados, outros não estão  
1130 documentados, onde na verdade quem está se responsabilizando por várias  
1131 crianças hoje em Minas são as entidades, porque as prefeituras que não tem  
1132 um caso há 1 ano ela para de passar o dinheiro pra entidade, então a entidade  
1133 fica lá sozinha sem se responsabilizar pela criança. Esta é uma situação. A  
1134 outra situação que nós também vivenciamos e acho que esse Plano vai nessa  
1135 direção, é ouvir do MP que sente muita falta de um serviço de inteligência  
1136 regional, que consiga fortalecer as prefeituras que estão muito sozinhas. Os  
1137 secretários municipais desde o dia em que eu pisei aqui eles têm me dito isso,  
1138 que eles se sentem extremamente sozinhos pra enfrentar os serviços de  
1139 acolhimento ou situações de violações de direitos. A ideia que nós estamos  
1140 apresentando aqui é uma ideia de Aceite dentro das normativas do SUAS, isso  
1141 eu faço questão de dizer. Elas estão dentro das normativas do SUAS, onde o  
1142 governo do Estado ele é responsável pela oferta da proteção especial de  
1143 famílias e indivíduos que habitam em municípios de pequeno porte. Esse é o  
1144 Plano. O que estamos fazendo aqui é assumindo a nossa responsabilidade  
1145 estabelecida na NOB SUAS e pactuada no desenho de regionalização pelo  
1146 governo federal. A outra coisa, que foi um debate muito importante, é a nossa  
1147 decisão de investir na prevenção. Tiveram relatos na Câmara Técnica,  
1148 gestores municipais inclusive que estão sentados aqui nessa mesa  
1149 representando aqui os gestores, que mostraram e nos convenceram de que é  
1150 muito importante a gente investir na prevenção, pra que não precisamos  
1151 acolher, nem retirar da convivência familiar e comunitária as crianças e suas  
1152 famílias. E também, os dados nós mostram que Minas Gerais têm duas  
1153 modalidades, tem abrigo e tem Casa Lar, mas não tem família acolhedora. É  
1154 exatamente por isso que nós estamos fazendo a opção de implantar a  
1155 modalidade de família acolhedora pra que a gente possa tipificar dentro das  
1156 modalidades de acolhimento existentes quais casos e situações nós vamos  
1157 encaminhar para cada um dos serviços. É claro que quando eu fiz a pergunta  
1158 ano passado, tive a honra de ser convidada pela secretaria de Estado pra  
1159 debater o Plano apresentado do ano passado, eu fiz a pergunta e o governo de  
1160 Estado de Minas Gerais não estava para regionalização. E não estava mesmo.  
1161 Eu posso garantir, porque o Plano anterior ele transmitia a responsabilidade  
1162 toda para os municípios de pequeno porte. Se olharmos aqui é impressionante.  
1163 Estamos falando aqui de municípios que tem 2 mil habitantes, 5 mil habitantes.  
1164 Sinceramente eu nem posso garantir que vai acontecer um caso nesses  
1165 municípios talvez nos próximos 10 anos, talvez não aconteça, a estrutura tem  
1166 que estar lá. O município de pequeno porte que tem 3 mil habitantes, ele não  
1167 tem condições de manter estrutura pra que, se um dia alguém do território dele  
1168 necessitar de proteção especial, esteja disponibilizado para a proteção. Nós  
1169 estamos compreendendo que só o governo do Estado tem condições de fazer  
1170 isso, até porque ele vai ter condições de olhar a região, de organizar a rede de  
1171 proteção estadual regional que não está organizada. Tem algumas regiões que  
1172 tem municípios de vanguarda, tem outras regiões que não. Uma outra coisa do  
1173 diagnóstico também que a gente percebe, é onde tem municípios que os  
1174 gestores são mais de vanguarda, aonde a rede que tem sociedade civil está  
1175 mais organizado, mas aonde não está em Minas Gerais, o que nós temos é um



1176 grande conflito. Tem coisas aqui que você... “ah, vocês estão com muita  
1177 convicção”. Claro que não, imagina. Nós vamos estar com certeza nos  
1178 defrontando com várias questões, que nós nem imaginamos. Ontem eu disse  
1179 de manhã na CIB e quero repetir aqui: “Só vê realidade quem abre a porta do  
1180 CREAS”. Mas não adianta só abrir a porta do CREAS não, tem que sair para o  
1181 lado de fora também para ver o que está acontecendo no território. **MARIA:**  
1182 Muito bem. Vamos passar para o próximo escrito. **LÚCIA:** Eu vou me  
1183 endereçar a todos os conselheiros e não em especialmente a Anália. Eu já falei  
1184 isso aqui no ano passado e vou repetir, vou reforçar, mas eu acho que a fala é  
1185 fundamental para subsidiar os conselheiros no seu posicionamento. No ano  
1186 passado o COGEMAS cerrou fileira contra o Projeto apresentado pelo governo  
1187 de Estado, e foi unânime, por quê? Porque o Estado, como a Simone já  
1188 colocou, transferia a responsabilidade da regionalização para os municípios  
1189 que se tornariam sede dos CREAS. Isso não iria passar mesmo, porque o  
1190 COGEMAS não iria, em momento nenhum, acordar isso. Foram discussões  
1191 muito pesadas, inclusive com a própria conclusão da conselheira Anália, de  
1192 que os CREAS não funcionavam, e não funcionavam mesmo. Eu não posso  
1193 ser sede de um CREAS regional e pretender ter autonomia, competência, ter  
1194 ascendência pra fazer articulação regional, eu sou município. Então, a gente  
1195 precisa ficar muito atento pra essas questões, porque eu estou articulando uma  
1196 rede maior do que eu, maior que o meu município. Então realmente o  
1197 COGEMAS se posicionou veementemente contra a proposta do Estado  
1198 anteriormente, e não tinha outros grandes argumentos não, a questão era  
1199 essa. A responsabilidade é do Estado, isso está definido na Resolução  
1200 31/2013. O Estado abdicava dessa responsabilidade e os municípios não iam  
1201 assumir, não iam acolher pra si a responsabilidade que é do Estado. A  
1202 segunda questão, que a Simone faz referência, é que a Câmara Técnica da  
1203 CIB discutiu muito acerca da efetividade da ação que poderia ser desenvolvida,  
1204 tanto na média quanto na alta complexidade. Foi muito interessante a postura  
1205 da gestão atual, que chamou todo mundo pra conversar muito, e vários  
1206 municípios foram convidados a vir, dar o seu depoimento gente. Eu acho que  
1207 isso para o Conselho Estadual é fundamental, e eu vou dar o meu depoimento  
1208 aqui de novo. Quando a básica funciona, quando a especial existe, no caso de  
1209 muitos municípios, e funcionam com qualificação técnica, com reais condições  
1210 de trabalho e poder de articulação, você impede que o direito da criança seja  
1211 violado, quando ela é encaminhada para um abrigo, pra família acolhedora, pra  
1212 Casa Lar, ou seja, quando ela é afastada da sua família de origem. Qual que é  
1213 a base da política de assistência? Qual que é a base, e a Miriam aqui que é do  
1214 CONANDA, qual que é o primeiro direito da criança? A família de origem. E se  
1215 a base da política de assistência é a família, então que a gente “se vire nos  
1216 trinta” e dê conta desse desafio pra criança ficar lá, esse é o grande desafio.  
1217 Como a companheira Denise já falou junto com a Simone, a estrutura tem que  
1218 estar lá. Mais importante nesse momento é a gente criar uma superestrutura de  
1219 acolhimento institucional, eu não tenho dúvida, se criar vai encher. E aí é um  
1220 monte de menino com direito violado. O dia que eu vi aqui Central de Vagas no  
1221 projeto passado, eu me senti em 1970 na FEBEM. Eu senti isso, quem já viveu  
1222 ou viu, não quer viver de novo. Então, eu acho que o grande desafio que está  
1223 posto aqui é quando a gente traz hoje o financiamento pra contratar, pra  
1224 pessoas irem para zona rural. Pra que isso? Porque nós estamos investindo na

1225 básica? Porque nós estamos apoiando o investimento na básica? Nós  
1226 discutimos isso Miriam, não tem jeito. Qualquer porta que você abre, a  
1227 demanda da população vai chegar, o CRAS já está lá e está acumulando  
1228 demanda. A gente sabe que vai ter idoso, vai ter deficiência, vai ter medida  
1229 sócioeducativa. Uma coisa é o Estado assumir esse desafio, ele, gestor  
1230 estadual, orçamento estadual, capacidade de articulação do ente estadual.  
1231 Outra coisa é o município. Quando começou aquela ideia da regionalização do  
1232 governo passado, eu disse em alto e bom som “nem lembra que a minha  
1233 cidade existe, eu não serei um CREAS regional”. Eu estou há 40 anos na  
1234 política pública, vocês sabem o que isso significa. Eu acho que nós estamos  
1235 diante de um avanço inegável. As discussões que já foram feitas no âmbito do  
1236 COGEMAS, no âmbito da gestão e na CIB, nós discutimos isso, tem muita  
1237 coisa pra fazer? Tem. Tem muita coisa para aprofundar? Tem. Mas nós temos  
1238 um compromisso até dia 27 de julho agora, que é o Aceite com o governo  
1239 federal. É isso. Hoje nós temos que responder o Aceite do governo federal, a  
1240 discussão vai acabar aqui? De jeito nenhum. Claro que não, está começando.  
1241 É o início da discussão do Plano. Nós temos conferências regionais, cujas  
1242 deliberações poderão sim acrescentar, ampliar, restringir o Plano Estadual de  
1243 Regionalização. Nós temos a conferência estadual, vai incidir? Vai, com  
1244 certeza vai. É bom a gente pensar que isso não está deslocado de um contexto  
1245 maior. Nós já falamos hoje aqui do Qualifica SUAS. Eu não vou ter CRAS, que  
1246 dê conta de fazer essa articulação com o CREAS regional, e que cumpra a  
1247 função de acolher e proteger a política de assistência sem qualificação, sem  
1248 supervisão, e isso não existia antes gente. Nós vimos aqui na discussão do  
1249 Qualifica SUAS quantas visitas o Estado fez na gestão passada aos  
1250 municípios? 6%. Não dá nem para falar o número absoluto, que assusta mais  
1251 ainda. Então, é uma outra lógica. Os municípios querem sim, eles querem  
1252 apoio, eles querem capacitação, eles querem supervisão, eles querem a  
1253 presença do Estado lá regionalizado. Como será? É como a Simone disse, é  
1254 uma inteligência regional, que ajuda na interlocução com as comarcas, com os  
1255 diferentes perfis como a gente diz para a Dra. na CIB. Não pode falar judiciário,  
1256 “o juiz A, B, C, D, E, F, G”, o município não dá conta disso. Teve município que  
1257 fez depoimento no COGEMAS, que muda juiz e muda promotor em cada 6  
1258 meses. Eles não conseguem articular, não conseguem estruturar uma linha de  
1259 ação, não consegue definir um posicionamento. Então eu acho que isso é  
1260 responsabilidade do Estado sim, ele tem que assumir. E é isso que está  
1261 balizando a relação da SEDESE com o COGEMAS. É “cada um no seu  
1262 quadrado.” Cada um assume as suas responsabilidades, do mesmo jeito que a  
1263 gente discutiu na CIB, com o MP, essa questão do limite das competências  
1264 entre o executivo, entre o MP e entre o judiciário. É isso. **RÉGIS:** Boa tarde.  
1265 Meu nome é Régis. Atualmente respondo pela política de ação social na  
1266 SEDESE. Eu queria responder a secretária e conselheira Anália, completando  
1267 o que já foi dito tanto pela Simone, quanto pela Lúcia, com relação do que você  
1268 disse dos 7 CREAS, na verdade fazendo um resgate do histórico rápido. O  
1269 CREAS regional ele surge do Programa SENTINELA, que trabalhava nos  
1270 corredores de exploração sexual. E aí, até 2010 nós tínhamos 14 CREAS  
1271 regionais. Em 2010, desses 14 CREAS, 10 CREAS tornaram municipais, então  
1272 ficaram 4. Dos 4 CREAS regionais, aí, no caso desse 2010, um deles vai se  
1273 transformar totalmente em municipal, que é o caso de Padre Paraíso. Então

1274 apesar e ter o nome de CREAS regional, ele já é um CREAS regional pelo seu  
1275 atendimento. O outro CREAS é o de Monte Alegre de Minas e de Canápolis,  
1276 porque Monte Alegre de Minas e Canápolis fazem parte de comarcas  
1277 diferentes, e deve se seguir o critério das comarcas, a mesma área de  
1278 abrangência, então ele vai ser desmembrado em 2 novos CREAS municipais.  
1279 Então, de 4, dois viram municipais, que na verdade 2 viram 3, e os outros 2  
1280 serão reordenados. Não sei se ficou claro. Deu pra localizar? Ok. **RONALDO**  
1281 **CAMARGOS:** Eu queria dizer para os conselheiros com muita tranquilidade,  
1282 que este Plano de Regionalização, desde quando eu cheguei na SEDESE, a  
1283 gente vem conversando pra dentro da SEDESE e com os gestores municipais.  
1284 Nós fizemos 6 Câmaras Técnicas, inclusive convidando diversos municípios  
1285 pra darem as suas contribuições com relação a proposta apresentada. Todo o  
1286 momento nós temos pactuado e discutindo juntos ao COGEMAS e junto a CIB.  
1287 Eu vou falar um depoimento aqui pra vocês. Eu nunca participei de uma  
1288 reunião da CIB com tanta emoção, dos gestores chorarem na reunião ao ter  
1289 conhecimento desse Plano. Está aqui quem participou, por favor, se eu estiver  
1290 falando alguma inverdade, que me corrijam. Não foi um só conselheiro, foram  
1291 vários conselheiros que fizeram depoimentos emocionantes. Também tivemos  
1292 o retorno muito significativo do MP em relação à proposta apresentada, a ponto  
1293 da Dra. Paola dizer: “Os territórios, as áreas de abrangências onde vocês estão  
1294 apresentando essa proposta, vem de acordo com o que a gente vem discutindo  
1295 internamente no MP”. Então o MP tem sido o nosso grande parceiro na  
1296 elaboração dessa proposta. Eu queria dizer com muita tranquilidade que, como  
1297 disse várias pessoas que me antecedeu aqui, a discussão da regionalização  
1298 ela não se esgota nessa plenária, como eu disse no final da reunião da CIB:  
1299 “Pelo contrário, ela inicia”. E nós temos muita tranquilidade. É uma posição do  
1300 nosso secretário André Quintão, da nossa subsecretária Simone, de todo o  
1301 corpo gerencial da SEDESE, que é de fazer as coisas de forma pactuada,  
1302 discutida, conversada, com muita tranquilidade. Tanto que nós vamos levar o  
1303 Plano da Regionalização, questões do Plano, pra ser debatidas e deliberadas  
1304 nas conferências regionais, pra ser debatido e deliberado na Conferência  
1305 Estadual de Assistência Social. Nós estamos muito tranquilos. Agora, nós  
1306 temos a dimensão, e quando eu falo nós, sou eu, inclusive, como  
1307 Superintendente da Política de Assistência Social com a equipe da especial e  
1308 da Simone, nós sabemos do desafio que está colocado para nós. Várias  
1309 atribuições que foram colocadas, nós sabemos que não vamos dar conta delas,  
1310 e eu disse na reunião da CIB: “Com a aprovação desse Plano, o modelo da  
1311 especial para esses municípios não muda. Não é só na política de assistência  
1312 social não, muda na relação da política da assistência social, no sistema de  
1313 garantia de direito, com o MP, com os gestores municipais, com a saúde, com  
1314 a educação, com todas essas políticas, nós temos clareza disso. Nós estamos  
1315 propondo, na discussão das conferências regionais, uma instância de  
1316 pactuação para execução da proposta do Plano, e essa proposta vai ser  
1317 discutida lá na conferência, conhecendo a realidade das regiões. O retorno e o  
1318 depoimento eu, enquanto superintendente, tenho recebido dos municípios via  
1319 mensagem no meu celular, via e-mail, via contato pessoal, diz o seguinte:  
1320 “Vocês estão fazendo aquilo que nós estávamos querendo”. Esse que tem sido  
1321 o retorno pra nós enquanto SEDESE. Agora, de fato, eu tive a oportunidade de  
1322 ler a proposta do governo passado, e realmente tem uma diferença significativa

1323 da proposta anterior para essa proposta, que está sendo pactuada aqui. É  
1324 como diz a subsecretária Simone, nós estamos chamando a responsabilidade  
1325 para o Estado de um equipamento regionalizado, e aí lembrando que nós  
1326 estamos ousando mais, nós estamos colocando PAEFI, mas também uma  
1327 equipe da proteção especial, que tem como função, como proposta, fazer uma  
1328 articular da especial nos territórios, nos municípios que compõe os territórios.  
1329 Isso não é pouca coisa não gente, é muita coisa. Nós estamos propondo isso,  
1330 mas nós sabemos o desafio que está colocado enquanto órgão gestor. E eu  
1331 disse que pra isso sair do papel, se nós não tivermos a parceria efetiva deste  
1332 conselho estadual, dos gestores municipais, das promotorias, nós vamos ter  
1333 dificuldade nos nossos objetivos nas políticas públicas em âmbito estadual.  
1334 Está aqui a Marta que é da saúde, está aqui a companheira da educação, o  
1335 companheiro da fazenda, então todos eles vão estar envolvidos nesse  
1336 processo. A gente sabe do nosso desafio. Ontem eu fiz essa discussão na  
1337 comissão de orçamento e de política apresentando essa proposta, e eu quero  
1338 registrar, também, aqui nessa plenária, da nossa satisfação, e não foi tarefa  
1339 fácil não gente. Para chegar nesse resultado, nós quebramos muito a cabeça  
1340 pra chegar nesse produto, que está sendo apresentado aqui, e que eu tive a  
1341 honra de passar uma cópia para a nossa presidente Maria Alves. Nós  
1342 assumimos o compromisso, assim que sair a resolução todos vocês vão  
1343 receber o Plano na íntegra, porque o que foi apresentado é uma síntese da  
1344 proposta, entendeu? Mas a proposta como um todo ela é mais do que está aí  
1345 apresentado. Como diz a Simone “nós estamos colocando o Plano e  
1346 assumindo o compromisso com a questão do trabalho preventivo, da relação  
1347 da básica com a especial, da relação da especial com as outras políticas”.  
1348 Todas as semanas, praticamente, estamos sentando com o MP, com os  
1349 municípios e com o COGEMAS. É isso que a Simone relatou gente, são  
1350 experiências, cada uma de arrepiar os cabelos, e coisa que são formalizadas,  
1351 equipamentos intermunicipais que são formalizados, outros que não são  
1352 formalizados, as unidades de acolhimento sem equipe técnica necessária para  
1353 fazer o atendimento. Essas questões estão colocadas pra nós, e esse desafio  
1354 sabemos com muita clareza. Então eu queria registrar isso aqui, dizer pra  
1355 vocês que nós estamos muito tranquilos. Temos certeza, e eu vou falar isso  
1356 com muita tranquilidade, nós temos certeza do que o apresentamos aqui vem  
1357 de anseio ao que está colocado pra nós do COGEMAS, pelos gestores  
1358 municipais. A gente tem rodado esse Estado todo em relação da proposta da  
1359 regionalização da especial. **MARIA:** Têm várias pessoas que se inscreveram  
1360 no decorrer da apresentação, e têm todas essas falas direcionadas à resposta  
1361 da Simone ainda. Então eu quero pedir pra ser breve, pra gente tentar  
1362 conseguir aprovar antes do almoço, ou pelo menos colocar em votação.  
1363 **MIRIAM:** Eu iria pedir um esclarecimento, mas antes, eu acho que as falas que  
1364 antecederam, elas me fizeram fazer uma reflexão bem rapidamente. Eu penso  
1365 que de onde eu venho, que é uma representação de sociedade civil, quando a  
1366 gente elabora um Plano a gente não elabora um Plano de governo. Eu não  
1367 estou aqui pra aprovar um Plano de governo do Pimentel ou do André Quintão,  
1368 por mais que eu o admire. Eu estou aprovando um Plano que é um Plano de  
1369 Estado, que vai para além de governos, até porque nós estamos tratando de  
1370 política, e a política não é política de um único governo, é uma política que vai  
1371 para além. Eu estou entendendo isso, que está sendo apresentado aqui, pra

1372 ser discutido entre os vários atores que estão sentados nessa mesa, que vai  
1373 ser levado a uma conferência para que a gente possa aprovar enquanto um  
1374 Plano de Estado, um Plano de Estado de Minas Gerais para a regionalização.  
1375 Eu não estou aqui pra fazer “briguinha” entre PT e PSDB, de jeito nenhum.  
1376 Você reduzir um conselho estadual, seja da criança, seja da educação, seja da  
1377 assistência, por causa de briga de partido político eu não estou aqui pra isso.  
1378 Eu estou aqui pra fazer política que abrange aqueles que mais necessitam, e  
1379 nesse caso a assistência trabalha com eles como direito. Você me levou a essa  
1380 reflexão Simone, e eu te agradeço muito, porque eu acho que temos que  
1381 caminhar para avançar, a gente tem que caminhar com os olhos à frente. A  
1382 eleição é de 4 em 4 anos. Os nossos olhares tem que ser pra frente, não para  
1383 trás, é para o presente e para o além. Eu queria um esclarecimento em  
1384 relação, e se eu entendi bem, o Estado de Minas está dividido em 17 territórios.  
1385 Se ele está dividido em 17 territórios, porque que na lâmina 15 serão instituídas  
1386 apenas 11 CREAS? Ou já tem os outros 6 CREAS regionais já existentes?  
1387 Seria essa a pergunta. **RONALDO GONÇALVES:** Só para contextualizar e  
1388 ajudar também na reflexão desse colegiado. Eu vou concordar com a fala da  
1389 Miriam. Estamos aqui pra discutir política pública. Gostaria de parabenizar esse  
1390 redesenho, do que está sendo apresentado aqui. Eu participei, enquanto  
1391 presidente da URCMAS, na primeira proposta de regionalização, onde não se  
1392 tinha definido o financiamento. Então isso, não houve mesmo a adesão, dá  
1393 forma que estava poderia tirar os municípios dela. Isso foi levado para um  
1394 colegiado de gestores, foi discutido. Nós tivemos esse assunto na última  
1395 Conferência Estadual de Assistência Social. Foi colocado e teve uma fala da  
1396 Simone Albuquerque, quando viu esse desenho e a forma colocada lá. Ela fez  
1397 a fala de que isso era pura responsabilidade do Estado, e lá não estava sendo  
1398 apresentado isso dessa forma. Ainda no Ministério do Desenvolvimento Social  
1399 ela colocou: “Isso é pura responsabilidade do Estado”. A gente sabe da  
1400 ansiedade dos municípios Os municípios que já estão precarizados da  
1401 proteção social básica não dão conta de ter que acumular proteção social e  
1402 especial. Particularmente, no meu ponto de vista está correto, quando a  
1403 Simone coloca na discussão que é a forma preventiva, e a gente não atropela o  
1404 que está no estatuto da criança e do adolescente sendo de forma preventiva,  
1405 até que se chegue ao último estágio. Mas nós não podemos ter deixar  
1406 precarizar ainda mais os municípios, principalmente porte I e II, em acumular  
1407 funções do CREAS dentro do CRAS, porque eles sequer estão dando conta do  
1408 CRAS, por isso o ID CRAS está da forma que está no nosso Estado. Outra  
1409 coisa é a definição, eu acho que ficou certa a última instância. Tivemos aqui  
1410 atropelando o desenho, e para gente chegar aí, temos que estar acostumados  
1411 com a política de assistência social, que é uma política em construção. É uma  
1412 política de Estado, mas ainda é uma política de construção. O que nós estamos  
1413 vendo é um documento, um Termo de Aceite que também está em construção,  
1414 não impede de agregar nenhum ator para que ele se torne mais eficaz. Para  
1415 mim ele contempla, deixa de ser judicializados. Quando o MP já estava  
1416 judicializando, penalizando os municípios de pequeno porte, pra que ele  
1417 assumisse com o seu orçamento do tesouro municipal essa regionalização de  
1418 serviços, implantar CREAS através do cumpra-se. Eu parabenizo a gestão  
1419 estadual, parabenizo as comissões que trabalharam nesse documento, e me  
1420 dou por satisfeito. **DENISE:** Espero não ser repetitiva e nem vou me alongar. A

1421 fala da Anália nos instigou individualmente, ou coletivamente, a nos posicionar,  
1422 e ela trouxe questões muito sérias. Embora a representação da Anália, como  
1423 ela mesma se apresentou, seja uma representação de sociedade civil na  
1424 condição de trabalhador, a Anália não fala do lugar de trabalhador, ela fala do  
1425 lugar de gestora. Anália é gestora de um município como ela mesma disse  
1426 aqui. E aí eu quero dizer na condição de representação de trabalhadora, que o  
1427 movimento de trabalhador da assistência social que a gente tem feito, a grande  
1428 queixa tem sido sistematicamente, exatamente, o contrário do que ela disse  
1429 dos municípios, e como a Lúcia na representação de municípios aqui colocou.  
1430 O trabalhador do pequeno município que está na proteção básica, tem estado o  
1431 tempo todo a entrar em questões que ferem a competência da proteção social,  
1432 exatamente pela absoluta falta dessa estrutura e onde recorrer. Eu estou  
1433 falando do lugar que eu conheço e tenho representação, ao contrário do que eu  
1434 ouvi aqui da representação da Anália. Com todo respeito que lhe tenho Anália  
1435 pela a sua trajetória, e tenho mesmo, pode acreditar nisso, mas a sua fala  
1436 embora a representação seja trabalhadora, não foi de trabalhador, foi de outro  
1437 lugar. Essa tem sido a nossa experiência, essa tem sido a nossa escuta, essa  
1438 tem sido a nossa queixa do trabalhador de CRAS, de município de 2 mil, 3 mil  
1439 habitantes. Eles falam “a gente não aguenta mais”, porque o MP, o juizado,  
1440 porque o conselho tutelar tem trazido pra cá questões no campo da  
1441 competência da proteção especial, que o CRAS se embola todo, gente não  
1442 consegue fazer o trabalho de prevenção, de acompanhamento das famílias do  
1443 ponto de vista da básica, porque temos que atender prerrogativas que estão  
1444 em outras instâncias. Outra coisa que eu preciso dizer e que a gente precisa  
1445 lembrar, não é hoje que essa discussão está pautada nesse CEAS. A gente  
1446 vem fazendo essa discussão desde outrora meus caros companheiros. Não dá  
1447 pra chegar aqui e dizer que hoje o município não quer. Que conversa é essa  
1448 gente? Inclusive os conselhos municipais desse Estado estão dizendo o tempo  
1449 todo que nós representantes desse Estado no controle social da política de  
1450 assistência, mandando, pedindo, que a gente pressiona-se o Estado, para que  
1451 o Estado se manifeste com relação política de proteção especial no campo dos  
1452 CREAS e no campo da regionalização. “Óra bolas”. **SIMONE:** Veja só Miriam  
1453 porque que tem 11. Quando a gente apresentou há dois meses, nós tínhamos  
1454 que encaminhar para CIT e para o CNAS quantos que seria a adesão de Minas  
1455 ao Aceite, e naquela época ainda não tinha tido ainda os territórios de  
1456 desenvolvimento. Então, na verdade, o Aceite ele é de 6 CREAS regionais e  
1457 nós já apresentamos aqui dois meses atrás 10 CREAS regionais, então nós já  
1458 tínhamos colocando uma ponte a mais no governo estadual. Foi nesse meio  
1459 tempo que o governo definiu os 17 territórios de desenvolvimento. Eles estão  
1460 aqui previstos, só não estão nesse Aceite. Além disso, tem nessa proposta, se  
1461 todo mundo concordar, que o que não está estabelecido prazo e meta, nós  
1462 vamos discutir na conferência. Se todo mundo concordar na conferência,  
1463 também uma solicitação do COGEMAS, é que o governo estadual financie pelo  
1464 menos uma referência técnica na proteção especial para os municípios de  
1465 pequeno porte, pra todos. Então isso também está previsto aqui no Plano  
1466 Estadual de Regionalização. Também está previsto aqui capacitação do  
1467 conselho tutelar, exatamente na lógica da prevenção, do novo arranjo do  
1468 estatuto da criança e do adolescente, que houve uma mudança da legislação.  
1469 Também implantar central de acolhimento nas regionais com equipe de

1470 supervisão técnica. Outra solicitação do COGEMAS, do nosso vice-presidente  
1471 Hermellis e da nossa presidente Júlia, nós vamos começar a supervisão  
1472 técnica por protocolos. Nós vamos desenhar protocolos da básica e da  
1473 especial, protocolos com a saúde, com a educação, com o sistema de justiça.  
1474 Então tem todo um desenho colocado aqui, uma parte dele definida e a outra  
1475 parte nós estamos em discussão, e vamos discutir até o final do ano na nossa  
1476 conferência estadual. **HERMELLIS:** Slide 18, por favor, Marta da SES. **MARTA**  
1477 **SOUZA:** Primeiro eu quero agradecer a participação aqui. Eu estou escutando,  
1478 percebendo e entendendo. É claro, e eu já trabalhei em território com os CRAS  
1479 e CREAS, no contato, enquanto técnica, atendendo no território. Eu queria um  
1480 esclarecimento Ronaldo. Onde tem esses CREAS regionalizados também tem  
1481 o CREAS municipal? Uma coisa eu queria que vocês me falassem isso, a  
1482 colega aqui fica me dando informações. Parece que aonde o CREAS vai, ele  
1483 tem um acompanhamento do equipamento, por exemplo, casa de acolhimento  
1484 se for necessário? Eu não sei, escutei alguma coisa maluca aqui Ronaldo, mas  
1485 tem algum fantasma de ter medo das casas virarem lugar de  
1486 institucionalização? A Lúcia falou assim: "Lá no passado da FEBEM". Isso é um  
1487 fantasma, Deus que me perdoe. Nunca mais aquilo. Na fala da Simone, eu  
1488 escutei assim: "É importante". Porque, às vezes, existem pessoas que ficam  
1489 absolutamente refém do amparo do Estado. Eu entendi que essa equipe, ela  
1490 faz uma articulação pra que isso não aconteça, e quando tiver que dar essa  
1491 proteção, ela é vigilante com os territórios para emancipação do sujeito. Eu  
1492 escutei isso, tem fundamento? Estou escutando direito? **MARIA:** Gente, a  
1493 sugestão é para gente ouvir os outros destaques. **HERMELLIS:** Conselheiro  
1494 Volney, no slide 27. **VOLNEY:** Muito bem lembrado pela conselheira Miriam,  
1495 com relação às referências técnicas que sejam contratadas pelo Estado. Eu  
1496 gostaria de acrescentar que essa contratação ela seja garantida via concurso  
1497 público, uma vez que a minha representação aqui é pelos trabalhadores, e eu  
1498 acho que nós temos que ter essa clareza muito grande. Então, se vocês  
1499 conselheiros concordarem comigo, que isso seja especificado, que seja via  
1500 concurso público. **HERMELLIS:** Volney no slide 39 e 42. Um era a questão da  
1501 execução direta da Casa de Passagem. Você fez o destaque assim que a  
1502 Geisiane terminou. Posso passar para o Ronaldo enquanto na dúvida no slide  
1503 41 da região metropolitana? **RONALDO CAMARGOS:** Gente, eu pedi na  
1504 verdade foi no slide 43, não foi no 41 não. É só uma correção. Onde está  
1505 escrito "no desenho da regionalização da alta complexidade pra migrante, 50  
1506 vagas", na verdade o município recebeu o serviço e não o equipamento. Aí eu  
1507 acho que tem que ser o serviço. É no slide que fala "oferta regional". **SIMONE:**  
1508 Então é por isso que está dando diferença. **HERMELLIS:** O que nós temos  
1509 aqui impresso é diferente desse que está sendo apresentado. **RONALDO**  
1510 **CAMARGOS:** Talvez seja só o meu. **SIMONE:** É de todo mundo. **RONALDO**  
1511 **CAMARGOS:** Não, porque esse foi distribuído hoje, e eu não peguei o de hoje,  
1512 porque eu já tinha o de ontem. **MARIA:** Achou Volney? **VOLNEY:** Está na pág.  
1513 14, lâmina 27, na média complexidade. Se eu tenho na região central uma  
1514 capacidade de atendimento de 50 famílias, 50 na região do Triângulo, 50 na  
1515 região Norte e 50 no médio e baixo Jequitinhonha, pelo o meu entendimento,  
1516 se eu tenho a proporção de casos que seriam atendidos é a mesma na região  
1517 no médio e baixo Jequitinhonha? Está muito igual. A gente supõe que tem  
1518 mais. A gente não poderia diminuir um pouco a região central e aumentar um

1519 pouco mais o baixo e médio Jequitinhonha? Elas estão pouco compatíveis.  
1520 Estão exatamente iguais entendeu? Nós precisamos é de proporção. **MARIA:**  
1521 De acordo com a realidade regional. **VOLNEY:** Eu acho. Ou tira 50 da região  
1522 central e joga pra 80 aqui. Eu não sei. Vocês podiam me ajudar. **MARIA:** A  
1523 Simone vai esclarecer sobre isso. Hermellis mais alguém tem inscrição? Deixa  
1524 a Simone esclarecer. **SIMONE:** Olha só Volney. Na verdade, como a gente não  
1525 tem a incidência, os casos concretos, reais de território, o que nós estamos  
1526 utilizando? A normativa nacional. A normativa nacional é como? 1 CREAS para  
1527 município de pequeno porte é até 50 casos entendeu? **VOLNEY:** Entendi.  
1528 **SIMONE:** Essa questão que você colocou é extremamente importante, é isso  
1529 que eu falei aqui. Pode ser Volney que nesses municípios que nós estamos  
1530 apontando vai ter um caso em 2 anos, 3 anos, só na hora que a gente colocar  
1531 o sistema de notificação de violência e violação dos direitos, nós vamos ter  
1532 condições de saber quantos corretamente. A realidade concreta entendeu?  
1533 Então com certeza nós vamos ter que acompanhar isso. Pode ser que a gente  
1534 tenha que mudar conforme ele foi implantando, e tiver a realidade, nós vamos  
1535 ter que monitorar. Nós concordamos com você plenamente. Tentamos fazer  
1536 isso, só que as informações que tem hoje em nível estadual, ela não nos  
1537 permite Volney, infelizmente. Mas eu concordo plenamente com a sua  
1538 colocação. **RONALDO CAMARGOS:** Respondendo a companheira Marta, ela  
1539 levantou a questão do CREAS regionalizado e do CREAS municipal. Quando a  
1540 gente fez a proposta, nós seguimos as orientações da Resolução 31, e ela diz  
1541 o seguinte: “Município que já tem CREAS municipal, ele não está apto para  
1542 receber o equipamento do CREAS regionalizado”. Barbacena por exemplo, tem  
1543 1 CREAS municipal de Barbacena, que está sobre a responsabilidade do  
1544 município. Nós vamos implementar 1 CREAS regionalizado em Barbacena,  
1545 mas a população que vai ser atendida é aquela população dos municípios  
1546 abrangidos, que estão na comarca, não vai atender a população de Barbacena.  
1547 Aí você me pergunta: “Vai ter que ser um trabalho educativo, com a população  
1548 de Barbacena, junto com os gestores, junto com o MP, junto com o Conselho  
1549 Tutelar?” “Porque população vai falar” Tem 2 CREAS aqui, porque eu não  
1550 posso ser atendida neles?” Entendeu? Nós estamos seguindo a resolução, nós  
1551 vamos atender as áreas de abrangências, porque lá fala da mesma Comarca.  
1552 E como Barbacena já tem equipamento municipal, nós vamos atender a área  
1553 de abrangência daquela coluna, logo depois onde aponta o município que vai  
1554 receber o equipamento. O equipamento de Barbacena vai atender a população  
1555 de Bias Fortes, Desterro, e por aí vai. A nossa ideia é a equipe deslocar até  
1556 esses municípios. Lógico que pode ter casos de prioridade conforme a violação  
1557 de direito, que aí no lugar de atender no município, nós vamos atender em  
1558 Barbacena, essa é uma questão. Outra questão que você levanta com relação  
1559 as instituições. Na discussão que fizemos com os gestores, com o MP,  
1560 percebemos que hoje os gestores, os conselhos tutelares, o MP, colocam o  
1561 abrigo como a primeira medida a ser adotada, e nós estamos fazendo o  
1562 inverso. Nós estamos querendo que o abrigo seja a última medida.  
1563 Então, por isso que nós estamos colocando como proposta, por isso que no  
1564 cronograma de execução, como a Simone disse muito bem, nós vamos fazer  
1565 toda uma regulamentação, uma discussão do serviço, do programa família  
1566 acolhedora, pra gente implantar como um serviço que vai atender, nesse  
1567 momento, as crianças e adolescentes no cofinanciamento. Isso não significa



1568 que nós não vamos discutir as outras modalidades. Inclusive, nós já discutimos  
1569 também com o COGEMAS e foi colocado isso na CIB e SEDESE, da  
1570 necessidade da gente discutir um pouco, qual que é o melhor público para  
1571 cada modalidade, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente?  
1572 No COGEMAS nós ouvimos depoimento falando o seguinte: “Adolescente é um  
1573 público muito difícil de você conseguir família acolhedora para recebê-los”. Isso  
1574 foi unânime nos secretários. De repente a gente pode fazer uma normativa  
1575 falando o seguinte: “Crianças até 6 anos nós podemos estar encaminhando  
1576 para o família acolhedora”. Lembrando, gente, também que tem a equipe do  
1577 PAEFI, mas também a equipe do CREAS. Essa equipe do CREAS ela não vai  
1578 ficar restrita a esses municípios abrangidos, ela vai trabalhar no território como  
1579 um todo, conforme aquele levantamento. Então é isso o que a Simone disse a  
1580 fala dela, e eu estou reforçando. A gente tem esse entendimento. Esse é o  
1581 nosso desafio também entendeu? Quando a Lúcia falou da FEBEM é pra gente  
1582 não deixar que as instituições voltem do passado e não atuem como as antigas  
1583 FEBEM. Por isso que o Estado está discutindo o reordenamento, inclusive foi  
1584 formado um Grupo de Trabalho da FUCAM, do serviço das Cidades dos  
1585 Meninos, Sociedade São Francisco de Paula. Ontem até discutimos na  
1586 comissão de política e orçamento. Essas questões do reordenamento, nós  
1587 também estamos preocupados, são muitas coisas. Nós estamos com essa  
1588 questão colocada pra nós também. Paralela à implantação das nossas  
1589 unidades, nós já estamos fazendo a discussão pra dentro do governo, vamos  
1590 trazer proposta para ser pactuadas com relação ao reordenamento daquelas  
1591 instituições, por exemplo, a FUCAM, que trabalha hoje com CMI. Nós temos  
1592 um grupo que já está trabalhando, nós estamos adequando, porque lá tem a  
1593 educação e a assistência social, mas adequando uma proposta da FUCAM,  
1594 não significa que ela vai acatar, mas adequar a FUCAM hoje às normativas da  
1595 política de assistência social, da política de educação, que inclusive está muito  
1596 em conjunto com a gente nessa discussão. **MARIA:** Eu sei que nós estamos  
1597 um pouco com fome, mas o Ítalo tinha pedido uma consideração em relação ao  
1598 documento. **ÍTALO:** Eu estou me adaptando ainda ao rito. Achei que ia abrir  
1599 para as discussões no final, por isso não fiz o destaque. Acabou que o Ronaldo  
1600 ajudou que o nosso almoço seja mais rápido. Eu iria fazer algumas perguntas  
1601 relativas ao reordenamento, então você já me esclareceu. Eu vou usar a minha  
1602 fala para parabenizar o processo que vocês escreveram que foi da construção  
1603 desse documento. Eu pude participar do reordenamento e do acolhimento em  
1604 nível municipal em Belo Horizonte. Eu trabalho diretamente com o acolhimento  
1605 no nível central, e eu posso dizer que o processo foi bem diferente. Não cabe  
1606 entrar em detalhes aqui, mas foi bem diferente. Você discutir é o melhor  
1607 caminho no sentido de pactuar sempre. Tanto o processo, quanto o projeto me  
1608 parecem bastante louváveis, considerando que não está fechado. Nós estamos  
1609 fazendo um Aceite de todas essas questões relativas ao reordenamento,  
1610 discussão da modalidade como família acolhedora. Têm várias observações  
1611 sobre essa modalidade, vários questionamentos, várias composições técnicas  
1612 sobre isso enquanto escolha da modalidade adotada pelo Estado para  
1613 regionalizar, mas enfim, já foram respondidas e me sinto satisfeito. Reforçar a  
1614 colocação do nosso colega Volney, enquanto representante de trabalhador, de  
1615 que seja colocada a questão do concurso público para todas as lâminas, ou  
1616 citações no projeto, onde tiver contratação de equipe. Ele fez um destaque

1617 para uma lâmina em específica, mas que se repita só pra reforçar que é uma  
1618 diretriz geral enquanto conselho. Eu quero fazer essa sugestão e é isso.  
1619 **HERMELLIS:** Quero apenas aqui, como conselheiro, parabenizar a todos nós  
1620 dessa questão que o próprio Ítalo falou, a questão da construção realmente. Eu  
1621 acho que a vida é feita disso, de construção, de desconstrução de coisas que  
1622 não estavam funcionando, e ter a maturidade pra conversar a respeito de  
1623 questões divergentes, e ponderar os nossos pontos. Isso é importante, ainda  
1624 mais para uma instância colegiada como é o CEAS. Então eu quero  
1625 parabenizar todos aqui por esse amadurecimento que o CEAS vem tendo a  
1626 partir dessas últimas plenárias, nessa questão de temas tão caros a nós da  
1627 assistência social. Nós construímos, estamos neste processo que é contínuo  
1628 mesmo. É nesse sentido mesmo, de levar realmente para um objetivo maior  
1629 sempre, em prol dos nossos usuários e da nossa política como construção do  
1630 SUAS em Minas Gerais. Então, eu quero parabenizar, e me sinto feliz por  
1631 participar desse processo com todos vocês, com esse grau de amadurecimento  
1632 mesmo e com compreensão de cada um aqui. Claro que pode até ter  
1633 posicionamentos divergentes, mas esses posicionamentos que fazem a gente  
1634 crescer e construir cada vez melhor o que a gente almeja pra política de  
1635 assistência social do Estado. Eu falo aqui também com vice-presidente do  
1636 COGEMAS, então estou muito feliz por participar desse processo. Obrigado.  
1637 **MARIA:** Muito bem Hermellis. **SIMONE:** Para mim não tinha fala mais  
1638 importante, com todo respeito que eu tenho a todos, do que a do Hermellis,  
1639 porque ele é vice-presidente do COGEMAS. É uma questão de honra pra mim,  
1640 viu Hermellis? Tirar o governo do Estado da antesala do federalismo brasileiro,  
1641 eu faço questão disso, e acho muito importante a sua fala pra mim, pra nós que  
1642 somos do Governo do Estado. É igual a gente discutiu nesse tempo todo, é  
1643 claro que nós vamos criar uma confusão estadual. Vamos, não tenho a menor  
1644 dúvida disso. Na hora que a gente implantar o CREAS e abrir a porta dele,  
1645 estará dada a confusão, mas é preciso que alguém se responsabilize pelas  
1646 crianças nesse Estado, nesse país. Não dá pra ficar jogando igual têm sido  
1647 jogadas na mão das entidades de novo, é uma coisa horrível isso. Eu agradeço  
1648 muito a você em nome do nosso Estado, e eu sei que você e a Lúcia aqui  
1649 representam todos os secretários municipais. Então Hermellis pra mim é muito  
1650 importante o apoio do COGEMAS e a sua fala. Eu tenho certeza e me dá muita  
1651 tranquilidade poder voltar aqui no conselho várias vezes e falar assim: “Gente,  
1652 nós erramos aqui, nós acertamos aqui, nós precisamos de apoio”. Então quero  
1653 muito agradecer. Você Hermellis é uma pessoa que eu gosto muito, e tenho  
1654 muito respeito pelo Colegiado. Obrigada. **APLAUSOS MARIA:** Antes da  
1655 votação, a Marta queria falar. **MARTA SILVA:** Pegando essa emoção da fala  
1656 da Simone, eu queria agradecer essa mesa, todo esse conselho e a  
1657 composição dela. As pessoas que a integram, eu acho que são únicas, e tem  
1658 conduzido todas as discussões de uma forma muito equilibrada, muito calma,  
1659 muito participativa e respeitosa a todos que estão aqui. Então eu também  
1660 queria agradecer a essa mesa de conselho, que tem conduzido as plenárias e  
1661 todas as discussões de uma forma única. **APLAUSOS MARIA:** Eu acho que  
1662 todo esse espaço deliberativo ele precisa dessa construção e participação.  
1663 Acho que as nossas diferenças, de onde quer que a gente venha, seja política  
1664 ou não, pode fazer desse lugar a soma de proposta, projetos, construção, cada  
1665 vez mais democráticas, inclusiva. Eu fiquei calada o tempo todo Simone,

1666 porque quando nós lançamos aqui nesse conselho o Qualifica SUAS foi uma  
1667 prova real de quebra de paradigmas. Esse aqui foi mais uma das questões,  
1668 uma vez que as comissões já tinha reunido, já tinha dado indicação de  
1669 aprovação, e trouxemos para apresentação mais uma vez. Eu acho que nós  
1670 todos estamos de parabéns. Que esse conselho continue sim com esse  
1671 processo democrático de construção, e que qualquer posição contrária se  
1672 coloque, porque estamos aqui pra construir, debater, e é dessas visões  
1673 contrárias que nós achamos os melhores caminhos pra fazer os grandes  
1674 acertos. Eu gostaria de pedir a cada conselheiro que tenha a liberdade de se  
1675 posicionar, mas ao estar aqui, pensem em realmente que não tem condição  
1676 ainda de gritar por si mesmo. A gente fala muito de representação, mas as  
1677 pessoas que ainda serão usuárias deste espaço, nós não damos conta de ouvi-  
1678 las, e esse, este espaço que vai mediar a construção de um processo de  
1679 inserção e de participação. Eu gostaria de colocar em votação aqui, mas não é  
1680 só apresentação, a gente tem a resolução do mesmo processo anterior. Nós  
1681 temos a indicação da comissão, mais a resolução. A Simone está querendo  
1682 que coloque tudo junto. Por favor, Hermellis. **HERMELLIS:** Minuta de  
1683 Resolução nº 524/2015 CEAS-MG. Dispõe sobre o Plano Estadual de  
1684 Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta  
1685 Complexidade. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –  
1686 CEAS/MG no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual  
1687 n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela Lei Orgânica de Assistência Social –  
1688 LOAS e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência  
1689 Social de 2012 – NOB/SUAS/2012; Considerando o Estatuto da Criança e do  
1690 Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de setembro de 1990, que  
1691 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;  
1692 Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de  
1693 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social  
1694 e dá outras providências; Considerando a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de  
1695 julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o  
1696 Conselho Estadual de Assistência Social e dá outras providências;  
1697 Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe  
1698 sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; Considerando a Política  
1699 Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução do Conselho  
1700 Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que  
1701 dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único  
1702 da Assistência Social – SUAS; Considerando a Lei Federal nº 11.340, “Lei  
1703 Maria da Penha” de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre os mecanismos de  
1704 proteção às mulheres vítimas de violência doméstica; Considerando a Norma  
1705 Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência  
1706 Social, aprovada pela Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de  
1707 2006; Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais,  
1708 aprovada pela Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que  
1709 regula os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial de  
1710 Média e Alta Complexidade; Considerando as “Orientações Técnicas: Serviços  
1711 de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovadas pela Resolução  
1712 Conjunta do CNAS e do CONANDA nº 01, de 18 de junho de 2009, que criou  
1713 parâmetros mínimos para o funcionamento dos serviços de acolhimento  
1714 institucional e familiar; Considerando que a implantação do Sistema Único da

1715 Assistência Social - SUAS exigiu, e vem exigindo, um conjunto de ações para o  
1716 reordenamento dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência  
1717 social na perspectiva de aprimorar seu campo de proteção, assegurando sua  
1718 especificidade ao tempo em que contribui com a intersectorialidade, que articula  
1719 ações de proteções entre os entes federados e entidades e organizações de  
1720 assistência social; Considerando o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de  
1721 dezembro de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional para a População em  
1722 Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e  
1723 Monitoramento, e dá outras providências; Considerando a Norma Operacional  
1724 Básica - NOB aprovada pela Resolução do CNAS nº 33, de 12 de dezembro de  
1725 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência  
1726 Social – SUAS (NOB/SUAS) organiza o modelo da proteção social,  
1727 normatizando e operacionalizando os princípios e diretrizes de  
1728 descentralização da gestão e execução de serviços, programas, projetos e  
1729 benefícios; Considerando a Resolução da CIT nº 16, de 03 de outubro de 2013,  
1730 que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do  
1731 Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;  
1732 Considerando a Resolução da CIT nº 17, de 3 de outubro de 2013, que dispõe  
1733 sobre princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de  
1734 Assistência Social – SUAS, parâmetros e diretrizes para a oferta regionalizada  
1735 do Serviço de Proteção e Atendimento especializado a Famílias e Indivíduos –  
1736 PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de  
1737 até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do  
1738 cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços;  
1739 Considerando a Resolução do CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013, alterada  
1740 pela Resolução do CNAS nº 32, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre  
1741 princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de  
1742 Assistência Social – SUAS, parâmetros e diretrizes para a oferta regionalizada  
1743 do Serviço de Proteção e Atendimento especializado a Famílias e Indivíduos –  
1744 PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de  
1745 até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do  
1746 cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços;  
1747 Considerando o Decreto Estadual nº 46.438, de 12 de fevereiro de 2014, que  
1748 institui a regionalização de serviços de Proteção Social Especial no âmbito do  
1749 SUAS - Sistema Único de Assistência Social no estado de Minas Gerais;  
1750 Considerando os resultados dos trabalhos da Câmara Técnica da Comissão  
1751 Intergestores Bipartite – CIB, instituída por meio da Resolução da CIB nº 08, de  
1752 03 de novembro de 2014, com objetivo de propor diretrizes para o redesenho  
1753 da regionalização de serviços de proteção social especial no âmbito do SUAS  
1754 no estado de Minas Gerais; Considerando a Resolução da CIB nº 02, de 24 de  
1755 abril de 2015, que dispõe sobre a organização da oferta dos serviços  
1756 regionalizados para Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos –  
1757 PAEFI, Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até  
1758 vinte e um anos, e Acolhimento para Adultos e Famílias; Considerando a  
1759 Resolução do CEAS/MG nº 512, de 28 de abril de 2015, que dispõe sobre a  
1760 organização da oferta dos serviços regionalizados para Atendimento  
1761 Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Acolhimento para  
1762 Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e Acolhimento para  
1763 Adultos e Famílias; Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei

1764 Federal nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de  
1765 Inclusão da Pessoa com Deficiência; Considerando a Resolução da CIB nº 05,  
1766 de 15 de julho de 2015, que pactua o Plano Estadual de Regionalização dos  
1767 Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Resolve:  
1768 Art.1º Aprovar o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção  
1769 Social Especial de Média e Alta Complexidade de Minas Gerais, na forma do  
1770 anexo desta resolução. Art.2º O Plano Estadual de Regionalização contém o  
1771 indicativo das áreas de abrangência para implantação dos serviços  
1772 regionalizados de proteção social especial referente aos Termos de Aceite,  
1773 realizados pelo governo do estado com o governo federal, decorrentes da  
1774 Resolução CIT nº 17, de 3 de outubro de 2013, Resolução CNAS nº 31, de 31  
1775 de outubro de 2013, e Resolução CNAS nº 32, de 11 de dezembro de 2014; e  
1776 as diretrizes gerais do Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de  
1777 Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade de Minas Gerais.  
1778 Art.3º Ficam pactuadas as áreas de abrangência para implantação dos  
1779 serviços regionalizados de proteção social especial, referentes aos Termos de  
1780 Aceite realizados pelo estado, a saber: I Serviço de Proteção e Atendimento  
1781 Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, ofertado em unidades de  
1782 CREAS regionais; II Serviço de acolhimento familiar para crianças e  
1783 adolescentes; III Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias;  
1784 Parágrafo único. O indicativo para implantação do serviço regionalizado poderá  
1785 ser alterado conforme o processo de negociação com os municípios da  
1786 respectiva área de abrangência. Art.4º As diretrizes gerais do Plano Estadual  
1787 de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta  
1788 Complexidade serão tema de deliberação das Conferências Regionais de  
1789 Assistência Social e da 11ª Conferência Estadual de Assistência Social,  
1790 conforme definido na Resolução do CEAS nº 518/2015. Art.5º Esta Resolução  
1791 entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 17 de Julho de 2015.  
1792 Maria Alves de Souza, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social  
1793 de Minas Gerais. **MARIA:** Agora sim né? Quem concorda com a aprovação da  
1794 resolução, com o indicativo da comissão, que fala do nosso Plano de  
1795 Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta  
1796 Complexidade de Minas Gerais, por favor, permaneça como está. Alguém  
1797 contrário? Abstenções? Então aprovado por unanimidade. O conselho merece  
1798 uma salva de palmas. **APLAUSOS** Nós vamos almoçar, voltamos daqui uma  
1799 hora, e não tem reunião da sociedade civil, nós conversamos sobre isso e  
1800 reunimos na próxima, até porque, a entidade da Patrícia está indicando. A  
1801 gente aproveita na próxima e reúne com ela também, pode ser gente? **PARTE**  
1802 **5:** Por favor, todos tomem os seus assentos. Retornando agora aos trabalhos,  
1803 a orientação é que a gente não desligue os microfones. Deixa sempre ligado  
1804 pra garantir, e não ter mais problema. O nosso próximo ponto de pauta é a  
1805 apresentação da Lei 13.019/2014. Eu queria passar para a assessoria da  
1806 SEDESE fazer a apresentação da lei aqui pra gente. **CARLA:** Boa tarde. Eu  
1807 estou na assessoria jurídica da SEDESE, e eu vim com as duas assessoras,  
1808 que são a Joana e a Alice. É um grande prazer estar aqui com vocês. É a  
1809 primeira vez que a áreas meio relacionadas a essas questões jurídicas se  
1810 encontra presente aqui com vocês, mas eu acho que a honra mais é nossa de  
1811 estar aqui. Na verdade, o convite se deu no sentido que a gente pudesse fazer  
1812 uma explanação a respeito dessa lei, que é o Marco Regulatório das

1813 Organizações da Sociedade Civil, que entrará em vigor a partir do dia 27, que é  
1814 na próxima semana. Eu gostaria de tentar contextualizar um pouco pra vocês a  
1815 respeito da criação/origem da lei. Nessa tela a gente vai poder entender o  
1816 porquê da origem dela. O Marco Regulatório se deu origem em razão de duas  
1817 CPI'S que ocorreram no Congresso Nacional, oriundas daquelas denúncias  
1818 das ONG'S em 2003, e ocorreu também em 2010, dando ensejo a elaboração  
1819 de um marco, porque até então as organizações da sociedade civil, e que é a  
1820 maior macro de representação de um Estado democrático. É onde o Estado  
1821 não tendo condição de desenvolver o seu papel, as entidades, as  
1822 organizações, assim o fazem. Então, ao longo da história do Brasil inúmeras  
1823 entidades foram criadas com vários propósitos. Em razão da ausência de  
1824 gestão, alguns encaminhamentos não tiveram sucesso, ensejando o desvio de  
1825 recurso público repassado pelo governo federal, estadual e municipal. Em  
1826 razão dessas denúncias as CPI'S ocorreram, e o resultado desta CPI foi o  
1827 relatório do Tribunal de Contas, que fez uma série de apontamentos acerca da  
1828 falta de gestão efetiva no controle desses recursos públicos. A efetiva ausência  
1829 de norma que regulasse toda essa ação entre as entidades privadas e o poder  
1830 público, chegou-se à conclusão que através do resultado desse relatório do  
1831 Tribunal de Contas e as contribuições efetivas das entidades, chegou-se a  
1832 elaboração da Lei 13.019, que veio exatamente estabelecer toda essa relação  
1833 de segurança e controle desse repasse. Então, só para recapitular: As ONG'S  
1834 surgiram a partir de 1980, quando assumiram nos anos de 1990 projetos  
1835 importantes ligados especialmente às campanhas de prevenção ambiental.  
1836 Então a origem delas foi exatamente essa. No final de 1990, as restrições do  
1837 setor público alicerçadas nos escândalos ligados às fundações filantrópicas e  
1838 ONG'S culminaram em lei, que reforçaram o sentido utilitarista do estado em  
1839 relação às entidades. Após a manifestação do TCU sobre o relatório final da  
1840 CPI, que foi de 2007/2010, lembrando que em 2003 foi a primeira CPI que  
1841 passou a investigar o repasse de recursos. De 2007 a 2010, ou seja,  
1842 praticamente três anos de trabalho, o executivo, com participação das  
1843 organizações das sociedades civis, em 31 de julho de 2014 promulgou a Lei nº  
1844 13.019/2014. Então é só uma contextualização, pra que vocês tenham a ideia  
1845 de como surgiu à efetividade da lei. Saindo dessa questão formal, sobre o  
1846 ponto de vista técnico, nós fizemos uma avaliação, e essa avaliação ela é  
1847 geral. A lei veio com um intuito de controle, monitoramento e avaliação. São 88  
1848 artigos, sendo que 44 desses artigos são de controle. A lei, além desse  
1849 controle, ela trouxe inúmeras novidades. Quando a gente fala de Marco  
1850 Regulatório é o momento que se regula efetivamente a relação do poder  
1851 público com as entidades privadas, sobre ponto de vista dos repasses públicos.  
1852 Então ela trouxe como novidade, e assim como a 8666 trouxe a questão da  
1853 implantação através das licitações. A 13.019 também veio com uma série de  
1854 novidades, que, ao longo do tempo, precisaram ser aprimoradas, mas que vão  
1855 impactar em muito o poder público com uma grande proporção, porque o poder  
1856 público vai ter uma responsabilidade maior nesse controle e mais cuidados  
1857 com relação às adaptações. A lei trouxe como novidade: A criação do termo de  
1858 colaboração e termo de fomento. Hoje todos nós sabemos que as relações  
1859 com as entidades privadas com o poder público se dá através de convênios.  
1860 Com o advento da lei, o convênio passa ser um instrumento exclusivo de  
1861 relação poder público com poder público. É uma relação de Estado com os

1862 municípios são os repasses efetivos, que continuaram sendo acompanhados  
1863 pela lei de convênios. No Estado de Minas nós tivemos uma renovação da  
1864 legislação de convênios, e muita das vezes a gente escuta pessoas falarem  
1865 que os convênios acabaram. Não. O instituto de convênio no âmbito jurídico  
1866 continua existindo, mas só para regulamentar, ou acompanhar, as relações  
1867 entre o poder público e o próprio poder público, seja ele em qual esfera for. A  
1868 Lei 13.019, ela já inovou no sentido de: Criação do termo de colaboração e  
1869 fomento. Fomento é tudo aquilo que a entidade sente necessidade, identifica  
1870 uma necessidade na prestação do serviço, ela propõe ao Estado trabalhar  
1871 naquela prestação de serviço, e o Estado entendendo ser viável essa  
1872 elaboração, ou criação de um serviço novo, ele fomenta a iniciativa. Então, ele  
1873 dá meios e condições, para que aquela iniciativa seja implantada naquela  
1874 determinada comunidade. Então, quando se fala termo de colaboração e termo  
1875 de fomento, é nesse sentido: a entidade que propõe o serviço a ser prestado. O  
1876 termo de colaboração já é o poder público que identifica a necessidade de  
1877 abertura de um serviço, ou uma prestação efetiva, e ele propõe as entidades a  
1878 fazerem essa parceria, onde ele não tem braço pra fazer. Então ele com a  
1879 entidade, a título de colaboração, o poder público firma esse termo. São termos  
1880 novos, institutos novos, com toda uma caracterização especial, para que eles  
1881 sejam firmados. Então a primeira novidade é: A criação do termo de  
1882 colaboração e termo de fomento, o que não exclui a existência dos que já  
1883 existiam e que continuaram existindo. As OSCIPS, elas passaram a preencher  
1884 determinados requisitos pra poder firmar acordo de parcerias com o poder  
1885 público. Um deles, que é uma grande novidade: a exigência atual é que a  
1886 entidade tenha 12 meses de existência. Para que a entidade possa participar  
1887 de um processo de escolha, ela tem que ter no mínimo 3 anos de existência.  
1888 Isto está no art. 24 da lei, inc. 7º. Trouxe uma novidade relacionada à  
1889 organização de trabalho da sociedade civil. Toda a equipe de trabalho da  
1890 organização civil, atualmente na relação de convênio hoje, ela poderá fazer  
1891 parte do plano de trabalho custeado pelo poder público. A entidade pode na  
1892 elaboração do seu programa de trabalho prestar um serviço, fazer a relação de  
1893 qual é a equipe, e qual é o custo para essa equipe. Isso vai compor a proposta  
1894 do plano de trabalho dela, e o poder público tem condições de arcar e tem  
1895 legitimidade pra fazer o pagamento Os custos indiretos que as entidades têm  
1896 como conta de luz, água, todas as demandas indiretas para a realização do  
1897 serviço, a lei trouxe uma limitação de 15% no valor da parceria, e esses 15%  
1898 deveram ser respeitados. Hoje em dia os novos problemas que temos na  
1899 prestação de contas é exatamente isso. Não existia limitação, então muitas  
1900 vezes os custos de manutenção de um prédio, ou para aquela efetiva  
1901 prestação de serviço, eram valores muito altos, que correspondiam de até  
1902 quase 50% da parceria ou do convênio. Se não tinha parceria, era termo de  
1903 convênio. Então a lei trouxe essa limitação estipulando os 15%. As prestações  
1904 de contas, diferentemente das prestações de contas oriundas dos convênios,  
1905 elas poderão ter um tratamento diferenciado. A lei traz essa novidade, que é a  
1906 questão das contas, prestação de conta simplificada no sentido de que as  
1907 parcerias, que tiverem repasse de valores até R\$ 600.00.00, elas poderão ter  
1908 uma flexibilização nessas prestações de contas. Eu abro um parêntese aqui  
1909 para colocar pra vocês que a Lei 13.019 foi prorrogada no ano passado. Houve  
1910 um pedido de prorrogação através de uma medida provisória por mais de 365

1911 dias, que é o que finda agora, e, nesse intervalo, a secretaria da presidência  
1912 propôs em fazer um regulamento completo para regulamentar todas essas  
1913 novidades, porque são muitas inovações, muita coisa nova que precisa ser  
1914 qualificada a sua aplicabilidade. Então o governo federal elaborou esse  
1915 decreto, ele foi objeto de consulta pública, mas não foi publicado. A ideia é que  
1916 ele seja publicado até o início da vigência da lei, só que a SEDESE e vários  
1917 outros setores estão com uma preocupação muito grande no sentido de que  
1918 esse decreto não aconteça, e como que a lei entrará em vigor dia 27, sem essa  
1919 regulamentação do ponto de vista federal. O Estado criou um Grupo de  
1920 Trabalho pra desenvolver um estudo para elaboração do decreto estadual e pra  
1921 aplicar a Lei 13.019 no âmbito do Estado de Minas. Sem o decreto federal, o  
1922 decreto estadual também não pode sair. Nesse decreto federal eles tentaram  
1923 minimizar um pouco os efeitos dessa lei, e trouxeram algumas novidades. Ao  
1924 longo da explanação eu repasso pra vocês, mas eu quero deixar claro que o  
1925 Estado de Minas já está na minuta. O decreto foi objeto de consulta, ainda está  
1926 em aberto. Hoje seria o último dia de participação e contribuição das entidades.  
1927 A participação da secretaria se deu na semana passada, e o governo do  
1928 Estado está aguardando o momento certo em razão da concomitância da lei  
1929 federal, pra também comungar o nosso decreto. Outra novidade que a lei trás é  
1930 a criação de uma comissão de avaliação na participação da execução do  
1931 objeto. Quando eu falei que a lei, ela tem um punho muito mais de controle que  
1932 de procedimento, é nesse sentido. Eles identificaram a necessidade de cada  
1933 um dos Estados e municípios criar as suas comissões para fazer seleção das  
1934 entidades, porque criou o instituto de chamamento público, apesar de que boa  
1935 parte de algumas instâncias tanto no âmbito estadual. Existem Estados que já  
1936 trabalham com chamamento público, e algumas prefeituras também. Mas  
1937 agora não vai ter outra opção, não é uma faculdade contratar via chamamento  
1938 público, é uma obrigatoriedade fazer através de chamamento público. Para  
1939 selecionar essas entidades, tem que se criar uma comissão de seleção. Ela vai  
1940 definir qual que é a entidade que vai ser escolhida. Uma vez escolhida, a  
1941 execução se dará através de chamamento, e tem que ter uma comissão  
1942 específica pra acompanhar o monitoramento da execução efetiva do serviço. A  
1943 partir daí, essa avaliação, ela tem que ser feita através de um controle, de uma  
1944 plataforma eletrônica. A lei traz a necessidade de tanto a prefeitura quanto os  
1945 Estados, dêem publicidade a todos os atos, o ato de contratação, o ato de  
1946 acompanhamento efetivo de cada passo da execução, e isso será feito através  
1947 de uma plataforma eletrônica. Aí vem o questionamento: as entidades teriam  
1948 condições de terem esse instrumento eletrônico pra fazer publicidade? A gente  
1949 sabe que em algumas entidades a publicidade se dá apenas afixando as  
1950 informações, seja nos lugares de circulação, nas prefeituras ou nos próprios  
1951 públicos dela. A partir do momento que ela precisará ter uma plataforma  
1952 eletrônica, isso ensejara custos, na lógica né? Tanto para os municípios de  
1953 menor e grande porte, como também para todos os Estados. Existe publicidade  
1954 da Lei 8666 em relação do que está sendo proposto pela lei. Cada prestação  
1955 de contas parcial, cada procedimento que for acontecendo ao longo da  
1956 execução, tem que ser dada a publicidade, e a gente sabe que o custo da  
1957 publicidade ele é muito alto. A Presidência da República entendeu que eles  
1958 vieram pra ajudar na questão da transparência e do controle. É o que nós  
1959 precisamos, mas sob o ponto de vista prático, eles entenderam que vai criar



1960 dificuldades muito grandes para os pequenos municípios no âmbito de Minas.  
1961 Mas não é somente aqui. Nos encontros que tivemos em Brasília, que foi pra  
1962 discutir a lei, a dificuldade é geral. Todos os Estados estão preocupados com  
1963 isso, com relação a esse custo. Outra novidade é a aprovação do Tribunal de  
1964 Contas pelas organizações sociais da sociedade civil. O que é isso? Para que  
1965 a entidade tenha condições de ter uma parceria com o poder público, ela  
1966 deverá apresentar um manual de compras, que deve ser aprovado pelo poder  
1967 público. É a forma que a entidade tem pra adquirir todos os seus produtos, e a  
1968 modalidade de como que ela consegue adquirir. Se ela vai comprar material de  
1969 limpeza, ela tem que colocar nesse manual de compras, e aí tem que ser  
1970 aprovado pelo poder público, que elas fazem através de um processo licitatório.  
1971 Como é que vai ser o processo licitatório? Esse manual de compras é uma  
1972 exigência que a lei coloca pra que entidades possam firmar as suas parcerias.  
1973 Outra novidade, é que a lei que já entrará em vigor dia 27, ela proíbe que  
1974 dirigentes da OSCIPS sejam agentes públicos, agente políticos de poder ou do  
1975 MP, órgãos e entidades de administração pública. Outro problema criado pela  
1976 lei: toda ou qualquer entidade que tiver participação de um servidor, seja em  
1977 qual âmbito for, ele não poderá participar desse processo seletivo, que seria o  
1978 chamamento público. Inúmeras discussões surgem em razões disso,  
1979 inviabilizaria todos os conselhos, que, de uma certa forma, prestam serviço, e  
1980 recebem recursos públicos. A Presidência entendeu que é uma grande  
1981 dificuldade. Eles falaram que iriam flexibilizar isso no decreto federal. Existem  
1982 alguns parlamentares em Brasília que propuseram alguns processos de lei.  
1983 Nós temos um projeto de lei do parlamentar aqui de Minas, que é o Eduardo  
1984 Barbosa. Ele tenta excluir essa exigência, por causa, exatamente, de  
1985 inviabilidade com relação às entidades que tem representação do poder  
1986 público. E nós também estamos trabalhando no sentido de subsidiar o relator  
1987 desse projeto, pra que ele entenda a necessidade que essa emenda, além de  
1988 um PL, efetivamente exclua essa obrigatoriedade, ou essa dificuldade que foi  
1989 colocada pela Lei 13.019. A exigência do chamamento público, que é o que eu  
1990 coloquei pra vocês, isso não vai ser uma opção. Para você designar e fazer  
1991 repasse público, você precisará fazer esse procedimento. O art.24 é muito  
1992 claro “para elaboração de parcerias previstas nessa lei, seja parceria de  
1993 fomento ou colaboração, a administração pública deverá realizar chamamento  
1994 público para relacionar as organizações de sociedade civil, que tornem mais  
1995 eficazes a execução do objeto”. O escopo de lei é: controle, transparência,  
1996 eficiência e qualidade na prestação do serviço. Então o legislador, ou todo o  
1997 grupo que compôs a elaboração da lei, eles preocuparam com a necessidade  
1998 de que ao fazer o chamamento público, o poder tem condições de escolher as  
1999 melhores entidades pra prestar o serviço. Então a eficácia na execução e a  
2000 condição de se fazer a prestação de serviço, seria o norte de todo chamamento  
2001 público. No art.35 ele fala que “a celebração e a formalização do termo de  
2002 colaboração e de fomento dependeram das seguintes providências da  
2003 administração pública. Então, tanto as prefeituras, quanto os Estados, eles  
2004 terão que realizar o chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas  
2005 na lei. Existem exceções para não se fazer o chamamento público. A lei traz o  
2006 art.30 que “a administração pública poderá dispensar a realização do  
2007 chamamento público nos seguintes casos”. A exemplo da 8666 em que se  
2008 dispensa a licitação, a 13.019 também vem com essa ideia de que nos casos

2009 de urgências decorrente de paralisação, ou iminência de paralisação, de  
2010 atividades relevante ao interesse público, realizadas no âmbito das parcerias já  
2011 celebrada imutada de uma exigência de uma nova parceria, prazo de termo  
2012 original desde que atendida a ordem de classificação do chamamento público,  
2013 mantidas e aceitas nas mesmas condições oferecidas pelas as organizações  
2014 da sociedade civil vencedora de certame. Isso na verdade são as urgências,  
2015 que em razão de ter sido feito um chamamento público para a primeira  
2016 entidade colocada, se por algum motivo, por alguma situação, ela não consiga  
2017 terminar a execução daquele serviço, daquele objeto, a administração, ela  
2018 pode dispensar um novo chamamento público e chamar a segunda colocada,  
2019 pra que ela, nos mesmos moldes da primeira e pelos mesmos custo, ela preste  
2020 aquele serviço. O inc. II ele fala que: “nos casos de guerra e grave perturbação  
2021 da ordem pública, o poder público pode dispensar o chamamento pra firmar  
2022 parceria com a sociedade civil, que desenvolva atividades de natureza na área  
2023 social, saúde ou educação. Que prestam atendimento direto ao público, e que  
2024 tenha identificação da entidade beneficente de assistência social nos termos da  
2025 Lei 12.101, de 2009. O inc. III: “quando se tratar da realização de programa de  
2026 proteção à pessoa ameaçada, que possa comprometer a sua segurança.” A lei  
2027 traz três hipóteses que você pode abrir mão do chamamento público, não  
2028 estando enquadrado nesses incisos, a obrigatoriedade é de se fazer o  
2029 chamamento público. Já art. 31 ele fala da inexibilidade. A inexibilidade é um  
2030 estatuto também trazido pela lei de licitações, em que você pode abrir mão de  
2031 uma licitação, aqui no caso do chamamento público. Será considerado  
2032 inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição  
2033 entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do  
2034 objeto do plano de trabalho, ou quando as metas somente puderem ser  
2035 atingidas por uma entidade específica. Então, nesse caso, não há necessidade,  
2036 não é exigível o chamamento público. O chamamento público ele esbarra, às  
2037 vezes, nas questões relacionadas às emendas parlamentares. A nova lei, ela  
2038 fala que os repasses públicos oriundos das indicações parlamentares, ainda  
2039 sim, precisará de um chamamento público. É uma situação complicada que  
2040 estamos vivendo tanto no Estado de Minas, quanto nos demais Estados, que  
2041 diferentemente que acontece no governo federal. O governo federal possui um  
2042 orçamento, em que, na prevenção da lei orçamentária, já se faz a indicação  
2043 das entidades. Nos Estados isso não acontece. Aqui em Minas a aprovação da  
2044 lei orçamentária agora de 2015, não houve indicação das entidades, e aí a  
2045 pergunta é como parlamentar vai indicar entidade, sem que essa entidade  
2046 passe pelo chamamento público? Então é uma situação que está sendo  
2047 discutida no âmbito do Estado. Algumas soluções estão sendo pensadas, e eu  
2048 vou colocar isso pra vocês no final. A lei traz inúmeras novidades, como eu já  
2049 disse, e algumas exigências que dizem respeito ao procedimento. Então eles  
2050 falam que tem o cunho de controle e o cunho procedimental. Ela exige que no  
2051 edital de chamamento, deverá ter uma exigência, que a organização da  
2052 sociedade civil deverá estar apta para o chamamento público. Ela precisará de  
2053 no mínimo 3 anos de existência, como já tinha dito. A experiência prévia na  
2054 realização com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante.  
2055 Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades  
2056 previstas e o cumprimento das metas estabelecidas. Ela exige que as  
2057 sociedades deverão fazer adaptações nos seus estatutos, para estarem aptas

2058 para participar do chamamento público, cujo a alteração estatutária está  
2059 relacionada aos objetivos. Os objetivos das entidades deverão estar voltados a  
2060 promoção de atividades com finalidades de relevância pública e social. A  
2061 constituição de um conselho fiscal, e se a entidade não possui, ela deverá se  
2062 adaptar através de uma alteração estatutária, que seria um conselho fiscal, ou  
2063 norma equivalente de fiscalização adotado de atribuições, pra opinar no  
2064 relatório de desenvolvimento, e contável das operações patrimoniais  
2065 realizadas. A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o  
2066 patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza.  
2067 Então, se nós temos uma entidade que não regulamente isso no seu estatuto,  
2068 ela pra estar apta para participar do chamamento público, ela deverá fazer  
2069 essa adaptação estatutária. As normas de prestação de contas sociais a serem  
2070 observadas pelas entidades, elas deverão ter também: observância dos  
2071 princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.  
2072 No âmbito da prestação de conta isso vai ser uma exigência com relação a  
2073 essas questões de princípios contábeis, que está diretamente relacionada ao  
2074 controle efetivo dos gastos. Ela deverá ter a questão da publicidade, que  
2075 deverá se feita por qualquer meio eficaz no encerramento do exercício fiscal,  
2076 ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas  
2077 as certidões negativas de débitos com a previdência social e FGTS, colocando-  
2078 os à disposição para exame de qualquer cidadão. A entidade, ela tem que estar  
2079 aberta em uma fiscalização não só dos órgãos de controle quanto do poder  
2080 público, mas, de também, de qualquer pessoa que sinta necessidade de pedir  
2081 informações a respeito daquele custo financeiro, e como que ele está  
2082 acontecendo, no seu ponto de vista financeiro, contábil e fiscal. Para  
2083 celebração das parcerias previstas nesta lei, as organizações deverão  
2084 apresentar quando da habilitação nesse processo de seleção: prova de  
2085 propriedade ou posse legítima do imóvel, caso seja necessário à execução do  
2086 objeto pactuado; certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de  
2087 contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada  
2088 ente federado; Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro  
2089 civil, ou cópia do estatuto registrado, e eventuais alterações. A gente sabe que  
2090 isso já é uma exigência. A comprovação de uma entidade ela se dá através do  
2091 registro no Cartório de Registro Civil; Documento que evidencia a situação das  
2092 instalações e as condições materiais da entidade, quando essas instalações e  
2093 condições forem necessárias para a realização do objeto pactuado; Cópia da  
2094 ata de eleição do quadro dirigente atual; Relação nominal atualizada dos  
2095 dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão de expedição; Cópia de  
2096 documento que comprove que a organização civil funciona no endereço  
2097 registrado no CNPJ. Se porventura ela cadastrou o CNPJ na Receita Federal  
2098 com o endereço x, se porventura ela mudar, ela deverá fazer essa alteração,  
2099 do ponto de vista de não poder participar do chamamento; Regulamento de  
2100 compras e contratações própria ou de terceiro, aprovado pela administração  
2101 pública celebrante, que se estabeleça, no mínimo, a observância de princípios  
2102 de legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da  
2103 economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do  
2104 julgamento objetivo e da busca permanente de qualidade, durabilidade. Todos  
2105 os princípios que hoje são exigidos do poder público serão exigidos para as  
2106 entidades também. Sobre o ponto de vista da assistência nos compomos a

2107 Câmara Temática, que tem discutido a Lei 13.019 no âmbito do Ministério de  
2108 Desenvolvimento. Nós trouxemos alguns pontos, que se diz respeito à  
2109 assistência propriamente dita. A Lei federal 13.019 ela pensa na prestação de  
2110 serviços que exista início, meio e fim. A gente sabe que as prestações de  
2111 serviços e o que norteia a lei da assistência, não há que se identificar isso, as  
2112 prestações são continuadas. Não dá pra você identificar que você faz  
2113 acompanhamento de um idoso - você acompanha, do início, meio e fim, você  
2114 não sabe quando vai ter esse fim, então é uma prestação continuada. Esses  
2115 princípios da assistência não foram considerados quando da elaboração da lei,  
2116 quando incluíram na prestação de serviço continuado colocando o serviço a ser  
2117 acompanhado, a ser monitorado na Lei 13.019, Então, as discussões que são  
2118 feitas no âmbito do Ministério é exatamente essa. O legislador preocupou muita  
2119 na entidade, que presta esse serviço pronto e acabado, não consideraram não  
2120 só da assistência, mas da saúde e educação. Então, nós colocamos aqui essa  
2121 observação que presume início, meio e fim das parcerias, o que não coaduna  
2122 com as políticas de assistência social de acolhimento e de caráter continuado.  
2123 Análise de possibilidade de se afastar, no que couber, a aplicação da Lei do  
2124 Marco Regulatório diante da disciplina que traz a Lei federal nº 8.742/1993, que  
2125 dispõe sobre a organização da assistência social. Na verdade, o que quer dizer  
2126 isso? Nós tentando sensibilizar tanto os órgãos de controle quanto a  
2127 necessidade de se entender, que as políticas desenvolvidas pela assistência  
2128 social são incompatíveis com as cobranças e exigências feitas pela Lei 13.019.  
2129 Foram tiradas algumas agendas dessa Câmara Temática no Ministério, que foi  
2130 agenda política para trabalhar a prorrogação e vigência dessa lei, de tentar  
2131 sensibilizar os técnicos, a previdência, pra tentar uma flexibilização no decreto  
2132 federal. E uma agenda não só política, mas uma agenda técnica O que seria  
2133 essa agenda técnica? Trabalhar uma legislação específica, em que a  
2134 assistência tenha um tratamento diferenciado enquanto das vigências da  
2135 13.019. A lei tem o art. 3º que fala que “ela não se aplica a toda e qualquer  
2136 transferência de recursos oriundos de uma lei específica”. Então, se nós  
2137 tivermos condições de trabalhar a assistência como uma lei específica sobre os  
2138 aspectos, procedimento e contratualização, nós não teríamos como aplicar a  
2139 13.019, e é isso que a gente tem tentado, estamos trabalhando nesse sentido.  
2140 A questão do princípio da não transferência do usuário, os artigos 24 e 35 da  
2141 Lei 13.019, ela tem como regra a seleção da organização da sociedade civil,  
2142 com a qual se celebrará o termo de colaboração/fomento por meio de  
2143 chamamento público. O fato de termos um chamamento público, ele contrapõe  
2144 a questão da não transferência, por quê? Se eu tenho uma prestação de  
2145 serviço já definida pela entidade e o poder público, se faz necessário atualizar,  
2146 ou inovar, aquele convênio anterior, nos moldes da 13.019. Preciso abrir uma  
2147 competição através de um chamamento público, pra que outras entidades  
2148 pudessem participar. Na eventualidade de uma entidade atual, que presta o  
2149 serviço, não conseguir êxito no chamamento, a outra que virá eu terei que fazer  
2150 uma transferência daquele usuário pra essa nova entidade. A gente sabe que  
2151 em razões dos vínculos firmados da assistência com aquele usuário, isso se  
2152 torna um pouco impraticável, porque a nova entidade que entrará no sistema  
2153 do poder público deverá ter uma nova transferência, no sentido de transferir  
2154 aquele usuário para uma nova entidade. Então o seu ponto de vista prático,  
2155 realmente, não tem como aplicar. O risco da transferência do usuário das

2156 políticas públicas continuadas. As ações continuadas de assistência social têm  
2157 como copiar o princípio da não transferência, conforme, por exemplo, no art.  
2158 49, inc. III, do estatuto do idoso, o art. 92, inc. VI, do Estatuto da Criança e do  
2159 Adolescente. Realmente não tem como você aplicar a lei, porque todos esses  
2160 institutos eles garantem a não transferência desses usuários. A lei também  
2161 exige a questão da territorialidade. A fala, que é pra fazer o chamamento  
2162 público, eu não posso restringir a participação de nenhuma entidade, eu não  
2163 posso considerar a questão do território, a questão da localidade, a questão da  
2164 natureza. Então eu estou sugerindo que ao fazer o chamamento público, ter a  
2165 participação de entidades, que não estejam próximas daquele local. Eu posso  
2166 ter uma entidade no Pará, que pode fazer um chamamento aqui em Minas. Eu  
2167 posso ter inúmeras entidades fora da jurisdição, que prestam aquele serviço  
2168 específico. Todos esses itens foram colocados, discutidos, e nós tentamos  
2169 situar as exigência de territorialidade, tanto da lei federal, quanto da lei do  
2170 Estado, mas como ainda não foi publicada, a gente ainda não sabe o que  
2171 realmente vai ser aplicado ou não. Aqui estão as exigências afetas a essas  
2172 organizações. Eu já falei da violação do princípio da não transferência e  
2173 acarretar na solução da continuidade dos vínculos entre usuários e as  
2174 organizações; A questão da exigência de 3 anos. Esses itens foram  
2175 previamente trabalhados, e nós tentamos flexibilizar eles no decreto federal e  
2176 também no decreto estadual. Então são itens que nós temos discutido, e talvez  
2177 tenhamos êxito no decreto federal, porque a última reunião que nós tivemos, os  
2178 técnicos da presidência falaram e se sentiram bastante sensibilizados, no  
2179 sentido de que, a assistência social, a educação e a saúde não seriam exigidos  
2180 chamamento público pra essas prestações de serviços continuadas. Isso foi  
2181 uma apresentação, uma fala. Nós ainda não tivemos a certeza se aí vem no  
2182 decreto federal. Aí, todo o decreto estadual e os decretos municipais, as  
2183 legislações municipais, poderão acompanhar. A questão do repasse do Fundo  
2184 a Fundo, a importância do decreto regulamentar federal de que se atente às  
2185 peculiaridades do SUAS, já que os municípios e estados deverão aplicar as  
2186 normas federais no que concerne à finalidade da parceria, e às despesas  
2187 passíveis de cobertura com os recursos de origem federal repassados Fundo a  
2188 Fundo. Não houve essa preocupação com relações às questões do Fundo a  
2189 Fundo. A gente também trabalhou isso nas excepcionalidades da lei.  
2190 Comprovação de situação regular com a execução do plano de trabalho. São  
2191 as exigências que a lei traz. Exigem comprovação de cumprimento de metas,  
2192 para recebimento da parcela subsequente. Uma novidade que a lei traz, é que  
2193 hoje, nos convênios, pra você receber a nova parcela, não basta você apenas  
2194 apresentar prestação de contas, ela precisa ser analisada pra que se libera  
2195 uma segunda parcela. A lei, aqui no caso, ela fala que basta você apresentar a  
2196 prestação de conta, pra que seja liberada a segunda ou terceira parcela. Essa  
2197 exigência pode se mostrar problemática, na medida em que ocorrerem  
2198 situações em que as metas não são cumpridas em razões alheias. Se uma  
2199 meta não for alcançada para aquela entidade, independentemente da  
2200 prestação de contas, eu não posso receber a parcela das novas ações. Isso  
2201 causa um problema sério, porque talvez a ação não tenha sido alcançada, não  
2202 só por culpa da entidade, talvez não tenham pensado o porquê houve  
2203 dificuldades na prestação de serviços. A questão da contratação de pessoal: a  
2204 lei, ela traz a possibilidade do poder público arcar com o custo da equipe, da

2205 entidade, isso pode trazer passivo trabalhista para o Estado ou para o  
2206 município. O passivo trabalhista prevê o pagamento de verbas trabalhistas,  
2207 inclusive as rescisórias com recursos do termo de cooperação/fomento, atrai a  
2208 responsabilidade pelos débitos do contratante. Então podemos ter várias  
2209 rescisões ocorrendo ao longo da execução do contrato da parceria, e todas as  
2210 verbas relacionadas a essa rescisão, o poder público tem que arcar; Não há na  
2211 minuta do decreto federal regulamentação quanto à forma de controle eventual  
2212 e de devolução do passivo trabalhista, não estando regulamentadas situações  
2213 tais como aposentadoria e dispensa por justa causa do funcionário em que  
2214 parte das verbas rescisórias não lhe serão devidas. Então, se a gente tiver  
2215 aposentadoria, o poder público vai ter que arcar e as questões das justas  
2216 causas também; A exigência de realização de processo seletivo pelas  
2217 organizações sociais pra contratação de recursos humanos, verso as parcerias  
2218 com baixo valor financeiro. A gente sabe que existem inúmeras entidades que  
2219 possuem parceria com o poder público, no caso hoje convênio público, que são  
2220 convênios pequenos. E a realização de um processo seletivo para que aquela  
2221 organização selecione sua equipe, talvez os custos dessa seleção não  
2222 alcancem o que efetivamente elas recebem do poder público. Então, pode ser  
2223 que inviabilize essa seleção de equipes; A utilização de tabelas de preços de  
2224 associações profissionais como parâmetro salarial, a gente sabe que a grande  
2225 maioria das entidades eles possuem prestação de serviço de voluntariados, ou  
2226 de prestadores de serviços, que não possuem uma qualificação, e não uma  
2227 categoria que defenda o salário deles. Então, a partir do momento que a  
2228 entidade tiver que compor o seu plano de trabalho com valor de salário do seu  
2229 prestador de serviço, possivelmente ou deverá ser feito considerando os  
2230 parâmetros mínimos de pagamento. Então se hoje o voluntariado recebe  
2231 valores pequenos, apenas para aquela prestação efetiva, ele deverá ter o seu  
2232 salário pago como qualquer trabalhador, com respeito aos salários mínimos, e  
2233 isso vai gerar um ônus tanto para a entidade, quanto para o poder público. A  
2234 responsabilidade do gestor é algo que está assustando muito entidades. Hoje o  
2235 gestor responsável pela aquela entidade, se porventura ele não cumprir o plano  
2236 de trabalho, ele pode ser responsabilizado com o seu patrimônio pessoal. Por  
2237 exemplo, para que você alcance o patrimônio de um sócio, você tem que  
2238 utilizar de um procedimento chamado desconsideração da personalidade  
2239 jurídica, pra que o patrimônio daquele sócio responda pela empresa. Aqui não,  
2240 essa etapa foi queimada. A lei já traz a responsabilidade objetiva do gestor,  
2241 que se, porventura, ele não alcançar o plano de trabalho, ele não conseguir o  
2242 objeto, dependendo da interpretação do órgão de controle ou do poder público  
2243 responsável pelo repasse, ele tem que responder pelo o seu próprio  
2244 patrimônio, pra cumprir aquela despesa, ou prejuízo que ele causou. A gente  
2245 sabe que isso infelizmente não acontece. Esse item em especial, ele está  
2246 sendo objeto de análise da Câmara Federal. Quando eu falei dos projetos de  
2247 lei tentando alterar a 13.019, um dos itens mais discutidos e trazidos pelas as  
2248 entidades é exatamente esse, porque houve uma inovação pra parte mais  
2249 fraca, que são as entidades. A gente sabe que tem grandes entidades, mas  
2250 também existem entidades mínimas, que tem no máximo 3 pessoas prestando  
2251 o serviço: é o responsável mais dois prestadores de serviços. Então o  
2252 patrimônio dele muitas vezes não é nada, ele vai responder como? A gente  
2253 acredita que isso possa sofrer uma flexibilização, mas até que acontece, se a

2254 lei entrar em vigor dia 27, serão nesses moldes que ela entrará em vigor. A lei  
2255 traz a questão do prazo de vigência e inovação da minuta do decreto de 5 anos  
2256 prorrogável o período. Por que isso? A gente pode firmar as parcerias de 5  
2257 anos, prorrogável por igual período; Criação de prestação de contas  
2258 simplificada, eu já falei; A vedação do art. 39 é a questão dos dirigentes, que  
2259 também está sendo trabalhado. E por fim, eu quero fazer algumas  
2260 considerações gerais com vocês, a respeito do decreto federal e do decreto  
2261 estadual. No âmbito da União, como eu disse, os técnicos da previdência  
2262 realmente perceberam que o intuito era ajudar, mas como eles não conhecem  
2263 a ponta, e não conhecem as especialidades das políticas públicas, tanto da  
2264 assistência, educação e saúde, eles perceberam que a inviabilidade fática é  
2265 absoluta do ponto de vista de execução mesmo, as entidades não tem pernas  
2266 e o poder público, por sua vez, possui quadro de pessoal hoje pra dar  
2267 condições de criar essas comissões de seleções, essas comissões de  
2268 monitoramento. Existe um déficit do poder público muito grande e, nas mesmas  
2269 condições, as entidades. Então o decreto federal, a nossa esperança é que ele  
2270 tente flexibilizar essas questões. O decreto do Estado o grupo de servidores  
2271 que foi trabalhado em todas as secretarias diretamente envolvidas na 13.019,  
2272 que são as secretarias que possuem maiores convênios, que no caso é a  
2273 própria SEDESE, a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura e Defesa,  
2274 preocupou-se na elaboração do decreto estadual em tentar flexibilizar. O fato  
2275 da lei restringir a participação de entidade fora do território, nós colocamos a  
2276 título de flexibilização a possibilidade de se considerar como relevante e  
2277 inerente a política pública, a necessidade de termos as entidades próximas e  
2278 que estejam dentro daquele território, e essa exigência deixará de acontecer a  
2279 partir do momento em que o gestor público justifique, considerando todas as  
2280 especialidades da assistência. Então, quando o poder público lançar um edital  
2281 abrindo mão de toda essa questão, desde que o gestor público possa justificar,  
2282 é uma tentativa de flexibilizar. Em outras ocasiões, a ideia era que a gente  
2283 falava um pouco da Lei 13.019 para todos os conselhos, e tentar-se capacitar  
2284 os municípios pra isso. Só que como estamos diante de uma dúvida muito  
2285 grande, se a lei entra em vigor, se o decreto pode ser publicado, se o decreto  
2286 do Estado vai acontecer, existem diversas dúvidas ainda que a gente ainda não  
2287 têm como sanear, enquanto esses instrumentos normativos não estiverem em  
2288 vigor. A gente sabe da necessidade do Estado de capacitar. É  
2289 responsabilidade do Estado a capacitação dos municípios quanto à aplicação  
2290 dessa lei. O Estado também possui inúmeras dúvidas, entre elas, o que está  
2291 sendo discutido na Assembleia Legislativa é como se dará as emendas  
2292 parlamentares pra 2015. Se não houver uma excepcionalização pública ou  
2293 jurídica pra indicação, o parlamentar pode indicar uma entidade, ela não  
2294 preenchendo os quesitos da Lei 13.019, ela não poderá receber aquele  
2295 recurso. Ele corre o risco de indicar uma entidade que não tenha adequação  
2296 estatutária atualizada e que o poder público não pode repassar o valor, então  
2297 esse dinheiro perde, volta para o tesouro. Está sendo feito um trabalho de  
2298 mobilização e conscientização, para que a gente crie uma alternativa para  
2299 salvar todas as entidades que estão aptas, ou são sujeitas, para receber as  
2300 emendas parlamentares de 2015, diferentemente do que vai acontecer em  
2301 2016, quando da aprovação da lei orçamentária vai ser possível fazer essas  
2302 indicações. Em linhas gerais é isso. Existem outros gargalos com relação à

2303 prestação de contas, com relação à execução propriamente dita, que podemos  
2304 discutir em outra ocasião. A gente só vai perceber as dificuldades na prática  
2305 mesmo, quando essas prestações de contas começarem a acontecer, mas sob  
2306 o ponto de vista da celebração, o chamamento público é o carro chefe, e para  
2307 estar aptas ao chamamento público, as entidades têm que seguir todas essas  
2308 normativas, todas essas exigências. A preocupação da SEDESE,  
2309 principalmente da equipe da assistência, é exatamente não comprometer as  
2310 prestações dos serviços continuados, para que não haja ruptura nessas  
2311 prestações, que o usuário que não tem noção do que está acontecendo do  
2312 ponto de vista legislativo não seja prejudicado, não seja obrigado a ser  
2313 remanejado para outra entidade que talvez nós, aqui, não tenhamos nem  
2314 condições de avaliar ainda se ela está apta, ou não, a prestar aquele serviço  
2315 com qualidade. É isso o que tenho a colocar. Acho que fui bem rápida, mas  
2316 abro para que vocês possam fazer os questionamentos, que possamos  
2317 esclarecer. Toda a equipe do jurídico lá da SEDESE tem acompanhado as  
2318 discussões da Lei 13.019, todos os assessores estão aptos a atenderem vocês  
2319 seja por telefone, seja pessoalmente. A missão agora, Simone, é que a gente  
2320 possa estabelecer todas essas qualificações, não é? E tentar ajudar  
2321 minimamente aqueles que realmente têm dúvidas, capacitar às entidades pra  
2322 que sejam aptas para receber. No mais, é isso. Eu agradeço a atenção, peço  
2323 desculpas se não fui clara o suficiente em razão do tempo. Eu acho que o mais  
2324 interessante é a gente ouvir as dúvidas de vocês, talvez possamos esclarecer.  
2325 Se não tivermos condições de esclarecer, podemos tentar buscar informações,  
2326 para que tenhamos condições de não comprometer as políticas da assistência  
2327 no Estado de Minas. É isso. Agradeço e boa tarde. **APLAUSOS MARIA:** Muito  
2328 bem. Obrigada Carla. É uma apresentação legal. Pena que nós temos pouco  
2329 tempo. Gostaria de saber se tem alguém com dúvida, algum comentário? Já  
2330 tem um tanto não é? **MIRIAM:** Parabéns Carla. Acho que a sua explicação, de  
2331 todas as que eu já assisti, foi bastante prática. Eu acho que é isso contribui pra  
2332 aperfeiçoar e aprimorar aquilo que o governo federal traz como diretrizes  
2333 gerais, que é a convivência, que é o dia a dia. A gente teve a oportunidade na  
2334 esfera federal, porque eu também represento a Inspetoria São João Bosco no  
2335 federal, e a gente teve a oportunidade de dialogar. A secretaria geral de  
2336 governo estava mesmo muito aberta, e dizia que a relação com os conselhos  
2337 eles não sabiam nada, em relação aos Fundos eles não sabiam nada. Então  
2338 eles abriram uma consulta específica para os conselhos no âmbito nacional  
2339 estarem contribuindo em relação a essa legislação que é nova, é uma  
2340 legislação que a sociedade civil também participou bastante e solicitou ao  
2341 governo, até pra gente separar quem trabalha ou não, e dizer que tem gente  
2342 que trabalha seriamente. Eu fiquei com uma dúvida só na sua fala Carla, em  
2343 relação que, se tiver uma lei específica que trate sobre o Fundo Nacional da  
2344 Criança e do Adolescente, Fundo Nacional da Assistência, Fundo Nacional da  
2345 Educação, Fundo Nacional da Saúde, então ele não está vinculado a essa  
2346 legislação, é isso mesmo? Entendi correto? **CARLA:** É isso mesmo Miriam. A  
2347 lei no art.3º fala o seguinte: “não se aplicam as exigências dessa lei, ou seja,  
2348 todas as novidades trazidas dela não serão exigidas.” Inc.2: “as transferências  
2349 voluntárias regidas por lei específica naquilo que houver disposição expressa  
2350 ao contrário”. Qualquer legislação que trate de contratualização da assistência  
2351 com o poder público, que regulamente a forma de fazer transferência nos seus



2352 moldes específicos, não estarão sujeitos a Lei 13.019. O único problema é que,  
2353 no momento, nós não temos. Nessa linha de raciocínio é que se está pensando  
2354 em incluir as indicações das emendas em um dispositivo da lei de diretrizes  
2355 orçamentárias, pra tentar encaixar no art.3º, você tem uma lei específica que  
2356 regulamente os procedimentos de transferência de recursos. **LÚCIA:** Carla nós  
2357 vamos “chover no molhado” falando que você foi extremamente feliz. Eu me  
2358 lembro de um artigo específico na lei que fala da não corresponsabilidade do  
2359 ente governamental em relação aos encargos trabalhistas, inclusive exigindo  
2360 que evitasse que as entidades que tem pouca experiência administrativa se  
2361 encontrem em situação de insolvência. Você colocou, se eu entendi bem, o  
2362 contrário? Que o ente público passa a ser corresponsável? Não né? Você falou  
2363 assim: “atrai a responsabilidade do passivo trabalhista”. A lei é textual, ela diz  
2364 que não. Porque que eu não estou entendendo? **CARLA:** Vamos esclarecer  
2365 então. Isso foi ponto de discussão inclusive sob o ponto de vista das  
2366 consequências do poder público de arcar diretamente com as equipes, com o  
2367 quadro de pessoal das entidades, por quê? Só pode prestar serviço público  
2368 quem faz concurso público, não é isso? O fato de a entidade contratar pessoa,  
2369 e na eventualidade a entidade não ter condições de arcar com os encargos  
2370 trabalhistas, o poder público assim o fará. Então o poder público vai ser  
2371 responsável pelo pagamento do salário. O poder público ele poderia estar  
2372 contratando, pagando uma pessoa que não passou pelo crivo que é exigido  
2373 pela constituição, que pra prestar serviço público se faz através de concurso  
2374 público. Esse é um ponto. **LÚCIA:** Deixa eu só te dar uma notícia. O meu  
2375 município, o regime é celetista, um dos 6 do Brasil que é celetista. Já  
2376 aconteceu, no passado, mas o Juiz do Trabalho não está dando mais ganho de  
2377 causa porque, quando a gente conseguiu demonstrar que o recurso foi  
2378 repassado, que na prestação de contas a entidade apresentou as vias  
2379 referentes ao valor passado, ela pode ter outros servidores em relação os quais  
2380 ela não arrecadou, não pagou, não recolheu o tributo, mas eles não estão  
2381 dando de causa não. É só para título de informação. **ALICIA:** Boa tarde. Eu sou  
2382 a Alicia assessora jurídica da SEDESE. Nossa preocupação realmente é a  
2383 Justiça do Trabalho. A gente não pode olhar essa lei nova isoladamente, a  
2384 gente tem que mudá-la perante todo o reordenamento jurídico. E é um  
2385 entendimento da Justiça do Trabalho essa responsabilidade solidária. Na  
2386 situação do seu município, vocês estão conseguindo não ser condenados,  
2387 quando as entidades comprovam que efetivamente pagaram os direitos  
2388 trabalhistas. A dúvida é se a entidade não comprovar, ao contrário, se ficar  
2389 comprovado que entidade não pagou. O funcionário da entidade ele  
2390 efetivamente prestou um serviço público, e embora a lei preveja que nós não  
2391 seremos responsabilizados, nós temos outras situações históricas em que o  
2392 poder público veio a ser responsabilizado. Até poucos anos atrás, o poder  
2393 público era constantemente responsabilizados por direitos trabalhistas. Hoje  
2394 nós temos um movimento na justiça estadual de condenação do poder público,  
2395 pra que as pessoas contratadas temporariamente estão conseguindo ganhar  
2396 direito celetista. Na análise do reordenamento jurídico como um todo, embora a  
2397 13.019 fale que a gente não seria responsável pelas verbas rescisórias, o fato  
2398 de que o recurso para pagamento dos direitos trabalhistas é público, atrai pra  
2399 gente essa responsabilidade. **LÚCIA:** Então eu queria só dar uma sugestão, e  
2400 que eu acho que resolve. No decreto deve ficar explicitado como que deve ser

2401 apresentada a planilha de recursos humanos, e nessa planilha de recursos  
2402 humanos nós adotamos uma nomenclatura que é uma reserva de contingência,  
2403 foi nome que o controlador aceitou. E aquela reserva de contingência ela é  
2404 monitorada todos os meses na prestação de contas. Se ele usar o recurso da  
2405 reserva de contingência, ele tem que justificar que foi para uma rescisão. Uma  
2406 coisa assim, porque senão fica muito difícil estabelecer as parcerias entendeu?  
2407 Porque as entidades, às vezes, não tem capacidade administrativa, e se você  
2408 não orientar muito, do mesmo jeito que tem que ter o manual de compras, eu  
2409 acho que tem que ter um ou outro material de recursos humanos, porque os  
2410 municípios não vão querer, se vocês colocarem e deixarem essa brecha no  
2411 decreto vai ser uma dificuldade pra gente gestor da assistência convencer o  
2412 jurídico da prefeitura entendeu? Hoje eu afirmo, categoricamente, que é o  
2413 contrário, que não vai ter o menor perigo. Só pra finalizar a minha intervenção  
2414 aqui, te perguntar também. Vocês investiram na gestão dos custos indiretos?  
2415 Vou te explicar o por quê. Quando a gente fala água e luz pra alguém que está  
2416 fazendo um projeto de cultura, mas quando eu penso no POP RUA...  
2417 Entendeu? Eu tenho uma entidade que gasta de água por mês mais de R\$ 1  
2418 mil, por causa do número de banhos, a energia vai até 3 vezes desse valor, se  
2419 a residência é alugado você não tem redução da tarifa, você não tem tarifa  
2420 social, você não tem como contemplar a entidade. Isso daqui não é custo  
2421 indireto. Eu vi que lá na lei está nomeado como custo indireto, entendeu? Mas  
2422 nos nossos serviços e vários deles ele não pode ser considerado custo indireto  
2423 tá? **CARLA:** Lúcia como eu disse, a exemplo da 8666, que ela veio como um  
2424 divisor de águas, ela sofreu inúmeras intervenções, adaptações, definições de  
2425 entendimento de tribunais, pra que todos tivessem tranquilidade na aplicação  
2426 delas. Esse raciocínio se aplica a 13.019 também, por quê? Essa discussão do  
2427 limite de 15% foram colocados esses apontamentos que, dependendo da  
2428 entidade, do serviço prestado, eu não posso taxar para todos o mesmo  
2429 percentual não é? As iniciativas do legislativo, que é a única forma que nós  
2430 temos de minimizar todos esses impactos é através de um projeto de lei, que  
2431 efetivamente altere dispositivos da 13.019 que a gente entende que não  
2432 deveria existir. Esse dos 15% ele tem que ser objeto de flexibilização de acordo  
2433 com o objeto. Não tem como a gente trabalhar esse percentual ao objeto  
2434 específico. Quando a lei criou essa questão da necessidade se identificar  
2435 início, meio e fim, ela pensou prestação de serviço comum, ela não pensou na  
2436 prestação de serviço específica das políticas públicas. Então, já foi colocado,  
2437 inclusive foi levado também a título de consulta, qual que seria o entendimento  
2438 caso houvesse justificativa do poder público acerca de extrapolar esses 15%,  
2439 porque ele é taxativo, é 15% e pronto, dando respaldo ao gestor de que acerca  
2440 do objeto específico ele tem condições de aumentar de 15 a 30% os custos  
2441 indiretos. A nossa expectativa é que o aprimoramento dessa lei ele  
2442 efetivamente aconteça. Inúmeros transtorno a gente vai ter, por isso que eu  
2443 disse aqui no final da apresentação que a gente não consegue dimensionar  
2444 quais que vão ser os procedimentos que teremos na prestação de contas,  
2445 porque as novas parcerias virão no chamamento, terá o período de execução  
2446 e, posterior, a prestação de contas. Durante todo esse interregno, algum  
2447 aperfeiçoamento vai ter que ocorrer. Eu quero colocar pra você que não só o  
2448 PL do Barbosa, mas como o PL de alguns parlamentares da Bahia, eles  
2449 pontuaram algumas questões gritantes da lei e estão tentando trabalhar pra

2450 alterar de uma lei específica, uma lei que altere a 13.019. A sua colocação é  
2451 mais que pertinente, foi objeto de discussão no âmbito federal. Os técnicos da  
2452 previdência por não terem ações práticas disso, eles chegaram a esse número  
2453 de 15%, mas existem situações que às vezes prometem 15% dos custos  
2454 diretos de uma determinada prestação. **ALICIA:** Eu acho que temos que ter em  
2455 mente essa questão dos 15%, pra até se formos caminhar em uma criação de  
2456 legislação própria de procedimento de contratação na assistência social, a  
2457 gente ter uma previsão também nesse sentido, de que quando é um serviço  
2458 de acolhimento, por exemplo, a partir do momento que o atingido reside  
2459 naquele local, esse custo tem que ser mais alto. Então nós temos que pegar  
2460 essa lei e ver tudo aquilo que impacta negativamente na assistência social, e  
2461 trabalharmos em uma legislação específica pra assistências, porque mexer na  
2462 lei posta é muito difícil, e a lei não está posta só para a assistência, por isso  
2463 essa a ideia de trabalhar uma lei própria. **LÚCIA:** Eu tinha um entendimento  
2464 que esse custo indireto era quando você compartilha-se o espaço físico. Por  
2465 exemplo, eu tenho uma atividade, o MG já tem uma sede, e eu vou  
2466 desenvolver aquela atividade no mesmo espaço físico. Eu tinha entendido  
2467 anteriormente que esse custo de 15% era na proporcionalidade, eu não estava  
2468 entendendo. Você colocou agora que é 15% e ponto. Na verdade, tem outro  
2469 dispositivo na lei que diz que o poder público é responsável no custo total do  
2470 serviço, então como é que faz? A água é elemento fundamental no meu  
2471 serviço, como é que eu faço? Eu vou pagar 100%, se não eu não tenho o  
2472 serviço. **CARLA:** Deixa-me comentar. Essas reuniões que nós participamos na  
2473 Câmara Temática, os técnicos da presidência estiveram lá nas reuniões. As  
2474 perguntas eram tantas, os questionamentos eram tantos, que perderam até o  
2475 rumo de casa sabe? No sentido de que não tinham respostas. Eles trabalharam  
2476 a lei como uma generalidade absoluta, e as especificidades das políticas eles  
2477 nem conhecem. Para vocês terem ideia, eles não sabiam nem o que é um  
2478 serviço de acolhimento específico. “Mas como é que é isso”? As peculiaridades  
2479 da assistência estão no âmbito da nossa categoria, de nós que estamos  
2480 envolvidos. Essa é uma dificuldade de entendimento do plano de controle  
2481 também. Você pega um analista de controle do Tribunal, ele tem que estudar  
2482 as políticas da assistência para ele analisar aquela efetiva prestação do serviço  
2483 oriunda da assistência. Quando a lei fala que o poder público arca com todo e  
2484 qualquer amplitude dos custos, ele foi contraditório quando ele limita a questão  
2485 do percentual de 15% dos custos indiretos, e o entendimento conceitual da  
2486 presidência é que os custos indiretos estão relacionados a esses pagamentos.  
2487 Então essa dúvida, esse limo que existe entre o entender e a prática, é que  
2488 precisa ser aprimorado. Nós somos agentes desse fundamento. Se nós  
2489 trouxermos essa discussão e ficarmos apontando o tempo todo a necessidade  
2490 de aprimorar, logicamente nós vamos ter dificuldades inúmeras no repasse e  
2491 na execução desses serviços. **RONALDO GONÇALVES:** Parabéns pela  
2492 apresentação. Eu aguardo há muito tempo essa discussão nesse CEAS. Esse  
2493 nome até me chama a atenção. Eu nunca vi um Marco Regulatório tão  
2494 desregulado. Na verdade a gente vê que até hoje, pra mim, ele virou uma  
2495 colcha de retalho. Eu tenho algumas perguntas só pra contextualizar, e no final,  
2496 como que poderia fazer no meu município e nos municípios pelo qual eu  
2497 presido a União de Conselhos. Quanto da remuneração da equipe de trabalho,  
2498 ela foi dita, de 100%, e a remuneração de custo direto 15%. Na verdade a

2499 legislação foi tratada pelos legisladores e vocês já colocaram aí muito bem, ela  
2500 bem abrangente, porque é toda a contratação do executivo. Na verdade ela  
2501 esqueceu completamente a assistência social, ela está esquecida. Entendo  
2502 que o que está colocado aí vem a prejudicar e muito o usuário da assistência  
2503 social. Segunda coisa. Sobre o decreto do Estado que está com a minuta  
2504 pronta, ele deve aguardar o decreto federal? Quanto a obrigatoriedade do  
2505 chamamento público, eu ouvir você colocar que por analogia a lei 8666 de 93 e  
2506 suas atualizações, é a lei de licitações e contrato que prevê mudanças para o  
2507 poder público, e não para entidades privadas. Aí sim, ele trata das  
2508 legibilidades, sobre os artigos, dentro dessa lei só para contratação. A gente  
2509 ver que a própria lei 8666 ela já prejudicava o próprio poder público e empresas  
2510 estatais, que a Petrobrás conseguiu uma lei de aplicabilidade diferenciada da  
2511 lei 8666, contradizendo a própria lei, que atrapalhava a própria produção dela.  
2512 Na época que eu trabalhava na Vale do Rio Doce, nós não conseguimos dessa  
2513 forma. Sobre a aprovação do manual de compras da forma que as entidades  
2514 tem que adquirir produtos, aqui já começa a partir de um pressuposto além de  
2515 ser análogo também, eu entendo que a receita vai vir da 8666, até que ponto o  
2516 art.5º inc.18º das associações que são livres e não pode ter interferência do  
2517 Estado? Outro ponto. A Lei 13.019, ela traz e pressupõe início, meio e fim de  
2518 parcerias. Então na verdade, a gente trata de uma política, de uma lei maior já  
2519 federal, a Lei Orgânica da Assistência Social de nº 8.742, que traz de forma  
2520 planejada e continuada, já está inferindo essa lei, ela teria que revogar a Lei  
2521 Orgânica de Assistência Social, deveria ter esse artigo regulatório. Uma política  
2522 construída com tanta luta, e de repente a gente ver aqui o que só vem a  
2523 prejudicar o usuário da assistência social, todas as entidades que prestam  
2524 serviços socioassistenciais. O meu município que tem 600 mil habitantes, 90%  
2525 da assistência social é executada por entidades da sociedade civil, infelizmente  
2526 só 22 são conveniados. O princípio da não transferência do usuário prejudica  
2527 também no caso da territorialidade, o passivo trabalhista já foi contemplado ali,  
2528 voluntariado. A gente discute muito a qualidade do atendimento da entidade  
2529 que só tem voluntário, quando ele não se subordina ninguém na relação  
2530 trabalhista, vai quando ele quiser, onde fica o atendimento de forma continuada  
2531 deste prestador de serviço de uma entidade? E por fim, para a aplicabilidade  
2532 deve-se aguardar esses decretos? Porque eu estou vendo só discussão, até  
2533 hoje você traz isso pra gente, que ainda está em discussão, ela está pra entrar  
2534 em vigor. Existe um documento já proposto, acredito que se vá conhecer hoje o  
2535 que Estado está propondo através decreto sobre essa transferência de renda,  
2536 e deveria está discutindo isso pra fazer o mais rápido possível, porque a  
2537 assistência social, o SUAS, está totalmente fora dessa Lei 13.019. **CARLA:**  
2538 Ronaldo, as suas observações elas são mais do que válidas dentro de todos  
2539 esses contextos. Vamos fazer uma retrospectiva. Nós tivemos a curiosidade de  
2540 analisar os relatórios e as atas de discussões das CPIS, tanto de 2003, quanto  
2541 a de 2007/2010, que se buscou expor todas as situações que o Brasil estava  
2542 vivendo à época em relação às ONGS. O tempo todo nessas atas nós  
2543 conseguimos identificar que os parlamentares falavam de filantropia. Quando  
2544 a Miriam colocou a necessidade de nós separarmos quem realmente trabalha,  
2545 quem tem responsabilidade e quem não tem nesses relatórios das CPIS os  
2546 parlamentares o tempo inteiro excepcionalizavam as APAES, por quê? A única  
2547 coisa que o parlamentar conhece de assistência é a APAE não é? Então eles

2548 diziam o seguinte: “Nós temos que ter rigorismo, acompanhamento, controle de  
2549 repasse para as entidades, exceto as APAES, porque as APAES são sérias,  
2550 elas desenvolvem um trabalho de relevância social, onde o Estado não vai, são  
2551 as APAES que substituem o Estado”. Porém, quando a lei foi objeto de criação,  
2552 a nossa ex-ministra Gleice, ela foi relatora responsável pela elaboração da lei.  
2553 No relatório dela que vocês podem ter acesso no site [participabr](#), os senhores  
2554 vão ver que ela o tempo inteiro na sua justificativa pra expecionalizar, pra vetar,  
2555 pra tirar todas essas exigências voltadas para a prestação continuada foram  
2556 desconsideradas, quando da votação em plenário na Câmara Federal. As  
2557 entidades trabalham em mais de 30 anos pra separar o jóio do trigo. As  
2558 entidades não podem ser julgadas de forma generalista, pejorativa, porque tem  
2559 gente séria no meio. Quando elas perceberam que o relatório da ministra não  
2560 tinha sido considerado quando da proposta aprovação da lei, eles entenderam  
2561 o seguinte: “Já que são 30 anos de luta, vamos deixar aprovado do jeito que  
2562 está, e depois a gente aprimora”. A gente consegue entender o anseio deles de  
2563 terem a regulamentação, de uma identificação específica com as normas, mas  
2564 foi um tiro que não saiu tão certo, não é? Saiu fora do eixo, por quê? Imaginar  
2565 que vamos aprovar a lei e depois vamos aprimorá-la, o processo de alteração  
2566 de uma lei não é simples, mas os desejos das entidades eram tantos de fazer  
2567 acontecer a lei, que até eles mesmo hoje estão em uma situação tão ruim,  
2568 quanto a do poder público nos sentido de fazer as adaptações. Você colocou  
2569 inúmeras coisas, a questão do princípio constitucional, da participação, da  
2570 liberdade de atuação dos entes privados, e isso não foi respeitado. A partir do  
2571 momento que o fornecedor vende papel higiênico para uma entidade, ele pode  
2572 a qualquer tempo ter as suas contas, o seu balanço contábil analisado pelo  
2573 poder público, seja o gestor, ou seja, o órgão de controle, o fornecedor não vai  
2574 querer vender para a entidade, ele vai preferir vender para outro do que para  
2575 uma entidade que recebe recurso do poder público, porque em nenhuma outra  
2576 ocasião ele é fiscalizado dessa forma. Esses pontos de ingerência do Estado  
2577 na vida privada foi muito bem colocados em um seminário que ocorreu em  
2578 Goiânia no final de abril, em que foi feito uma junção de inúmeras pessoas  
2579 relacionadas a direito administrativo de grande renome no país, em que eles  
2580 abriram o seminário falando: “Está lei é passiva de ADIN – Ação Direta de  
2581 Inconstitucionalidade”, ou na sua totalidade ou em alguns pontos específicos. E  
2582 um dos mais apontados por eles é essa questão de até onde Estado pode ir. A  
2583 gente não pode trabalhar dois pesos e duas medidas. O Estado não tem  
2584 pernas para prestar um serviço de acolhimento, então ele utiliza da parceria e  
2585 participação das entidades para fazê-lo. Como que ele utiliza da entidade  
2586 nesse momento, e em outro momento ele cobra dessa entidade, a ponto de  
2587 inviabilizar essa prestação de serviço? Então está sendo uma mão de via  
2588 dupla: ele exige, mas ao mesmo tempo não dá condições da prestação desse  
2589 serviço, porque o poder público é responsável pela elaboração da lei, o  
2590 executivo é responsável juntamente com as entidades. Esse ponto vai ser sem  
2591 dúvida, quando entrar em vigor, ou por conselho específicos, ou pela própria  
2592 OAB, vai ser objeto de questionamento sim, porque está violando princípio  
2593 constitucional. Os seus outros apontamentos que foram levantados em questão  
2594 do pleiteado, o pagamento de efetivos, de equipe, realmente vocês não tem  
2595 noção. Nós estamos trabalhando no MDS desde o final de março. Reuniões  
2596 intensas que você fica o dia inteiro discutindo com gente da AGU, da

2597 Controladoria Geral, da Presidência, dos Ministérios. O tempo inteiro eles  
2598 colocam a fragilidade da lei quanto às questões constitucionais, e isso, com  
2599 certeza vai ser objeto de aprimoramento ou de revogação. A gente não sabe  
2600 como, e nem quando, mas que pode ser, com certeza, será. **RONALDO**  
2601 **GONÇALVES:** Eu continuo com a pergunta sobre a aplicabilidade. Eu continuo  
2602 entendendo que não tem nada definido. Você colocou muito bem as AFAM das  
2603 entidades. Eu acho que foi mais dos legisladores, e, obviamente, colocar e  
2604 sancionar o objeto tem que estar pronto e eficaz para a aplicabilidade. E logo  
2605 após, um instrumento regulador dessa lei. É o que não se tem, e vai continuar  
2606 dessa forma. Me chamou atenção outra coisa: a inegibilidade que você coloca  
2607 no segundo ponto. Eu creio que não acontece a inegibilidade, me parece que já  
2608 aconteceu o chamamento, e aí se torna inelegível o segundo chamamento,  
2609 quando você leva para o segundo colocado, já houve o primeiro. Então  
2610 inegibilidade aí, ela não acontece na sua origem, não é isso? Tem outro ponto,  
2611 mas nesse caso ela já aconteceu, passando para o segundo colocado. Eu  
2612 continuo da mesma forma. Eu não participei de discussão da Bahia, não  
2613 participei em Goiânia, não fui a lugar algum, e nessa breve apresentação sua,  
2614 porque foi o último, eu deixei de ler com tantas emendas nessa coxa de  
2615 retalho, e só nessa apresentação é que me dei conta desses pontos. E assim,  
2616 vai aplicar da forma que está? Como? Eu trago também para esse colegiado,  
2617 como é que a condição de aplicar uma lei... Eu não estou vendo pra onde ir, eu  
2618 estou desorientado com isso. **CARLA:** A desorientação é geral. A gente não  
2619 sabe se o decreto vai ser aprovado contaminante, ou não há vigência dela até  
2620 o dia 27. As afirmativas da Presidência que vai acontecer contaminante, a lei  
2621 entra em vigor dia 27, dia 25, ou 26, o decreto já é promulgado. Mas o fato é  
2622 que, ao longo da lei, existem dispositivos alto aplicáveis outros precisam de  
2623 regulamentação. Aqueles que são alto aplicáveis os órgãos de controle vão  
2624 exigir, como por exemplo, se eu tenho um convênio que ira vencer em  
2625 setembro, a lei já entrou em vigor no dia 27 de julho, certo? Pra eu renovar  
2626 esse convênio, ele não mais será chamado de convênio, ele deverá acontecer  
2627 nos moldes da 13.019, e para tanto eu preciso fazer o chamamento público. Eu  
2628 não posso renovar automaticamente com aquela mesma entidade,  
2629 independentemente se o decreto está vigorando em âmbito federal ou  
2630 estadual. A necessidade ou exigência do chamamento público é alto aplicável  
2631 sobre esse ponto de vista. Uma das nossas discussões aqui no Estado foi  
2632 justamente essa, “Ah! Por que nós temos que soltar a lei do Estado antes do  
2633 dia 27”. Mas eu falei: “Como”? Se nós trabalhamos a elaboração do decreto  
2634 estadual com base em uma legislação de São Paulo, que eles já têm  
2635 adiantada, e na minuta do decreto federal. Qualquer alteração na minuta do  
2636 decreto federal compromete o nosso decreto, e pra que esse decreto aconteça,  
2637 tem todo um trâmite, não se faz da noite para o dia. Não existe medida  
2638 provisória no Estado, a ponto do Governador fazer valer, tem que se passar por  
2639 todos os procedimentos. Então, para que não haja uma precariedade, um  
2640 comprometimento na nossa lei estadual, é salutar que se espere o decreto  
2641 federal, mas em alguns pontos a aplicabilidade da lei 13.019 deverá acontecer  
2642 sob pena do gestor que não fizer, responder seja daqui a quanto tempo fôr, o  
2643 órgão de controle pode cobrar. Se você sabia da existência da lei, eu não  
2644 posso alegar a minha própria torpeza ao falar que não conhecia a 13.019, “mas  
2645 eu não sabia que entraria em vigor dia 27. Para mim, eu poderia em Setembro

2646 fazer aprovação do convênio”. O controle vai virar e falar “Não. Ela já existia, já  
2647 estava vigorando e você não a respeitou, e para tanto ele vai ser efetivamente  
2648 penalizado”. **MARIA:** Nós estamos com mais 3 inscritos, agora 4 comigo,  
2649 porque eu vou ficar por último. Eu gostaria que você ouvisse todos e depois  
2650 você respondesse, já indo para os encaminhamentos, porque nós temos mais  
2651 dois pontos de pauta, que é o restante da comissão que ficou, mais os informes  
2652 da conferência que a Simone não falou nada. É mais pra gente não se perder,  
2653 porque nós temos até às 18, compreendendo que metade sai antes. Vamos lá?  
2654 **VOLNEY:** A minha pergunta é a seguinte. A comissão de monitoramento, ela  
2655 caberá ao Estado ou ao município? Outra coisa. No chamamento, a  
2656 contratação dessa entidade, essa entidade tem que respeitar piso salarial das  
2657 categorias que tem piso? **JÚLIO:** Primeiro gostaria de destacar como que os  
2658 nossos legisladores e técnicos estão distantes da realidade da política pública,  
2659 quando cria uma lei que não vai atender, e não atende saúde, educação e  
2660 assistência, significa que eles estão distantes da maioria das políticas públicas,  
2661 em especial aquela desenvolvida pela sociedade civil. Outra questão é sobre a  
2662 plataforma eletrônica. O que quer dizer isso? Seria um site? O quê que trata? E  
2663 segundo, é a questão do funcionalismo público. Eu não sei se ouvi direito, mas  
2664 nós como conselheiros somos agentes públicos. Isso impediria de realizar  
2665 algum tipo de convênio? Perguntas mesmo seriam essas duas. Outra coisa. Eu  
2666 sou do interior. A gente tem o nosso Fórum de Entidades lá, e de fato existe um  
2667 clamor muito grande pra pelo menos entender um pouquinho da lei, porque lá  
2668 ainda não chegou. De fato essa é a realidade. Então, a lei está quase entrando  
2669 em vigor, e a maioria das entidades, principalmente as entidades menores, não  
2670 tem nenhum conhecimento. E não é só entidades, alguns gestores, também,  
2671 tem total desconhecimento da lei. Seria isso. **RODRIGO:** Então Dra. Carla. Ano  
2672 passado eu estive lá em São Paulo no encontro das Federações. Estivemos  
2673 conversando com o Dep. João Dáda, que até fez referência da Simone, que foi  
2674 relatoria da Faliseu em Brasília. Eu tenho uma pergunta e um comentário. A  
2675 pergunta é como que vocês estão pensando em relação ao jurídico, porque  
2676 vocês vão ser judicializados, não é? Como acontece na saúde, na central de  
2677 vagas de advogados que dá cirurgia, remédio. É uma preocupação que a gente  
2678 tem. O comentário é que já alguns efeitos negativos existem. Nós das  
2679 entidades já estamos sentindo aí nos “bastidores”. Tem o meu colega Ítalo que  
2680 está chegando hoje aqui, o prefeito da cidade dele, a qual eu moro, está  
2681 querendo uma entidade pra trabalhar em cima desse vácuo das ausências de  
2682 nós entidades. Como aconteceu com a AMAS, que colocou nós trabalhadores  
2683 privados como trabalhadores públicos, há muito tempo isso, e só agora  
2684 estamos tentando desconstruir isso em Belo Horizonte, não é Ítalo? E também  
2685 uma história de franquias que virão por aí. Nos “bastidores” tem entidades que  
2686 já estão preparando as suas franquias. Então era esse o comentário. Obrigado.  
2687 **MARIA:** Carla é o seguinte. Vocês colocaram o que podemos estar pensando  
2688 diante das diversas situações que a lei apresenta que pode, inclusive, criar, de  
2689 certa forma, um restrito acesso dos nossos usuários da política. Nós  
2690 poderíamos, de repente, pensar em uma legislação, uma resolução, algo de  
2691 pudesse contemplar direto à assistência social, até porque a lei, o decreto vão  
2692 prevêr em um âmbito geral. Eu queria que você nos sugerisse como podemos  
2693 estar trabalhando, para que possamos fazer de fato um mecanismo que  
2694 funcione e proteja a assistência social, para que garanta de fato o acesso e o

2695 funcionamento legal das instituições. **CARLA:** Nós tentamos anotar aqui as  
2696 intervenções, pra tentar qualificar um pouco mais para vocês. O Volney falou  
2697 da questão da comissão, não é? A comissão de monitoramento ela tem que ser  
2698 feita pelo responsável pelo repasse público, se for o Estado, o Estado, se for o  
2699 município, o município. Os municípios além de terem, a exemplo do Estado,  
2700 comissão de monitoramento/avaliação, eles também terão comissão de  
2701 seleção para o chamamento público, e também as plataformas eletrônicas. Eu  
2702 vou pegar um gancho pra responder o Júlio. A plataforma eletrônica é, seja  
2703 através de site da prefeitura, outros meios de internet, ou site específico, que  
2704 ela terá a obrigação de comunicar os atos praticados a respeito daquela  
2705 parceria. Não vai mais ser possível fazê-lo com afixação, pode até fazer, mas é  
2706 um custo muito grande você publicar isso no Diário Oficial do município, ou do  
2707 Estado, mas ele tem que ter uma disponibilidade sob o ponto de vista de  
2708 internet, para que todo e qualquer cidadão tenha acesso e acompanhe. É o  
2709 mesmo raciocínio que foi dado para o site de transparência pública, em que o  
2710 poder público tem que disponibilizar salário, os custos orçamentários, os  
2711 processos licitatórios, etc. Então, tanto o município, quanto o Estado, tem que  
2712 ter essa plataforma eletrônica, que é a publicidade através de internet. O art.  
2713 11º fala: “A organização da sociedade civil deverá divulgar em seu site na  
2714 internet, caso mantenha local, suas redes sociais, que estabeleçam ações e  
2715 todas as parcerias celebradas pelo poder público”. Essa publicidade deverá ter  
2716 especificamente tudo o que tem no extrato de publicação, que é data,  
2717 assinatura, nome da organização, nome do objeto, valor, situação da prestação  
2718 de conta se está regular ou não, concluída ou não, situação de prazo e de  
2719 resultado conclusivo. Aí que nós pegamos muito a ideia do legislador entender  
2720 que o serviço tem começo, meio e fim. Quando ele exige que o poder público  
2721 informe o resultado conclusivo, e o poder público não tem como colocar o  
2722 resultado em uma prestação continuada, não vai ser concluído. Está muito  
2723 clara essa ideia de que não se respeitou as políticas públicas mesmo, sob o  
2724 ponto de vista de não conhecer. Vocês podem imaginar como que o município  
2725 que não tem contato direto com o Tribunal de Contas, não existe Tribunal de  
2726 Contas municipal no Estado de Minas, diferentemente de São Paulo, como que  
2727 o prefeito vai conversar com um auditor do Tribunal de Contas do Estado e  
2728 mostrar para ele que aquela política, que está sendo desenvolvida, é uma  
2729 política específica. Ele não tem acesso. Nós, Estado, também temos  
2730 dificuldade de ter esse acesso com os representantes do Tribunal. Temos que  
2731 entender também, que cada Tribunal do Estado ele tem a sua autonomia. O  
2732 Tribunal de Contas da União tem um posicionamento, não necessariamente o  
2733 Tribunal de Contas de Santa Catarina é obrigado a seguir. Existem autonomies  
2734 do entendimento. Aquilo que é flexibilizado no Estado do Rio de Janeiro, pode  
2735 não ser aqui no Estado de Minas. Então são essas as dificuldades efetivas. Se  
2736 vocês quiserem nós podemos disponibilizar esse material. **VOZES AO FUNDO**  
2737 Sim. É aquela proibição de que a organização não poderá ter participação no  
2738 quadro de dirigentes de nenhum servidor público, enquanto dirigente. A lei é  
2739 omissa enquanto dessa questão. Art. 39 inc. III: “Ficará impedida de celebrar  
2740 qualquer modalidade de parceria prevista na lei de organizações de sociedade  
2741 civil, que tenha como dirigente agente público, do poder ou do MP, dirigente de  
2742 órgão ou entidade de administração pública de qualquer esfera governamental,  
2743 ou respectivo cônjuge, companheiro ou bem, como parente em linha reta,



2744 colateral ou por afinidade até o 2º grau”. Então não restringe a pessoa do  
2745 servidor, e sim parentesco também, companheiro (a), e afinidade até o 2º grau.  
2746 A questão da franquias que foi colocada aqui. Eu não pontuei isso porque é  
2747 muita coisa, mas a lei traz a criação e permissão de redes, trabalhar em redes.  
2748 As grandes entidades poderão aglutinar pequenas entidades e fazer esse  
2749 trabalho, que seria o “franqueamento”, consórcios ou outros, entendem?  
2750 Aquela entidade que não tem estrutura e condições de participar, de ser apta,  
2751 de ser competitiva, ela vai ser absolvida pelas grandes sim. Nós temos uma no  
2752 sul do país que ela tem representação em 200 lugares diferentes no Brasil, e aí  
2753 que vem a qualidade do serviço. A eficiência do serviço vai ser a mesma? Tem  
2754 mais alguma coisa que porventura eu não tenha esclarecido? Então os  
2755 encaminhamentos. Maria, a partir do momento que nós envolvemos o corpo  
2756 jurídico da SEDESE, ele é absoluto, nós mergulhamos nesse Marco  
2757 Regulatório da Sociedade Civil. Desde o início, a única visão que nós tivemos  
2758 pra que não tenhamos transtorno, é a elaboração de uma lei específica sim,  
2759 mas essa lei específica tem que acontecer no âmbito federal, porque a  
2760 assistência social não basta o Estado de Minas trabalhar a lei específica, ela  
2761 tem que ser trabalhada no âmbito federal. A exemplo da 13.019 que são  
2762 patamares e limites que o Estado tem pra direcionar todo e qualquer trabalho  
2763 relacionado as parcerias do Estado e dos municípios, o entendimento para lei  
2764 específica da assistência social também tem que ser no âmbito federal. Eu  
2765 coloquei, está registrado lá na Câmara Temática, que ainda que a lei entrar em  
2766 vigor no dia 27, por maiores que sejam os nossos problemas, nós não  
2767 podemos afastar a agenda técnica. Qual que é a agenda técnica que nós  
2768 vamos propor? Nós vamos minutar, e gostaria muito de contar com vocês e  
2769 com todos os órgãos de representação, todos os conselhos, já existe esse  
2770 movimento do FONSEAS e do COGEMAS, pra que a gente possa minutar  
2771 exatamente essa lei específica para a assistência social. Deve ser levada,  
2772 apresentada, discutida. A gente sabe que vai ser uma luta, vai ser um trabalho  
2773 árduo, mas é o único caminho que nós temos, até mesmo por uma questão de  
2774 preocupação, não conosco gestores, mas com que realmente é o alvo de toda  
2775 a política pública no país, que é o usuário, seja a criança, seja o idoso, seja  
2776 quem quer que seja não é? Nós temos que nos preocupar é com isso. A minha  
2777 sugestão é que possamos ter condições de reunir forças e fazer uma proposta,  
2778 uma minuta de lei específica para a assistência social, considerando que a  
2779 assistência social está aniversariando. Eu acho que como um produto de todos  
2780 esses anos, porque não a gente trabalhar essa lei? Sob o ponto de vista de  
2781 procedimento e de atualização, a respeito do repasse dos recursos públicos.  
2782 Maria é isso que eu gostaria de colocar para vocês, e reforço a disponibilidade  
2783 que o jurídico da SEDESE tem de acompanhar, contribuir, com a  
2784 disponibilidade de facilitar o entendimento naquilo que for possível. Está ok?  
2785 **MARIA:** Ok. **MIRIAM:** Eu queria só fazer uma sugestão, não sei se é cabível  
2786 Carla. O governo federal, ele está chamando na próxima semana, ou na outra,  
2787 o Fórum Nacional PPA dos conselhos. A gente poderia estar pautando nesse  
2788 Fórum Nacional, porque ele não abrange só a assistência, abrange todas as  
2789 políticas públicas. De repente a gente construir essa minuta em conjunto, que  
2790 assegure todas as políticas públicas setoriais. **CARLA:** Sem dúvida Miriam. O  
2791 PL do Eduardo Barbosa, ele exclui a exigência do chamamento público para as  
2792 políticas da assistência, saúde e educação, mas a aplicação da lei não. Essa a

2793 sua ideia é mais que louvável, se tivermos pernas e condições de minutar  
2794 alguma coisa até lá, ou isso ser pautado como objeto de discussão futuro com  
2795 criação de um grupo específico, seja ele técnicos dos órgãos de representação,  
2796 vocês podem contar conosco. **RONALDO CAMARGOS:** É rápido. Quero dizer  
2797 que a SEDESE Carla, junto com o Tribunal de Contas do Estado e a  
2798 Assembleia Legislativa, estamos com as intenções de fazer aqueles Fóruns  
2799 Regionais em todo o Estado, inclusive respondendo alguns conselheiros que  
2800 perguntou como é que vão chegar essas informações. Tem essa possibilidade  
2801 de fazer Fóruns Regionais, o presidente da Assembleia já está ciente disso,  
2802 inclusive já estamos discutindo. Só não avançamos mais, porque estamos  
2803 aguardando a regulamentação do decreto fazer essa discussão regional. E aí  
2804 Maria, eu acho que o conselho estadual vai ter um papel fundamental pra  
2805 ajudar a articular os conselhos municipais daquela região, para participar  
2806 dessas capacitações que serão dadas pela SEDESE e o Tribunal de Contas do  
2807 Estado, e a Assembleia Legislativa. Isso já está colocado. Foi uma proposição  
2808 que o André fez assim que ele tomou posse, como Dep. Estadual, assumindo a  
2809 SEDESE. Isso já está em andamento na Assembleia, mas foi paralisado esse  
2810 trabalho em função da regulamentação que está aguardando, tanto por parte  
2811 do governo federal, mas também com relação ao decreto estadual. Não tem  
2812 como a gente ir para as regiões, fazer as discussões de um monte de  
2813 questões, que estão pra serem resolvidas, esclarecidas. É nesse sentido que  
2814 eu queria dizer, e dar esse informe na plenária do CEAS. Aí vocês já ficam  
2815 sabendo, que, com certeza, vão acontecer esses Fóruns Regionais em todas  
2816 as regiões do Estado de Minas Gerais. **MARIA:** Muito bem. Agradecemos  
2817 vocês pela participação aqui. Quero aproveitar a oportunidade e dizer que o  
2818 conselho está à disposição. A ideia era justamente de discutir, ter  
2819 conhecimento. É a situação que está colocada, acredito que vamos ter que  
2820 fazer um esforço duplo, ou triplo, pra que a gente possa, inclusive, estar  
2821 garantindo que mesmo diante da situação da lei entrando em vigor, a gente  
2822 não perca o resultado políticos, que esperamos das ações na ponta. Eu acho  
2823 que esse é o grande desafio, uma vez que avaliando aqui algumas coisas  
2824 colocadas na lei. Na verdade, se aplica em algumas situações, não é? Em  
2825 alguns programas já se aplicam isso. Esta burocracia de exigência que por um  
2826 lado é constrangedor, considerando as estruturas que temos hoje, e que ainda  
2827 são precárias, mas também, de certa forma, reforça a organização, de fato  
2828 mais qualificada e dos processos. Eu acho que isso é preciso considerar aqui.  
2829 Mais uma vez agradecemos a cada uma de vocês e volte sempre quando  
2830 quiser e precisar. **APLAUSOS CARLA:** Complementando o que o Ronaldo  
2831 está falando. Essa parceria firmada entre SEDESE, Assembleia Legislativa e o  
2832 Tribunal de Contas, ela vai impulsionar de uma maneira bastante qualitativa  
2833 toda essa qualificação que a SEDESE pretende fazer. E reforço mais uma vez  
2834 a nossa disponibilidade de atendê-los de forma individualizada ou não.  
2835 Estamos abertos aos convites, que vocês assim entenderem e serem  
2836 pertinentes. Obrigada mais uma vez. **MARIA:** Obrigada Carla. **APLAUSOS**  
2837 Passando para o próximo ponto de pauta, eu queria só voltar nos informes da  
2838 manhã, porque deixamos a questão da conferência sem fazer, porque a  
2839 Simone não estava no momento. Eu gostaria de passar pra ela, inclusive pra  
2840 aproveitar a oportunidade pra falar sobre a conferência, das etapas regionais.  
2841 Enfim, fazer um panorama do que está acontecendo hoje. E em seguida, a

2842 gente passa para as comissões, ok? **SIMONE:** Como é de conhecimento dos  
2843 conselheiros, nós estamos em plena realização das conferências municipais de  
2844 assistência social. Nós estamos neste momento com a participação tanto da  
2845 SEDESE, quanto do Conselho Estadual e seus colaboradores, porque as  
2846 conferências municipais elas são muitas, e nós estamos trabalhando para que  
2847 todos os conselhos e secretarias municipais realizem as suas conferências, e  
2848 estamos trabalhando também pra que possamos estar presentes no máximo  
2849 de conferências municipais possível. É claro que todo mundo sabe que nem se  
2850 nós nos desdobrásssemos todos, a gente conseguiria atender a toda a demanda  
2851 dos municípios. A gente tem feito o possível para que isso possa acontecer.  
2852 Particularmente, nós da SEDESE, já também ampliamos nossa participação  
2853 com as diretorias regionais, que também têm-se feito presente nas  
2854 conferências municipais. Outra coisa importante, e já observada por nós, é que  
2855 o método proposto pelo Conselho Estadual da retirada de delegados regionais  
2856 tem surtido dois efeitos. Aqueles que estão mobilizando muito, tem tido  
2857 surpresa, porque está tendo que mudar o regimento na hora da conferência,  
2858 porque ficam achando que vão poder tirar 12 delegados, e quando chega lá,  
2859 descobre que tem mais de 200 participações, então tem direito a mais dois  
2860 delegados. Também temos visto que tem municípios, que ainda a mobilização  
2861 ainda é muito pequena. Têm as duas realidades, que se evidenciam no método  
2862 que nós aplicamos. Então, do ponto de vista das conferências municipais nós  
2863 temos tido um retorno muito bom até agora. É claro que, agora, nós vamos  
2864 chegar em uma reta até o dia 10 de agosto de muitas conferências municipais,  
2865 todas muito concentradas. Eu arrisco dizer que 70% das conferências ainda  
2866 iram acontecer, pelo volume com que estão chegando os convites pra nós. E  
2867 aí, é claro, que os convites que chegaram pra nós primeiro, eles terão mais  
2868 condição de serem absorvidos. Isso aí é sem dúvida. Então mais uma vez aqui,  
2869 em nome da comissão organizadora, no meu e da presidente, eu peço aos  
2870 conselheiros que puderem participar, por favor, colaborar nas conferências  
2871 municipais, para que possamos atender de fato a demanda. Ao mesmo tempo,  
2872 nós também estamos organizando as conferências regionais. Para os  
2873 conselheiros que tomaram posse hoje, nós vamos fazer 15 conferências  
2874 regionais deliberativas, e isso tem nos desafiado enormemente, seja pelo  
2875 tamanho de que essas conferências regionais terão, tem conferências  
2876 regionais que tem 400, 500, 700 pessoas. Então são grandes conferências  
2877 regionais. A comissão organizadora tem centralizado a sua atividade na  
2878 organização das conferências regionais e estadual. Isso é uma proposta nossa  
2879 já relatada nos informes da presidência ampliada, que a nossa proposta é de  
2880 suspender as pautas das comissões, para que a gente possa se identificar a  
2881 conferência regional e a estadual. Na comissão organizadora o que nós  
2882 estamos trabalhando é um texto sobre regionalização, participação dos  
2883 usuários e dos trabalhadores, que é tema das conferências regionais  
2884 deliberativas. O texto da regionalização foi escrito, e eu digo, sendo bastante  
2885 honesta, 95,99% pela nossa queridíssima prof<sup>a</sup>. Eleonora, ela colabora com a  
2886 gente na comissão organizadora. E teve uma colaboração minha e da  
2887 secretária adjunta Rosilene. Fizemos o quê? Tentamos colocar no texto da  
2888 regionalização o debate, que nós estamos fazendo com os gestores municipais  
2889 e com o MP. Esse texto, ele foi encaminhado para todos os conselheiros, o  
2890 texto preliminar da regionalização, não é Consolação? Ele é um texto que está

2891 em discussão, então, por favor, colaborem. Ele está faltando três coisas, que  
2892 precisam fazer. Primeiro, depois de pactuar o Plano Estadual de  
2893 Regionalização, nós vamos ter que ver se tudo o que foi discutido e pactuado  
2894 aqui, está contido no texto. Segundo, tem que ter um debate. Nós estamos com  
2895 pouco acúmulo, e depois vamos ter que ver como que a gente faz, se pede  
2896 colaboração. Enfim, que é o debate sobre regiões metropolitanas, que agora  
2897 nós temos duas em Minas Gerais. Temos a região metropolitana do Vale do  
2898 Aço e temos a região Metropolitana de Belo Horizonte. As duas regiões  
2899 metropolitanas deram conferências regionais, e com certeza o debate dessas  
2900 regiões vai ser diferente das conferências regionais, pelas as especificidades  
2901 que trará. Nenhum dos territórios das regiões metropolitanas de Minas Gerais  
2902 tem diretoria da SEDESE, como região metropolitana. Então, isso nós  
2903 precisamos melhorar nesse texto do debate sobre as regiões metropolitanas. E  
2904 também, nós pedimos ao CAO do MP que ele também colocasse nesse texto a  
2905 importância do CAO do MP de Minas Gerais, pela luta, pela concretização do  
2906 direito à convivência familiar e comunitária. A Dra. Paola e o CAO ficaram de  
2907 complementar esse texto, também com a participação do CAO aqui em Minas  
2908 Gerais, na luta pela garantia de direito à convivência familiar e comunitária.  
2909 Com relação ao texto da participação dos usuários e dos trabalhadores, “os  
2910 dos trabalhadores” está sendo elaborada uma proposta pela Débora Ackerman,  
2911 que é do Conselho Regional de Psicologia, e pela prof<sup>a</sup>. Márcia Mansur, que é  
2912 da PUC Minas, da Escola de Psicologia. Elas estão fazendo uma proposta, e  
2913 eu sei que vão se agregar essas propostas também. Esse texto está discutindo  
2914 um pouco a organização dos trabalhadores, trazendo o debate da importância  
2915 de criar uma identidade dos trabalhadores da rede privada e da rede pública, e  
2916 pra que a gente possa ter clareza de quem está em cargo de confiança não  
2917 representa os trabalhadores. Enfim, que a gente dê um pouco mais de clareza  
2918 a esse debate e que também crie um consenso aqui no Estado suficiente,  
2919 vamos dizer assim, pra que os trabalhadores possam se organizar em Fóruns.  
2920 Já fomos informados pelo próprio Volney aqui, e também pela Débora na  
2921 comissão organizadora da conferência, que os trabalhadores estão se  
2922 organizando em um Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS à luz de  
2923 vários Fóruns Municipais. Me parece que a proposta, pelo o que eu entendi, e o  
2924 debate que a comissão organizadora da conferência vem fazendo, é que há  
2925 uma tendência de que o Fórum Estadual ele fomente a organização dos Fóruns  
2926 Regionais e Municipais do Trabalhadores do SUAS. Esse é um debate muito  
2927 importante, ele vai para a conferência. Vai trazer os trabalhadores para o  
2928 debate nessa conferência de forma bem revigorada, porque não vamos discutir  
2929 os trabalhadores pela gestão. O rumo da nossa comissão organizadora é  
2930 discutir os trabalhadores pela organização, pelo protagonismo da luta política.  
2931 **PARTE 7 CONSOLAÇÃO:** Nós temos recebido também alguns  
2932 questionamentos nesse sentido, por isso que a gente estava conversando,  
2933 alterar a lei pra isso tá? Na época, de 4 em 4 anos. Nós temos orientado que  
2934 uma vez eu houve a convocação nacional, pressupõe dentro do Sistema Único,  
2935 que todo mundo participe, aí fala da prioridade, do que é que está discutindo.  
2936 Nós temos orientado. A gente fala que o município está alegando isso, mas a  
2937 lei é municipal, não nos obriga, eles falam isso pra gente “que os entes  
2938 federados não nos obriga, houve uma alteração”, e aí nós vamos conversando  
2939 e explicando da importância e dar essa convocação nacional, que,

2940 extraordinariamente, é necessário em relação ao próprio sistema. **MARIA:**  
2941 Quem está mais inscrito? **SIMONE:** Eu me comprometo. Queria que todo  
2942 mundo que não vai realizar conferência nos avisasse, para que eu e a  
2943 presidente pudéssemos cumprir o nosso papel de ligar para o secretário,  
2944 presidente do conselho, enfim. Que a gente fizesse o chamamento da  
2945 responsabilidade pra convocação. Com relação aos trabalhadores, eu sugiro  
2946 que a gente divulgue ainda mais os informes do CNAS. É preciso que o  
2947 CRESS, que o CRP, que o Sindicato dos Psicólogos, o SINTIBREF, mande pra  
2948 sua mala, tem que orientar os trabalhadores, encaminhando a orientação do  
2949 CNAS, que ficou muito boa, senão não vai surgir efeito que queremos na  
2950 conferência. Se continuar fazendo a concordância, por exemplo, trabalhadores  
2951 estatais e trabalhadores privados, dificilmente a gente vai conseguir fazer com  
2952 que a gente organize, ou impulse, a organização dos Fóruns dos  
2953 Trabalhadores. Com relação na nossa cidade, especificamente, pode deixar,  
2954 que nós vamos cuidar desse assunto. **MARIA:** Nós temos o Ítalo, depois a  
2955 Lúcia, a Consolação, e aí a gente passa para o próximo ponto de pauta, pode  
2956 ser? Ítalo por favor. **ÍTALO:** Eu queria fazer um comentário sobre o processo  
2957 de construção da Conferência Municipal de Belo Horizonte, em relação a essa  
2958 questão do fortalecimento dos Fóruns, no caso especificamente, dos Fóruns  
2959 dos Trabalhadores. O Conselho Municipal conseguiu estabelecer uma parceria  
2960 muito forte com os trabalhadores, na medida que o Fórum dos Trabalhadores  
2961 ele foi instado a selecionar, ou convidar, trabalhadores a fazer as mediações  
2962 dos grupos de trabalhos nas 9 pré-conferências municipais. O Fórum dos  
2963 Trabalhadores fez a seleção desses trabalhadores nas regionais a partir do  
2964 critério da implicação com a política, da própria participação desses  
2965 trabalhadores no Fórum, e promoveu uma capacitação com os trabalhadores  
2966 estarem mediando os GTS nos conferências municipais. Então, isso é uma  
2967 parceria de reconhecimento extremo em relação ao papel do Fórum dentro da  
2968 política do município, e reconhecimento do CMAS de Belo Horizonte em  
2969 relação à importância desse espaço e a importância do envolvimento dos  
2970 trabalhadores, que lidam diretamente com os usuários nas pré-conferências no  
2971 caso. Então, esses trabalhadores que estão acostumados a atender os  
2972 usuários, que vão fazer a mediação dos grupos na discussão dos temas. Então  
2973 é só pra sinalizar de que, alguma forma, o Fórum Municipal dos Trabalhadores  
2974 de Belo Horizonte, e de maneira geral, a gente sonha que exista Fórum de  
2975 Trabalhadores em todos os municípios. Eles ter como intervir e atuar  
2976 diretamente nas conferências de maneira ativa, como está acontecendo em  
2977 Belo Horizonte. Queremos, inclusive, reconhecer uma parceria nesse aspecto  
2978 do município, que ele está “cedendo” os trabalhadores, hora técnica, pra estar  
2979 fazendo a capacitação com a gente. É uma obrigação, não é? Mas a gente  
2980 sabe que, na prática, ainda tem que ser uma luta veemente. Depende muito da  
2981 gente de como está nesse momento, e nesse momento deu pra fazer. É isso.  
2982 **LÚCIA:** Só pedir pra que nessa comunicação, que for fazer a respeito dos  
2983 trabalhadores governamentais, especificar que eles são trabalhadores. Agora,  
2984 muitos trabalhadores que ocupam cargos de confiança, eles virão para a  
2985 conferência, como delegados de governo. O óbvio tem que ser bem explicado,  
2986 porque senão vai ter gente que vai questionar que “fulana é representante de  
2987 governo e ela é trabalhadora”. É trabalhadora porque está investida de um  
2988 cargo de confiança na vaga de governo, mas tem que explicar bem direito,

2989 entendeu? Elas ficam bravas da gente dizer que não são trabalhadoras, aliás,  
2990 são trabalhadoras, mas neste momento está investida em um lugar de governo.  
2991 Não tem jeito, não tem “meu pé me dói”. **CONSOLAÇÃO:** É nesse sentido da  
2992 Lúcia. Em vez da gente repassar, eu pensei do conselho estar escrevendo uma  
2993 nota mesmo, porque foi um equívoco do próprio conselho em momentos  
2994 anteriores em relação a isso. Eu acho que talvez seja a hora de fazer uma  
2995 retratação, que o conselho entende isso. Pra gente fazer isso, o entendimento  
2996 do Conselho Estadual. **MARIA:** Podemos passar pra frente gente? Como aqui  
2997 só era questão mesmo de informe, eu gostaria de passar para o próximo ponto  
2998 de pauta. Eu quero pedir a comissão de normas que se apresente primeiro por  
2999 conta da questão de Jequitaiá, que é importante todo mundo acompanharem.  
3000 **RODRIGO:** O primeiro ponto é uma questão nossa de entendimento da  
3001 comissão. Nós vamos passar a palavra para a representante do grupo de  
3002 trabalho instituído aqui pelo CEAS, a nossa colega Denise, pra ela relatar o  
3003 ponto 1, que foi o atendimento ao MAB e a comissão dos atingidos pelo projeto  
3004 de Jequitaiá. **DENISE:** Vou tentar fazer um relato breve e objetivo. Essa questão  
3005 de Jequitaiá foi aprovada aqui no CEAS por meio da Resolução nº 437 em 2013.  
3006 De lá pra cá, no processo de acompanhamento através de documentos que a  
3007 empresa foi enviando de cumprimento do PAS junto à comunidade afetada, a  
3008 empresa veio apresentando documentação que comprovava que tudo aquilo  
3009 que foi previsto no PAS estava em processo de execução. No final do ano  
3010 passado nós recebemos um documento do MP com várias denúncias de  
3011 irregularidades que estavam sendo cometidas, e que estavam provocando  
3012 violações de direito dos atingidos. Foi um documento amplo emitido pelo MP,  
3013 com detalhamento dessas situações, veio para o CEAS, e o CEAS então  
3014 elegeu, nomeou aqui em plenária um GT, pra que pudesse avaliar e estudar  
3015 aquelas denúncias, e trouxesse para aprovação do CEAS. **De lá pra cá a**  
3016 **gente alguns momentos.** Tivemos um momento de reunião, onde a gente  
3017 convocou os representantes dos conselhos municipais dos municípios  
3018 atingidos que são: Jequitaiá, Claro dos Poções e Francisco Dumont. A empresa  
3019 empreendedora é a CODEVASF, executada aqui no Estado de Minas Gerais  
3020 através da RURALMINAS. Então quer dizer, é um empreendimento estatal.  
3021 É um empreendimento de enorme porte. Tivemos então essa convocação das  
3022 partes envolvidas, convocamos os representantes dos movimentos dos  
3023 atingidos, os empreendedores e os conselhos municipais, pra que o GT  
3024 pudesse ouvi-los. A nossa proposta era passar ponto a ponto do documento  
3025 apresentado pelo MP, para que as partes envolvidas pudessem manifestar.  
3026 Nesse dia quem veio em “peso”, imune de toda a documentação, foi o  
3027 empreendedor, tinham umas 15 pessoas entre representantes da  
3028 RURALMINAS e CODEVASF. Vieram, inclusive, representações de Brasília,  
3029 para participar desse momento. Dos conselhos municipais, só veio o de  
3030 Francisco Dumont representado pela secretária, que naquela vez era  
3031 presidente do conselho. Então ela estava aqui como governamental também.  
3032 Os atingidos, eles não estavam enquanto representação institucional naquele  
3033 momento. Estava uma pessoa do MAB, que é o movimento organizado, que  
3034 cuida dos interesses da população. Naquele momento estava ali representado  
3035 por uma pessoa, e essa pessoa, de forma muito honesta e transparente, disse  
3036 na reunião que ela não era a pessoa do MAB que acompanhava o Projeto de  
3037 Jequitaiá, e que, portanto, ela tinha poucas informações. Eu penso que aí foi o

3038 grande problema, porque naquele momento o empreendedor, além de munido  
3039 de documentação, estava com a sua fala consolidada e sem nenhuma  
3040 possibilidade de rebate por parte dos atingidos. Primeiro porque eles não  
3041 estavam organizados naquela reunião. Vieram algumas pessoas isoladamente,  
3042 que fazem parte do grupo de atingidos. Para vocês terem ideia, estava o  
3043 secretário municipal de obras do município, que é um atingido. Hora ele falava  
3044 enquanto secretário na representação de governo, hora ele falava como  
3045 atingido. Ele estava em uma posição extremamente constrangedora pra ele. A  
3046 gente percebia isso. E duas ou mais três pessoas. A reunião não surtiu efeito  
3047 que a gente deseja porque todas as questões que a gente foi levantando, que o  
3048 MP nos passou, o empreendedor de forma organizada ia dando os seus  
3049 posicionamentos, e não tinha o rebatimento. No segundo momento, o MP que  
3050 acompanha a execução dessa obra aos atingidos in loco, esteve aqui nesse  
3051 dia. Somente a Rosa que pôde atendê-los, porque o momento em que eles  
3052 podiam o GT não teve tempo hábil pra se organizar. O MP junto com a técnica  
3053 aqui do CEAS colocou várias questões, e por fim, aconteceu essa audiência  
3054 pública, onde a nossa presidente Maria esteve. Ontem à tarde a gente teve  
3055 uma reunião da mesa diretora, o GT, a técnica e o MAB, com várias  
3056 representações dos atingidos desse empreendimento. O queremos assegurar  
3057 para vocês é assim, de tudo que a Maria nos reportou que viu lá na audiência,  
3058 e do que a gente ouviu ontem, onde estavam presentes umas 20 pessoas,  
3059 primeiro que agora as pessoas atingidas elegeram o MAB como movimento  
3060 que vai representá-los institucionalmente. O MAB vai representar os atingidos,  
3061 vai ser o interlocutor dos atingidos. Ontem, nessa condição, o MAB estava  
3062 nessa reunião. O que a queríamos assegurar pra vocês, colegas conselheiros,  
3063 é que a coisa é muito mais séria do que a gente pode imaginar. É um  
3064 empreendimento extremamente complexo. Eles trazem denúncias  
3065 extremamente graves no campo da violação de direitos. Nós entendemos  
3066 **ontem eu não há** como esse CEAS não voltar para a sua pauta o  
3067 empreendimento de Jequitaiá. Só para vocês terem ideia das questões das  
3068 denúncias que foram apresentadas não só pelo MAB, como respaldo o  
3069 absoluto do MP. **Negociações;** Falta de informações sobre o processo,  
3070 pessoas que são atingidas, porém não foram reconhecidas pelo  
3071 empreendedor. Falta de participação da população na elaboração do PAS. Eles  
3072 trouxeram uma denúncia grave, que no dia dessa reunião com os  
3073 empreendedores, eles mostram várias listas de presença de reunião realizadas  
3074 com a comunidade. Efetivamente essa lista era 10, 15, 20, 30 pessoas. Tinha  
3075 um limite, um quantitativo muito baixo de representação. A lógica é sempre  
3076 essa “a gente chamou, eles que não apareceram”. A denúncia era de que  
3077 natureza? Prefeitos de algumas dessas cidades cortaram a linha de ônibus que  
3078 levaria a população atingida da área rural até o local a cidade, onde estava  
3079 acontecendo as reuniões. Quem podia foi de carro, carroça, de bicicleta, mas  
3080 chegou, mas outro tanto não chegaram porque não teve condições de chegar.  
3081 As denúncias chegam a esse “pé”, comprovadas pelo um documento do MP.  
3082 Ontem a gente tomou algumas deliberações, pra serem aqui analisadas e  
3083 deliberadas por esse plenário. Primeira questão, que nós entendemos como  
3084 necessário e urgente, é de que esse CEAS possa solicitar ao empreendedor a  
3085 revisão imediata do PAS, com a participação do MAB como representantes dos  
3086 atingidos. A gente entende que as denúncias com relação ao não cumprimento

3087 do PAS, e ainda da insuficiência das ações que fora traçadas pelo PAS,  
3088 requerem que esse conselho exija que esse empreendedor apresente a esse  
3089 conselho uma nova avaliação, agora com a participação da representação  
3090 oficial dos atingidos. Essa seria a primeira questão, que a gente entende com  
3091 urgente. A outra questão, que a gente também quer que seja solicitado ao  
3092 empreendedor, é a revisão do cadastro, um novo cadastramento. A proposta  
3093 é de anular o cadastramento feito agora de quem são os atingidos, mas que  
3094 seja feito um novo cadastramento desses atingidos, porque, segundo o MP,  
3095 eles que foram “in loco”, em vários pontos da área onde acontece o  
3096 empreendimento nesses três municípios. É clara a situação de deixar de fora  
3097 várias famílias, que, claramente, vão ser atingidas pelo empreendimento.  
3098 Essas famílias não sofreram nenhum tipo de intervenção com relação ao  
3099 cadastro. Elas não estão previstas no campo das negociações feitas até agora.  
3100 Então, que a gente faça, também, o indicativo, para que esse cadastramento,  
3101 ou um novo cadastramento, seja feito a partir daquele que já foi executado,  
3102 sem ter que tirar ninguém de onde está. Essa é a proposta. E a outra questão,  
3103 como eu já disse aqui do MAB. Não há como esse conselho não referendar o  
3104 que os atingidos pediram oficialmente ontem nessa reunião com a mesa  
3105 diretora desse conselho, de que o MAB seja a associação, o movimento  
3106 reconhecido, aquele que vai ser o interlocutor das famílias atingidas. Essa foi a  
3107 questão colocada. Outra questão, é que eles também e o MP fizeram a  
3108 solicitação de uma visita imediata dos representantes desse conselho ao  
3109 empreendimento na região. Eles entendem que a nossa presença irá fazer que  
3110 muitas dessas denúncias, segundo eles, a um processo de retaliação e de  
3111 pressão em muitas dessas famílias, e que muitas delas não estão se sentindo  
3112 seguras ou amparadas, pra dizer exatamente o que está acontecendo. O  
3113 próprio movimento reconhece que a presença do CEAS “in loco” pode fazer  
3114 com que essas pessoas se sintam imponderadas ou tranquilas, a ponto de  
3115 dizer exatamente o que está acontecendo na região. Então que seja deliberado  
3116 aqui por uma visita. Vocês sabem que a nova gestão do Estado criou uma  
3117 Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e ontem estava lá um representante da  
3118 secretaria que é o Leonardo Curi, que é superintendente da segurança  
3119 alimentar. Ele estava na condição de representação dessa Secretaria de  
3120 Desenvolvimento Agrário, e a grande discussão que o movimento tem feito é  
3121 com relação que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário apresente um  
3122 padrão de reassentamento, levando em consideração o acesso à terra de  
3123 qualidade e água. A grande questão é que se tem que assegurar do  
3124 empreendedor a terra, se está 1 km da água não presta, a terra não presta.  
3125 Isso não é levado. Não há uma previsão legal, que possa ser levada em  
3126 consideração. Você tira o cara da terra dele com uma plantação estabelecida e  
3127 leva pra um lugar que, segundo eles, algumas terras foram eleitas para  
3128 negociação, é terra de cerrado, onde não se planta e não se dá nada. Outra  
3129 questão, e que pra nós enquanto CEAS é uma questão cara, que é informar  
3130 aos conselhos municipais dessas questões que foram trazidas ao CEAS, e dos  
3131 rumos que o CEAS quer dar daqui pra frente, porque, realmente, muito nos  
3132 preocupou a ausência dos representantes dos conselhos municipais numa  
3133 convocação feita pelo CEAS, pra tratar de uma questão que os conselhos  
3134 municipais deveriam estar acompanhando. Óbvio que a gente pode trazer pra  
3135 vocês aqui qual foram as falas dos atingidos. Segundo eles “os conselhos que



3136 estão comprados”, essa foi a fala deles, eu só estou reproduzindo. Comprados  
3137 pelo poder público local, que tem total interesse na chegada imediata desse  
3138 empreendimento. A outra questão que não está aqui, mas a gente já vinha  
3139 discutindo na comissão, e que está lá no outro ponto, é da recomposição  
3140 imediata do GT, porque no GT hoje só estamos eu e a Geisiane, porque as  
3141 duas outras colegas, que são governamental, foram substituídas na nova  
3142 recomposição do conselho. Então a gente precisa recompor de imediato o GT,  
3143 primeiro, inclusive, pra gente pensar em estratégias daqui pra frente, de  
3144 atuação e programas de viagem. A gente entende que não deve ser uma  
3145 viagem nem de 1 ou 2 dias, pelo o que estamos vendo. Eu estou com medo, eu  
3146 confesso. **SIMONE:** Denise cada dia eu tenho uma surpresa com relação a  
3147 este assunto, porque eu não tinha conhecimento, foi ignorância minha. É um  
3148 assunto que cada dia mais vai demandar um posicionamento deste conselho.  
3149 Ontem mesmo, nossa, me senti uma idiota, uma ignorante, sem saber direito  
3150 até a competência do Estado. Eu até estava falando aqui com a Maria. Lendo a  
3151 legislação, que eu estou tendo conhecimento agora, você não vai acreditar  
3152 quando ler também entendeu? Nessa legislação tem até a Constituição de  
3153 Minas Gerais, pra você ter uma ideia. Eu até passei pra nossa presidente para  
3154 ela ter conhecimento também. Eu sugiro ao GT que ele tenha acesso, e se o  
3155 GT permitir, Maria, os conselheiros, eu conversei com o superintendente  
3156 Ronaldo e gostaria que a superintendência também participasse do GT, pra  
3157 gente ler a legislação juntos. Entender melhor. A Rosa tem experiência, ela  
3158 pode nos ajudar bastante. Eu mesma fiquei impressionada ontem. Se você for  
3159 olhar a legislação, ela já coloca os direitos da própria federação deles de terem  
3160 interlocução com o conselho estadual, como um direito em lei. Então, tem  
3161 algumas coisas que eu acho que vai ter que fazer a leitura da lei, e da forma de  
3162 como ela foi regulamentada. Pra gente uma saída pra questão. **MARIA:** Mais  
3163 alguém? A gente precisa recompor o GT e aprovar a indicação. Vai ser o  
3164 Wilson da Secretaria Estadual da Fazenda. **SIMONE:** Ronaldo eu estou  
3165 querendo indicar o Wagner, pode ser? Para o GT representando a SEDESE,  
3166 como conselheiro não. **RONALDO CAMARGOS:** O Wagner não é conselheiro,  
3167 gente. **SIMONE:** Mas eu queria que a SEDESE participasse. **MARIA:** Eu acho  
3168 que a participação da SEDESE é acompanhar o GT. Isso não tem que pedir,  
3169 não é questão de querer. Nós precisamos aqui ampliar o GT com mais 2  
3170 conselheiros. Um será o Wilson e o outro? Gente, já está resolvido. Eram 2  
3171 governamentais, uma vez que nós já temos a Denise e a Geisiane, que são da  
3172 sociedade civil. Portanto, agora ficou o Wilson, que é da Secretaria Estadual da  
3173 Fazenda, e com a nossa companheira Marta da SEDESE. A Simone está se  
3174 policiando de todos os lados. **SIMONE:** Eu? **MARIA:** É brincadeira. A Denise  
3175 está com medo de morrer e você... É brincadeira gente. Estamos dando  
3176 risadas aqui de coisa séria. Antes de passar para o Rodrigo, eu só queria dizer  
3177 uma coisa. Existe a legislação, e é importante a gente ter consciência disso. Eu  
3178 já até tinha dado uma olhada no que a Simone falou que, inclusive, pode ser  
3179 acionada quando precisa dela, a lei disse isso, uma vez que está falando dos  
3180 direitos dos trabalhadores. A situação de Jequitai nos mostrou nada mais e  
3181 nada menos de que uma coisa que nós aprovamos aqui, baseado naquilo que  
3182 foi trazido, como análise não está indo pra prática, e os processos construídos  
3183 deixaram de contemplar situações que são importantes recuperar e reconstruir  
3184 o processo. Eu estou muito tranquila com relação isso. Estamos brincando aqui

3185 de morrer. Ninguém vai morrer nesse processo. Esse é um processo de  
3186 construção coletiva. O CEAS tem responsabilidade de defender o direito das  
3187 pessoas. Se realmente existir possibilidade, e os direitos tiverem sido violados,  
3188 nós teremos como estar analisando isso, uma vez que o MP também está  
3189 dialogando e todos os órgãos envolvidos. A ideia é tentarmos, o máximo  
3190 possível, construir isso de forma bem democrática, participativa e coletiva, pra  
3191 que Jequitai se torne exemplo de experiência piloto, que seja um processo que  
3192 sirva realmente de modelo para esse negócio de usina, de inundação. Não  
3193 pode uma proposta de desenvolvimento democrático violar direito, então a  
3194 ideia é que cresça o crescimento econômico, com geração de renda, mas com  
3195 o impoderamento das pessoas e protagonismo do sujeito que está lá, não é  
3196 não? Eles não podem ser condenados por ter nascido lá, se nasceu estava lá  
3197 na terra, se quer fazer uma usina, que chegue luz, água, mas que garanta a  
3198 qualidade de vida das pessoas. A ideia é nós irmos por esse lado, e eu acredito  
3199 que vai dar tudo certo no final. Diante da discussão que foi apresentada pela  
3200 Denise, pela comissão de normas, eu gostaria que todos os conselheiros que  
3201 concordem e aproveem a indicação da comissão de normas, permaneça como  
3202 está. Contrários? Abstenções? Então aprovado por unanimidade. **RODRIGO:**  
3203 Ponto 2: Aí a gente volta naquele assunto, que foi tratado pela manhã - das  
3204 emendas parlamentares. Contribuição da política para o fortalecimento da  
3205 Política Nacional de Assistência Social, por meio da estruturação da rede de  
3206 serviços de proteção social. A proposta é a criação de manual de emendas  
3207 parlamentares, para contribuição e fortalecimento da Política Nacional de  
3208 Assistência Social, por meio de uma estruturação da rede de serviços da  
3209 proteção especial. Esse documento é um documento para os trabalhadores  
3210 sobre as emendas parlamentares. O objetivo é contribuir para o fortalecimento  
3211 da Política Nacional de Assistência Social, por meio dessa estruturação dos  
3212 nossos serviços de proteção social. Foi uma construção coletiva do  
3213 Departamento Nacional de Proteção Social Especial e o Fundo Nacional de  
3214 Assistência Social, é baseado na demanda da comissão de orçamento e  
3215 financiamento do CNAS. O manual foi encaminhado pela mesa diretora do  
3216 CEAS para a comissão de normas, para avaliar a necessidade de uma possível  
3217 produção de um manual como ciência para os deputados estaduais. Para essa  
3218 discussão esteve presente a assessora da SEDESE Dayara Silva Carvalho.  
3219 Ela nos orientou, e esclareceu, sobre a construção desse manual aqui no nosso  
3220 Estado. A comissão faz o seguinte encaminhamento: A SEDESE apresentará  
3221 uma proposta de manual para avaliação da comissão e posterior deliberação  
3222 do CEAS. Nesse ponto a palavra está franquada. **VOLNEY:** Apesar de que a  
3223 SEDESE apresentará uma proposta na elaboração desse manual, eu acho  
3224 extremamente importante que todos os conselheiros leiam esse manual de  
3225 emendas que o CNAS mandou, para que a gente possa fazer as nossas  
3226 contribuições quando a SEDESE elaborar, pra que elas possam ser bem  
3227 efetivas. Então eu acho de extrema importância que todos leiam o manual.  
3228 **RODRIGO:** O conselheiro Volney ontem fez uma observação em relação à  
3229 acessibilidade, que tanto a Simone fala conosco. Existe a possibilidade dessas  
3230 emendas reforçarem as estruturas dos CRAS, CREAS, e que a gente tem que  
3231 atentar para as normas da ABNT? Então, daí essa preocupação do conselheiro  
3232 Volney, em relação os conselheiros estarem atentos, pra gente não passar  
3233 vergonha. Tem municípios que a gente anda que tem CRAS e CREAS sem

3234 rampa de acesso, etc. Alguma solicitação? Ponto 3: A Brookfield Energia  
3235 Renovável solicita ao Conselho agendar uma reunião, para apresentar  
3236 informações sobre o Programa de Reativação Econômica, promovido pela  
3237 Usina Hidrelétrica de Barra do Braúna. A comissão faz o seguinte  
3238 encaminhamento: A comissão agendará esse encontro com o empreendedor.  
3239 Ponto 4: A empresa Força e Luz São Sebastião Ltda. encaminhou ao CEAS  
3240 solicitação de adiamento do prazo de implantação do Posto de Atendimento  
3241 Social da PCH Melo Viana. A avaliação técnica: É uma pequena central  
3242 hidrelétrica, que vai ser instalada no rio Matipó, em Raul Soares. Ela atingirá  
3243 parcialmente 6 propriedades. Entre as propriedades foram identificadas 3  
3244 propriedades que possuem 3 famílias residentes, que totalizam 5 pessoas. O  
3245 PAS/Barragem para a população atingida pela construção da PCH Melo Viana  
3246 foi aprovado por meio da Resolução CEAS nº 281/2009. No PAS/Barragem  
3247 aprovado, consta que o Posto de Atendimento Social será instalado no  
3248 município de Raul Soares. E conforme dispunha a legislação do CEAS à época  
3249 (Resolução nº 209/2008, Art. 4º, inciso X), o Posto de Atendimento Social  
3250 estará em funcionamento, em instalações próprias e adequadas, em até 60  
3251 dias após a publicação da Licença de Instalação. O empreendedor encaminhou  
3252 ao CEAS, em 13/07/2015, por meio do ofício nº 01/2015, informação que a  
3253 Licença de Instalação foi aprovada pelo COPAM em 24 de junho de 2015.  
3254 Porém, conforme ofício mencionado acima, a Licença de Instalação só valerá a  
3255 “partir do Projeto Básico consolidado e as obras só devem ser iniciadas após a  
3256 elaboração do Projeto Executivo, o que demanda um tempo de cerca de 8 a 10  
3257 meses”. Devido à situação apresentada, o empreendedor solicita a prorrogação  
3258 de prazo para a instalação do Posto de Atendimento Social, exigido pela  
3259 Resolução nº 209/2008. A comissão faz o seguinte encaminhamento: Sugere-  
3260 se que seja concedido o adiamento solicitado pelo empreendedor, adaptando o  
3261 prazo ao que está disposto na legislação vigente do CEAS, Resolução nº  
3262 498/2014, art. 6º que as atividades operacionais do Posto de Atendimento  
3263 Social iniciem imediatamente após o recebimento do alvará de funcionamento  
3264 fornecido pela municipalidade local, ainda que, o empreendedor deverá  
3265 comprovar para o CEAS/MG o funcionamento do Posto de Atendimento Social  
3266 até 10 dias após o recebimento do alvará. Ainda, considerando que já se  
3267 passaram 5 anos da elaboração e aprovação do PAS, sem sua implementação  
3268 e que a realidade social não é estática, podendo ter ocorrido alterações no  
3269 modo de vida social das pessoas direta e indiretamente afetadas pela  
3270 construção da PCH Melo Viana durante o período entre 2009 a 2015, percebe-  
3271 se a necessidade de atualização das informações do PAS. Assim, sugere-se  
3272 também solicitar que o empreendedor apresente a atualização do PAS aos  
3273 moldes da Resolução nº 498/2014, ressaltando a necessidade de uma  
3274 audiência pública, conforme art. 4º da referida resolução, para apresentação do  
3275 PAS/Barragem à comunidade, aos órgãos públicos e ao Conselho de  
3276 Assistência Social do município de Raul Soares, para que possíveis  
3277 adequações sejam sugeridas e/ou incorporadas. A palavra está franquida, é  
3278 isso. **MARIA:** Alguém quer tirar alguma dúvida? **RODRIGO:** Aprovado gente?  
3279 **MARIA:** Algum conselheiro é contrário? Abstenções? Então consideramos  
3280 aprovadas todas as indicações trazidas pela comissão de normas. Próxima  
3281 comissão é de política. **GEISIANE:** Primeiro ponto: Essa é uma denúncia que  
3282 chegou para o CEAS, pela conselheira Denise. Através de um concurso público

3283 01/2015, o município de Itamoji publicizou vaga para o cargo de auxiliar de  
3284 assistente social. Esse cargo possui funções incompatíveis com a formação  
3285 exigida para o cargo, e não existe nas normativas do SUAS, entre elas, a  
3286 Resolução 09/2014 do CNAS que reconhece as ocupações e as áreas de  
3287 ocupações profissionais de ensino médio fundamental do Sistema da  
3288 Assistência Social em consonância com a NOB/RH. Essa incompatibilidade,  
3289 ocupação e a formação exigida contribui ainda mais para a precarização do  
3290 trabalho no SUAS. Diante do fato, esse conselho solicitou ao CMAS de Itamoji  
3291 informações quanto o posicionamento quanto a este concurso até o dia  
3292 14/07/2015, e encaminhou à SEDESE cópia do edital informando sobre o fato e  
3293 tomada de providências. O CEAS recebeu resposta do CMAS de Itamoji,  
3294 informando que não tinha conhecimento do concurso, e que a prefeitura fará as  
3295 adequações da lei da contratação deste profissional, e este assunto será  
3296 levado para conhecimento dos demais conselheiros na próxima reunião. Ontem  
3297 nós fizemos a discussão. Estavam reunidas a comissão de política e também a  
3298 de orçamento, que, solidariamente, continuo com a gente enriquecendo as  
3299 discussões. Nós tiramos alguns questionamentos em relação a essa questão.  
3300 Primeiro: Encaminhar outro ofício para o CMAS, informando que essa  
3301 adequação que a gestão informou para eles que será feita, que seja feita em  
3302 consonância com a NOB/RH e também com a Resolução 09/2014 do CNAS. E  
3303 também a possibilidade de solicitar a comissão de apoio ir para este conselho e  
3304 verificar a situação, fazendo as possíveis alterações, tendo em vista a  
3305 fragilidade que nós percebemos ao ler a própria resposta do conselho,  
3306 deixando claro que estão pela troca de substituição de conselheiro. Isso tudo  
3307 demonstra uma fragilidade a esse conselho fazer as orientações necessárias.  
3308 Então, são esses dois encaminhamentos. **PÁSCOA:** Eu quero fazer um  
3309 comentário. Eu fiquei assustada com a situação, porque quem assina a  
3310 resposta do CMAS é uma conselheira. Ela assina como membro efetivo do  
3311 CMAS. Eu pedi a Adelmira pra entrar no CADSUAS e ver a situação do  
3312 conselho, e lá no CADSUAS não está preenchido corretamente. Todos os  
3313 conselheiros são involuntários. Apenas esta assistente social, que assinou pelo  
3314 conselho, é uma conselheira governamental. Diante disso, os nossos  
3315 questionamentos são os seguintes: Se tem um conselho que está atuando  
3316 desta forma, informando que o conselho está se recompondo, mas no  
3317 CADSUAS está todos os integrantes, tem um presidente que não assinou essa  
3318 resposta. Eu acredito que ela não vai conseguir cumprir isso, porque não está  
3319 entendendo o que é um conselho, e nem como é a constituição do conselho. A  
3320 gente sabe que tem muitos conselhos que não estão funcionando  
3321 devidamente. A gente sabe que tem muitos conselhos que só estão no papel,  
3322 mas se chega o CEAS para uma denúncia como essa. Então temos que nós  
3323 esforçar pra fazer a visita, pra ver o que está acontecendo naquele conselho.  
3324 **GEISIANE:** Uma sugestão que está sendo dada, é que talvez da gente  
3325 deslocar a comissão de apoio até esse município, fazer uma convocação,  
3326 chamar a secretária executiva aqui, e aí fazer uma conversa com a secretária  
3327 executiva deste conselho, fazendo as devidas orientações. Podemos fazer a  
3328 alteração comissão? Todos concordam? **VOLNEY:** Aonde que é essa cidade  
3329 de Itamoji? Está próxima de onde? Não seria mais pertinente também uma  
3330 visita da regional da SEDESE até o município, para trazer as informações? A  
3331 minha observação é para fazer a inversão da lógica, ao invés da comissão ir,

3332 que os convidá-los pra vir. Eu acho que, no primeiro momento, a regional da  
3333 SEDESE fizesse a visita. **GEISIANE:** A comissão acata a sugestão. **DENISE:**  
3334 Como o cargo leva a nomenclatura assistente social, é auxiliar de assistente  
3335 social, e não existe curso de nível fundamental e nem médio análogo à  
3336 formação desse serviço. O CRESS entrou com uma representação junto ao MP  
3337 local, porque era a única possibilidade que tínhamos, e o CRESS fez isso com  
3338 relação ao edital. Porque, do ponto de vista, as atribuições não estão no campo  
3339 privativo. Se um do nível fundamental conseguir fazer o que está previsto lá, eu  
3340 vou te contar. A exigência é de nível fundamental, mas também o salário é de  
3341 R\$ 788 reais. Se a gente tiver algum retorno do MP, eu trago para este  
3342 conselho. **LÚCIA:** Ontem na nossa discussão, pra mim, tinha ficado muito  
3343 claro, e eu não tenho nada contra a visita da regional, pelo contrário. A  
3344 demanda é muito mais que as pernas dos conselheiros e da comissão de apoio  
3345 vão ter pra ajudar. De tudo o que a gente viu ontem, dá uma ideia de uma  
3346 fragilidade tão grande desse conselho, que me parece que a presença do  
3347 CEAS, por meio dos seus conselheiros, inclusive já foi feita essa representação  
3348 junto ao MP, poderá criar um espaço político diferenciado desse conselho se  
3349 organizar. É diferente a regional da SEDESE ir lá, que é executivo, do que os  
3350 representantes do conselho irem. Eu não vejo problema nenhum da SEDESE  
3351 depois assumir a capacitação, a organização de uma secretaria executiva, mas  
3352 em um primeiro momento eu acho que pra criar esse espaço político, é  
3353 importante que a comissão de apoio e o conselho façam uma visita lá, e se  
3354 reúna com os pretensos conselheiros. **GEISIANE:** Eu estou entendendo que a  
3355 proposta do Volney é complementar, mas o objetivo é a orientação deste  
3356 conselho estadual para o conselho municipal. Também uma proposta de  
3357 inversão, talvez chamar aqui o CMAS, a secretaria executiva, pra conhecer  
3358 essa realidade. Essa é a proposta, se não for aprovada, voltamos com a  
3359 proposta original. **MARIA:** Podemos encaminhar para aprovação? **GEISIANE:**  
3360 Podemos deixar que eles viessem até aqui e depois tomamos conhecimento  
3361 com a visita, pode ser? Então ótimo. **RONALDO GONÇALVES:** Em nome da  
3362 comissão de apoio, já me disponibilizo de recebê-los. Eu entendo que a  
3363 comissão de política por ter debruçado, podia ser conjunto da gente receber ou  
3364 a mesa diretora... Já está determinado que vá ser a mesa diretora? É porque lá  
3365 continuou, desculpa. **GEISIANE:** Então aprovado com as recomendações e  
3366 contribuições dos conselheiros. Segundo ponto: Nós temos o relatório de  
3367 gestão de 2014. O objetivo pra comissão é definir uma forma de análise desse  
3368 relatório, e como a comissão apresentará os resultados para a plenária, se vai  
3369 usar instrumental, qual que vai ser a forma de análise. No encaminhamento  
3370 gerado pela comissão, a proposta é que após a análise, o relatório, foram  
3371 modificados alguns pontos de correção, pontos esses que eu pulei, que não  
3372 são tão relevantes fazer a leitura deles, e vocês vão entender o porque. Houve  
3373 destaque apenas para a tabela apresentada na página 30, que identificou a  
3374 execução orçamentária apenas até a data de 8 de novembro de 2015, e que  
3375 está desatualizada, e também apresenta cálculos erradas. A comissão solicita  
3376 que o relatório contenha os dados relativos à execução orçamentária anual  
3377 atualizada. Até 31 de dezembro, conforme a prestação de contas do 4º  
3378 trimestre de 2014. A comissão ainda apresenta alguns indicativos que devem  
3379 ser aprovados e utilizados, como norteadores de produção dos próximos  
3380 relatórios, facilitando as futuras análises; Que o relatório de gestão seja

3381 produzido a partir dos instrumentos de planejamento das políticas de  
3382 assistência social como o Pacto de Aprimoramento, PEAS, PPAG, Lei  
3383 Orçamentária Anual e o Plano Decenal, além da utilização de indicadores  
3384 sociais como o Censo SUAS, que possam identificar as ações que tiverem  
3385 resultados positivos; E solicita a apresentação do Plano de Ação Anual para o  
3386 próximo período. O indicativo da comissão é pela aprovação do Relatório de  
3387 Gestão e com a solicitação da SEDESE para que sejam feitas essas correções,  
3388 e que seja reportado à comissão de política para a próxima reunião. Os pontos  
3389 que merecem correção ali é a planilha acima. Já podemos aprovar? Ou alguém  
3390 que fazer um comentário? A comissão avaliou ponto por ponto, ali mesmo são  
3391 as correções. Aprovado? Ok. Ponto três: Definir se a comissão de política  
3392 elaborará algum documento, que contribuirá para construção da metodologia  
3393 **PARTE 8** para cruzamento das informações e identificação, e deliberações,  
3394 que foram cumpridas, com a proposta de criação de uma comissão que realize  
3395 essa análise, com possibilidade de que sejam levadas propostas do PMDI –  
3396 Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que a Marta da SEDESE trouxe  
3397 pra gente essa luz, que, com certeza, essas deliberações vão enriquecer esse  
3398 PMDI. Essa é a proposta da comissão. **HERMELLIS:** Eu não entendi muito  
3399 bem. A ideia é que a comissão que está fazendo a metodologia, usar isso  
3400 como diretriz. É isso? **GESIANE:** É isso que a comissão está sugerindo. Que  
3401 seja feito um paralelo com as metas do Plano do Pacto de Aprimoramento  
3402 2011/2014, para cruzar as informações geradas. A Marta talvez até possa  
3403 contribuir. **MARTA SILVA:** O Plano de Ação da comissão de política estava  
3404 como responsabilidade da comissão fazer essa metodologia, entendeu? Nós  
3405 estamos sugerindo isso, que seja deste modo, porque vão atender pessoas na  
3406 comissão organizadoras da conferência, que vão se debruçar com certeza  
3407 sobre isso. Então estamos sugerindo, que a metodologia seja essa entendeu?  
3408 Só complementando, por causa do Ciclo Orçamentário é quando vai estar  
3409 acabando a conferência estadual, também as deliberações da conferência  
3410 estadual com certeza vão desdobrar do PMDI. **GEISIANE:** Tem a comissão  
3411 organizadora da conferência que, com certeza, vai pegar o método. Último  
3412 ponto. Mentira gente! Esse ponto já foi apresentado, que é o Plano Estadual de  
3413 Regionalização. Esses são os pontos da comissão de política. **MARIA:** Muito  
3414 bem. Considerando agora todos os pontos juntos, tem algum que alguém é  
3415 contrário? Não. Tem outra comissão, não tem gente? **RONALDO**  
3416 **GONÇALVES:** Como primeiro ponto, estamos com a minuta de Resolução n°  
3417 525, que dispõe sobre a revogação da Resolução n° 350/2011, que trata sobre  
3418 a participação das Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência  
3419 Social – URCMAS, para compor o Conselho Estadual de Assistência Social. Na  
3420 verdade, ontem foi discutido na mesa diretora sobre esse ponto e encaminhado  
3421 para a comissão de apoio. Essa Resolução 350, ela trata do processo dos  
3422 delegados eleitos diretamente das URCMAS. Então como esse ano vem os  
3423 delegados dos municípios, sendo referendados nas conferências regionais, não  
3424 há de se ter essa resolução em vigor, então propõe a revogação desta  
3425 resolução 350. Eu vou ler pra vocês. O Conselho Estadual de Assistência  
3426 Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela Lei  
3427 Estadual n° 12.262 de 23 de julho de 1996 e considerando: A necessidade de  
3428 ampliar a discussão do entendimento quando às Uniões Regionais de  
3429 Conselhos Municipais de Assistência Social – URCMAS; Que o CEAS está

3430 discutindo a criação e o fortalecimento das URCMAS em sua comissão de  
3431 apoio aos CMAS; Que esse assunto será tratado nas conferências de regionais  
3432 de Assistência Social deste ano; E a deliberação da 202ª Plenária Ordinária,  
3433 ocorrida em 17 de julho de 2015, resolve: Art. 1º Revogar a Resolução do  
3434 CEAS nº 350 de 13 de janeiro de 2011, que “dispõe sobre a participação das  
3435 Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social – URCMAS,  
3436 para compor o Conselho Estadual de Assistência Social”. Art.2º Esta  
3437 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte. 17 de  
3438 julho de 2015. Maria Alves de Souza, presidente do Conselho Estadual de  
3439 Assistência Social. Está franquida a palavra. **ÍTALO:** Só um esclarecimento.  
3440 Então como é que vai ser a composição dos municípios aqui nesse colegiado?  
3441 Só pra eu entender. **RONALDO GONÇALVES:** Ítalo, isso já está descrito na  
3442 Resolução nº 518 do Conselho Estadual. Sairá dos municípios, e, na verdade,  
3443 não virão pelos conselhos. A gente até já tinha conversado há pouco tempo, os  
3444 Conselhos Municipais indicaram os seus representantes, e, aí, sim,  
3445 participaram do processo eleitoral, os conselhos diretamente e a representação  
3446 que sairá da Conferência Estadual. **HERMELLIS:** Complementando o Ronaldo,  
3447 é que antes dessa Resolução o candidato pra compor o CEAS, eu estou aqui  
3448 pelo CMAS, referendado em 2012 pela minha URCMAS, e votado na  
3449 Conferência Estadual. Com a revogação e essa nova Resolução 519, como em  
3450 todo o Estado não tem URCMAS organizadas, então tira essa responsabilidade  
3451 da URCMAS, e qualquer Conselho Municipal pode candidatar a compor o  
3452 CEAS, e ser votado na Conferência Estadual. Continua do mesmo jeito.  
3453 **ÍTALO:** Desculpa gente, mas eu vou ter que dar a notícia disso. Só pra eu  
3454 entender. Na conferência estadual agora, para que eu seja reconduzido ao  
3455 CEAS, eu preciso solicitar que o CMAS de Belo Horizonte me indique antes da  
3456 conferência estadual? Ok. **MARIA:** A partir do dia 20 o processo já está aberto.  
3457 **ÍTALO:** É só para eu levar essa informação objetiva. **RONALDO**  
3458 **GONÇALVES:** Na verdade deverá ser referendado na plenária do Conselho,  
3459 pra tirar o nome do representante deste Conselho Municipal. O início se dará  
3460 a partir do dia 20 de julho. **MARIA:** Sim. **RONALDO GONÇALVES:** Concorrerá  
3461 com os outros e dos mesmos moldes, não é Volney? CMAS governamental e  
3462 CMAS sociedade civil. **MARIA:** Ítalo, na verdade, a ideia é não deixar que as  
3463 URCMAS impeçam os municípios onde as regiões não estão articuladas em  
3464 URCMAS não se candidate, está certo? Por quê? Se não restringimos, em vez  
3465 de ampliar. **RONALDO GONÇALVES:** Na verdade, pelo levantamento é  
3466 exatamente o que o Hermellis falou. Somente 10 URCMAS no Estado estão  
3467 articuladas, ativas, então é isso que dificultou estar vindo através das  
3468 URCMAS. **MARIA:** Pode colocar em votação? Algum conselheiro discorda da  
3469 proposta de Resolução 525/2015? Contrário? Abstenção? Aprovado. Próximo  
3470 ponto. **RONALDO GONÇALVES:** Próximo ponto, e último, coincidentemente é  
3471 sobre URCMAS. A vice-presidente colocou quanto da minha defesa das Uniões  
3472 de Conselhos, mas nós vamos avançar. Ontem tivemos a colaboração do  
3473 Sávio, que é da secretaria executiva do CMAS de Belo Horizonte, e tivemos  
3474 como tema a discussão para subsidiar a construção de um texto informativo  
3475 sobre o papel das URCMAS, histórico, objetivos, função, contribuição para com  
3476 o desempenho do CMAS, avanços, dificuldades; Como promover o  
3477 empoderamento e garantir a continuidade dos trabalhos das URCMAS? Isso foi  
3478 discutido ontem, e, como encaminhamento gerado, a comissão iniciou a

3479 discussão com a participação do colaborador Domingos Sávio de Araújo, que  
3480 acompanhou e teve grande participação no processo de criação das URCMAS.  
3481 Houve um breve relato sobre o funcionamento das URCMAS, objetivos,  
3482 estratégias e fortalecimento de garantia de continuidade do funcionamento,  
3483 tendo em vista a importância das URCMAS em seu papel de articulador,  
3484 facilitador e fortalecedor da Política Estadual da Assistência Social, que a torna  
3485 uma excelente forma de participação popular. Eu acho que faltou aqui a troca  
3486 de experiência, que é muito importante dentro das Uniões de Conselhos;  
3487 pautada ainda, a necessidade de garantir a legitimidade das URCMAS, por  
3488 meio de Resolução do CEAS. Nós vamos propor futuramente através de uma  
3489 Resolução do CEAS; Acordado que a sequência se dará por e-mail e  
3490 finalização na próxima reunião. Então, na próxima plenária, a gente já irá  
3491 apresentar esse documento por inteiro, considerando, também, como  
3492 prioridade fomentar os Fóruns Populares em seus territórios de  
3493 desenvolvimento. Então as URCMAS por estarem a mais tempo já articulada, a  
3494 gente fomentar esses Fóruns Populares nos territórios de abrangências. Eu  
3495 acho que avançou muito ontem, a discussão já está, praticamente, quase  
3496 pronto este documento. Na próxima reunião iremos apresentá-lo por completo.  
3497 **SIMONE:** Ronaldo, só por uma questão de acerto aqui, é o seguinte. Como já  
3498 começam as conferências regionais 25 de agosto, eu acho que seria bom  
3499 vocês preparem o texto e encaminhar para a nossa comissão organizadora da  
3500 conferência, pra gente passar pela plenária de agosto, só para vocês terem o  
3501 texto, uma noção do tempo, do prazo. Depois é bom você entrar em contato  
3502 com os membros, com o Sávio, vocês fazerem uma proposta e encaminhar  
3503 para a comissão organizadora, pra gente organizar o debate do plano do  
3504 conselho. Nós vamos discutir as temáticas das conferências regionais, e depois  
3505 não vai dar mais tempo. **RONALDO GONÇALVES:** Ok. Pelo o que eu entendi,  
3506 ele não será apresentado pela comissão de apoio, e sim uma peça da  
3507 comissão organizadora, que irá apresentar no completo. Isso não tem  
3508 problema algum, a gente vai estar tratando disso através de e-mail. Tivemos a  
3509 participação da Silvana, que já não mais está, o Hermellis também. Eu acho  
3510 que foi muita rica a discussão e está próximo da gente terminar. Não vejo  
3511 problema algum em fazer um encaminhamento para a comissão organizadora.  
3512 **MARIA:** Considerado aprovado, considerando as sugestões aqui colocadas  
3513 agora por último? Alguém quer falar sobre isso ainda gente? Está certo não é?  
3514 Então considero aprovado aqui, a questão da resolução de apoiar as  
3515 URCMAS. Isso não está na pauta, mas eu queria chamar a atenção. Nós  
3516 precisamos que a comissão de acessibilidade se reúne urgente, antes da  
3517 plenária do CEAS, precisamos também que a comissão que está  
3518 acompanhando o processo eleitoral também se reúne. Não reuniram nenhuma  
3519 vez e o processo já vai abrir, então precisamos que as duas comissões se  
3520 reúnam, até pra se entender, compreender, porque são pessoas que não são  
3521 daqui de dentro, com exceção do nosso companheiro Júlio. Vamos deixar isso  
3522 aqui registrado, porque é preciso que as duas se reúnam antes da próxima  
3523 plenária. **ANÁLIA:** Serei breve. Quero trazer para o conselho o que eu estou  
3524 entendendo aqui da Resolução do CNAS. A Denise deixou aqui a fala dela, que  
3525 eu falei de um lugar de gestor, mas quando eu também tinha também esse  
3526 entendimento que eu sou uma trabalhadora, inclusive sou vice-presidente do  
3527 meu conselho. Eu quero trazer para a plenária avaliar se eu devo, se eu posso



3528 continuar aqui no conselho enquanto representante da categoria trabalhador  
3529 por ser uma economista doméstica, ou por, coincidentemente, eu ser gestora,  
3530 eu não possa estar nesse conselho. Essa é uma questão, porque eu já saí  
3531 desse conselho e não quero ser “enxotada pela segunda vez”. Eu sair sem  
3532 saber o porquê, até hoje eu não sei por que, porque o presidente nunca me  
3533 comunicou, embora eu tenha pedido várias vezes, e foi uma surpresa quando  
3534 eu cheguei aqui saber que não pertencia mais a cadeira a mim. Então, eu  
3535 estou trazendo para o conselho, porque eu já estou assumindo comissão de  
3536 acessibilidade, e de repente não é isso. Por favor, quero ir embora com essa  
3537 resposta. **MARIA:** Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer que hoje é  
3538 impossível te dar essa resposta exata, uma vez que a Denise trouxe e a  
3539 reunião inclusive já se encerrou. A gente aproveita para fazer uma análise,  
3540 inclusive coletivamente, porque não queremos que você seja penalizada  
3541 equivocadamente, mas que o conselho possa ter a chance de deixar isso claro  
3542 entre nós, e observamos com clareza este processo. **ANÁLIA:** Claro. Assim  
3543 como as políticas muitas vezes são construídas pragmaticamente, o ser  
3544 humano não pode estar fragmentado. Eu sou gestora, sou formada em  
3545 economia doméstica, sou cidadã, sou sociedade civil também porque participo  
3546 de entidades, associações, sou governo. Então a gente fala ao mesmo tempo  
3547 de vários lugares. Por exemplo, quando fala “Hermellis você está  
3548 representando o COGEMAS”, mas aqui no conselho ele representa é o  
3549 controle social, não é o COGEMAS. Então eu acho que é a mesma coisa.  
3550 Quero pedir desculpa se foi uma fala que vocês consideraram, porque o que eu  
3551 quis dizer foi da questão técnica, do conhecimento técnico, em nenhum  
3552 momento do conhecimento político. Simone eu estou fazendo algumas  
3553 considerações, adoro a Eleonora, o que vocês construíram está muito bacana,  
3554 mas eu quero contribuir também gente. Obrigada. **RONALDO CAMARGOS:**  
3555 Eu vou fazer uma sugestão presidente. Que a conselheira Anália possa  
3556 formalizar a questão pra ser apreciada e encaminhada por este conselho, em  
3557 função do horário e também pela conselheira que levantou a questão, que teve  
3558 que se ausentar por causa de outros compromissos. Eu acho que ela pode  
3559 formalizar, porque não tem nem tempo pra gente fazer essa discussão, que é  
3560 uma discussão rica, e precisa ser feita até mesmo com muito cuidado Então,  
3561 que possamos aprofundar essa discussão em um momento oportuno, dando  
3562 resposta ao questionamento feito por ela. A sugestão é que ela encaminhe  
3563 formalmente ao conselho estadual a questão, que ela acabou de colocar na  
3564 plenária. **PÁSCOA:** Ela não podendo participar, eu me coloco a disposição  
3565 para participar da comissão de acessibilidade. **MARIA:** Muito bem. Inclusive  
3566 queria dizer, que essa é uma questão que nós costumamos dar o nome do lado  
3567 de cá de representação e representatividade. Vamos ver aonde vamos chegar  
3568 com isso. Fica aqui aceita a sugestão do Ronaldo da SEDESE, e nós vamos  
3569 amadurecer mais sobre isso. De forma alguma queremos lesar aqui direito,  
3570 queremos aqui é garantir direito. Um bom retorno para as suas casas, um bom  
3571 final de semana e até a próxima reunião, se Deus quiser. FIM.